

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA**  
**CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E**  
**AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA**

**Mariana Almeida Pina de Campos**

**As vozes das juventudes:** a participação estudantil nos órgãos representativos de  
uma escola da Rede Estadual de Educação de Minas Gerais

Juiz de Fora  
2025

**Mariana Almeida Pina de Campos**

**As vozes das juventudes:** a participação estudantil nos órgãos representativos de uma escola da Rede Estadual de Educação de Minas Gerais

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Orientador: Prof. Dr. Rubem Barboza Filho

Juiz de Fora

2025

Campos, Mariana Almeida Pina de .

As vozes das juventudes : a participação estudantil nos órgãos representativos de uma escola da Rede Estadual de Educação de Minas Gerais / Mariana Almeida Pina de Campos. -- 2025.  
105 f.

Orientador: Rubem Barboza Filho

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, 2025.

1. Participação estudantil. 2. Gestão democrática. 3. Protagonismo juvenil. I. Barboza Filho, Rubem, orient. II. Título.

**Mariana Almeida Pina de Campos**

**As vozes das juventudes:** a participação estudantil nos órgãos representativos de uma escola da Rede Estadual de Educação de Minas Gerais

Dissertação  
apresentada ao  
Programa de Pós-  
graduação  
Profissional em  
Gestão e Avaliação da  
Educação  
Pública da Universidade  
Federal de Juiz de  
Fora como requisito  
parcial à obtenção do  
título de Mestre em  
Gestão e Avaliação da  
Educação Pública.  
Área de  
concentração: Gestão  
e Avaliação da  
Educação Pública

Aprovada em 17 de junho de 2025

BANCA EXAMINADORA

**Prof.(a) Dr.(a) Rubem Barboza Filho** - Orientador  
Universidade Federal de Juiz de Fora

**Prof.(a) Dr.(a) Elisabeth Gonçalves de Souza**  
Universidade Federal de Juiz de Fora

**Prof.(a) Dr.(a) Rodrigo Chaves de Mello Rodrigues de Carvalho**  
CEFET/RJ

Juiz de Fora, 22/07/2025.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Chaves de Mello Rodrigues de Carvalho, Usuário Externo**, em 28/07/2025, às 20:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rubem Barboza Filho, Usuário Externo**, em 28/07/2025, às 21:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do **Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020**.



Documento assinado eletronicamente por ELISABETH GONCALVES DE SOUZA, **Usuário Externo**, em 04/09/2025, às 09:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf ([www2.ufjf.br/SEI](http://www2.ufjf.br/SEI)) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **2512193** e o código CRC **E8563BBD**.

*Dedico este trabalho a Mariana, com quem compartilho o tempo, os desafios e os aprendizados desta jornada, e que esteve ao meu lado com compreensão e afeto em cada momento.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, primeiramente, a Deus, pela força e pela coragem diante dos desafios desta caminhada.

Ao meu orientador, professor Rubem Barboza Filho, pela orientação e pelo compromisso com uma formação crítica e ética que me acompanhou ao longo de todo o percurso.

À Priscila Campos Cunha, pelo incentivo constante, pela parceria e pelo apoio nos momentos mais desafiadores desta etapa.

À Mariana Oliveira, por compreender minhas ausências, acolher meus silêncios e celebrar comigo cada pequena conquista. Sua presença foi essencial em todos os momentos.

À minha família, pelo amor incondicional, pelas palavras de incentivo e por acreditarem em mim quando eu mesma duvidei.

Aos meus amigos, que estiveram por perto com apoio, escuta e afeto nos momentos em que mais precisei.

Agradeço também à equipe da escola onde realizei minha pesquisa, por contribuírem com suas experiências e olhares. Aos estudantes que participaram do estudo, meu reconhecimento e respeito: este trabalho é, antes de tudo, sobre vocês e para vocês.

Por fim, agradeço à Universidade Federal de Juiz de Fora e ao PPGP, pelo espaço de formação crítica, diálogo e transformação, que me permitiu crescer como educadora e pesquisadora.

*“Há escolas que são gaiolas e há escolas que são asas. Escolas-gaiolas existem para que os pássaros desaprendam a arte do voo. [...] E há escolas que são asas: nelas os pássaros aprendem a voar.”*

(Alves, 2001, p. 15)

## RESUMO

A presente dissertação, vinculada ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública (PPGP) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), analisa os fatores que dificultam a participação estudantil na Escola Estadual Pedro Ribeiro Cavalcante Filho, situada no município de Governador Valadares, Minas Gerais. Com o intuito de aprofundar a investigação, estabelece os seguintes objetivos específicos: (1) descrever o contexto da Escola Estadual Pedro Ribeiro Cavalcante Filho, o funcionamento de seus órgãos representativos e a participação dos alunos nos esses espaços; (2) analisar a atuação dos discentes nos órgãos representativos da referida escola, bem como as ações institucionais que viabilizam essa participação; e (3) propor um Plano de Ação Educacional com foco na promoção e no fomento da participação estudantil nos órgãos representativos da unidade escolar. Nesse contexto, torna-se essencial compreender de que maneira a instituição vivencia a gestão democrática, com ênfase na problemática da baixa adesão dos estudantes às instâncias participativas. A fundamentação teórica apoia-se nos conceitos de gestão democrática discutidos por Dayrell (1996, 2003, 2007), incorporando também as contribuições de Carrano (2000, 2009) acerca das identidades culturais juvenis no ambiente escolar. Complementam esse referencial os aportes teóricos de Cury (2008, 2011), Lück (2009), Gadotti (2014) e Paro (2016). A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, articulando diferentes procedimentos metodológicos: análise documental de normativas e registros institucionais, realização de rodas de conversa, aplicação de questionário com estudantes dos Anos Finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, além da condução de entrevistas semiestruturadas com membros da equipe gestora. Essa etapa empírica possibilita uma compreensão mais aprofundada das experiências e percepções dos sujeitos envolvidos, oferecendo subsídios para a construção de um Plano de Ação Educacional que fortaleça a gestão democrática e o protagonismo estudantil na escola investigada.

**Palavras-chave:** participação estudantil; gestão democrática; protagonismo juvenil.

## ABSTRACT

This dissertation, linked to the Professional Graduate Program in Management and Evaluation of Public Education (PPGP) at the Federal University of Juiz de Fora (UFJF), examines the factors that hinder student participation at Pedro Ribeiro Cavalcante Filho State School, located in the municipality of Governador Valadares, Minas Gerais. In order to deepen the investigation, the study sets the following specific objectives: (1) to describe the context of Pedro Ribeiro Cavalcante Filho State School, the functioning of its representative bodies, and the participation students in these spaces; (2) to analyze the role students in the school's representative bodies, as well as the institutional actions that enable this participation; and (3) to propose an Educational Action Plan focused on promoting and fostering student participation in the school's representative bodies. In this context, it becomes essential to understand how the institution experiences democratic management, with an emphasis on the theme of student's low engagement in participatory instances. The theoretical framework is based on the concepts of democratic management discussed by Dayrell (1996, 2003, 2007), also incorporating the contributions from Carrano (2000, 2009) about youth cultural identities within the school environment. This framework is complemented by the theoretical contributions from Cury (2008, 2011), Lück (2009), Gadotti (2014), and Paro (2016). The research adopts a qualitative approach, combining different methodological procedures: document analysis of institutional regulations and records, discussion circles, questionnaires administered to Final Years students (Elementary and High School levels), and semi-structured interviews with members of the school management team. This empirical phase allows for a deeper understanding of the experiences and perceptions of the involved participants, providing support for the development of an Educational Action Plan that strengthens democratic management and student agency in the investigated school.

**Keywords:** student participation; democratic management; youth agency.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

|          |                                                                                                                       |
|----------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Quadro 1 | Dados extraídos das atas do Conselho de Classe Final da Escola Estadual Pedro Ribeiro Cavalcante Filho (2022) .....36 |
| Quadro 2 | Documentos e resoluções normativas do estado de Minas Gerais.....53                                                   |
| Quadro 3 | Documentos institucionais da Escola Estadual Pedro Ribeiro Cavalcante Filho .....54                                   |
| Quadro 4 | Registros das rodas de conversa com estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental .....58                                |
| Quadro 5 | Propostas para o fortalecimento da representação de turma.....76                                                      |
| Quadro 6 | Ações para a constituição de um Grêmio Estudantil ativo e formativo.78                                                |
| Quadro 7 | Estratégias para a inclusão da escuta estudantil no Conselho de Classe .....80                                        |
| Quadro 8 | Propostas de formação voltadas à participação estudantil .....82                                                      |

## LISTA DE TABELAS

|          |                                                                                                                            |    |
|----------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Tabela 1 | Quantitativo de estudantes matriculados na Escola Estadual Pedro Ribeiro Cavalcante Filho em 2023 .....                    | 28 |
| Tabela 2 | Taxas de rendimento por etapa de ensino na Escola Estadual Pedro Ribeiro Cavalcante Filho em 2023 .....                    | 29 |
| Tabela 3 | Desempenho dos estudantes do 9º ano em Língua Portuguesa e Matemática no Saeb (2017-2023).....                             | 29 |
| Tabela 4 | Desempenho dos estudantes do 3º ano do Ensino Médio em Língua Portuguesa e Matemática no Saeb (2017-2023).....             | 30 |
| Tabela 5 | Evolução do Ideb nos Anos Finais do Ensino Fundamental na Escola Estadual Pedro Ribeiro Cavalcante Filho (2017-2023) ..... | 31 |
| Tabela 6 | Evolução do Ideb no Ensino Médio da Escola Estadual Pedro Ribeiro Cavalcante Filho (2017-2023) .....                       | 31 |
| Tabela 7 | Resultados do Proeb 2023 do 9º ano do Ensino Fundamental na Escola Estadual Pedro Ribeiro Cavalcante Filho (%) .....       | 32 |
| Tabela 8 | Resultados do Proeb 2023 do 3º ano do Ensino Médio na Escola Estadual Pedro Ribeiro Cavalcante Filho (%) .....             | 33 |
| Tabela 9 | Frequência relativa das palavras mais selecionadas pelos estudantes no questionário.....                                   | 59 |

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

|          |                                                                        |
|----------|------------------------------------------------------------------------|
| ASB      | Auxiliar de Serviços de Educação Básica                                |
| ATB      | Assistente Técnico de Educação Básica                                  |
| BNCC     | Base Nacional Comum Curricular                                         |
| CAEd     | Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação                   |
| EEB      | Especialista da Educação Básica                                        |
| ENEM     | Exame Nacional do Ensino Médio                                         |
| IDEB     | Índice de Desenvolvimento da Educação Básica                           |
| INEP     | Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira |
| INSE     | Índice de Nível Socioeconômico                                         |
| LDB      | Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional                         |
| MG       | Minas Gerais                                                           |
| NSE      | Nível Socioeconômico                                                   |
| PAE      | Plano de Ação Educacional                                              |
| PEE      | Plano Estadual de Educação                                             |
| PEUB     | Professores de Ensino do Uso da Biblioteca                             |
| PNE      | Plano Nacional de Educação                                             |
| PPGP     | Programa de Pós-graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública    |
| PPP      | Projeto Político Pedagógico                                            |
| PROALFA  | Programa de Avaliação da Alfabetização                                 |
| PROEB    | Programa de Avaliação da Educação Básica                               |
| PVE      | Projeto Voz do Estudante                                               |
| SAEB     | Sistema de Avaliação da Educação Básica                                |
| SEE      | Secretaria Estadual de Educação                                        |
| SIMAVE   | Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública            |
| SINAJUVE | Sistema Nacional de Juventude                                          |
| SER      | Superintendência Regional de Ensino                                    |
| TCLE     | Termo de Consentimento Livre e Esclarecido                             |
| UBES     | União Brasileira dos Estudantes Secundaristas                          |
| UFJF     | Universidade Federal de Juiz de Fora                                   |
| UNE      | União Nacional dos Estudantes                                          |
| USP      | Universidade de São Paulo                                              |

## SUMÁRIO

|          |                                                                                                                                                                           |           |
|----------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>1</b> | <b>INTRODUÇÃO .....</b>                                                                                                                                                   | <b>14</b> |
| <b>2</b> | <b>GESTÃO DEMOCRÁTICA E A PARTICIPAÇÃO DAS JUVENTUDES ESTUDANTIS NOS ÓRGÃOS REPRESENTATIVOS ESCOLARES: O CASO DA ESCOLA ESTADUAL PEDRO RIBEIRO CAVALCANTE FILHO .....</b> | <b>18</b> |
| 2.1      | GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL E JUVENIL NO CONTEXTO BRASILEIRO .....                                                                                       | 19        |
| 2.2      | CONSTITUIÇÃO DE UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA NAS ESCOLAS ESTADUAIS DE MINAS GERAIS .....                                                                        | 22        |
| 2.3      | PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL NOS ÓRGÃOS REPRESENTATIVOS DA ESCOLA ESTADUAL PEDRO RIBEIRO CAVALCANTE FILHO .....                                                                | 25        |
| <b>3</b> | <b>PARTICIPAÇÃO DAS JUVENTUDES ESTUDANTIS NA ESCOLA ESTUDADA, NA PERSPECTIVA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA .....</b>                                                              | <b>41</b> |
| 3.1      | JUVENTUDES.....                                                                                                                                                           | 41        |
| 3.1.1    | Participação estudantil .....                                                                                                                                             | 45        |
| 3.1.2    | Gestão democrática .....                                                                                                                                                  | 48        |
| 3.2      | METODOLOGIA DE PESQUISA.....                                                                                                                                              | 52        |
| 3.2.1    | Análise dos dados.....                                                                                                                                                    | 56        |
| 3.2.2    | Análise dos dados do questionário: palavras associadas à imagem da escola .....                                                                                           | 58        |
| 3.2.2.1  | <i>Bloco Temático 1: Motivação para frequentar a escola .....</i>                                                                                                         | <i>60</i> |
| 3.2.2.2  | <i>Bloco Temático 2: Atividades extraclasse e sua importância .....</i>                                                                                                   | <i>65</i> |
| 3.2.2.3  | <i>Bloco Temático 3: Representatividade e participação estudantil .....</i>                                                                                               | <i>68</i> |
| <b>4</b> | <b>PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL PARA O FORTALECIMENTO DA PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL E DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA .....</b>                                                 | <b>72</b> |
| 4.1      | AÇÕES ESTRATÉGICAS: PLANO 5W2H .....                                                                                                                                      | 75        |
| 4.2      | ESPAÇOS CRIATIVOS DE PARTICIPAÇÃO: VOZ, EXPRESSÃO E PERTENCIMENTO .....                                                                                                   | 83        |
| 4.2.1    | Festival de ideias estudantis .....                                                                                                                                       | 85        |
| 4.2.2    | Podcast “Voz do Recreio” .....                                                                                                                                            | 85        |

|       |                                                              |     |
|-------|--------------------------------------------------------------|-----|
| 4.2.3 | Oficinas de mídia, redes sociais e audiovisual.....          | 86  |
| 4.2.4 | Interclasses colaborativas e autogeridas .....               | 86  |
| 4.2.5 | Galeria jovem e feira de talentos.....                       | 87  |
| 4.2.6 | Núcleo Jovem de Articulação.....                             | 87  |
| 4.3   | AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DAS AÇÕES.....                     | 88  |
| 5     | CONSIDERAÇÕES FINAIS .....                                   | 90  |
|       | REFERÊNCIAS.....                                             | 95  |
|       | APÊNDICE A – Roteiro (roda de conversa).....                 | 100 |
|       | APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido..... | 101 |
|       | APÊNDICE C – Lista de palavras do questionário.....          | 103 |
|       | APÊNDICE D – Roteiro de entrevista com os gestores .....     | 104 |

## 1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa investiga os fatores que dificultam a participação dos estudantes na Escola Estadual Pedro Ribeiro Cavalcante Filho, situada no município de Governador Valadares, Minas Gerais. Nesse contexto, torna-se fundamental compreender como a instituição vivencia a gestão democrática, com ênfase na escassez de participação estudantil. Para atender a esse objetivo, analisa-se a atuação dos discentes nos órgãos representativos das séries finais de cada etapa escolar – 9º ano do Ensino Fundamental e 3º ano do Ensino Médio – como elemento estratégico para a promoção da gestão democrática na referida escola.

A autora, professora de História e servidora efetiva da Escola Estadual Pedro Ribeiro Cavalcante Filho, vinculada à Superintendência Regional de Ensino (SRE) de Governador Valadares desde 2013, vivencia os desafios inerentes à implementação de uma gestão democrática, sobretudo no que se refere à participação dos estudantes. Ao longo dessa trajetória, observa-se a ausência de representação efetiva discente nos órgãos representativos analisados, especialmente no Conselho de Classe e no Colegiado Escolar.

Diante dessa realidade, define-se como questão central do estudo: como promover a participação dos estudantes nos órgãos representativos, como o Conselho de Classe e o Colegiado Escolar, na Escola Estadual Pedro Ribeiro Cavalcante Filho? Com base nessa indagação, estabelece-se como objetivo geral analisar, com vistas à proposição de ações que possibilitem uma participação mais efetiva. Para aprofundar a investigação, delimita-se os seguintes objetivos específicos: (1) Descrever o contexto da Escola Estadual Pedro Ribeiro Cavalcante Filho, o funcionamento dos órgãos representativos e a participação dos alunos; (2) Analisar a atuação dos discentes nos órgãos representativos da escola e identificar as ações que favorecem sua participação; e (3) Propor um Plano de Ação Educacional (PAE) com o objetivo de fomentar a participação dos estudantes nos referidos espaços.

A relevância deste estudo reside na oportunidade de discutir a participação discente no ambiente escolar, contribuindo para uma compreensão aprofundada da representatividade estudantil e para a promoção de práticas democráticas no contexto educacional. A pesquisa visa fortalecer o processo de formação cidadã, promovendo a autonomia dos estudantes e a consolidação de uma cultura de gestão democrática. Nesse sentido, reconhece-se o papel central dos estudantes no contexto institucional,

como agentes de desenvolvimento da consciência crítica, da criatividade e da autonomia. Ressalta-se que tais atributos não se desenvolvem de forma espontânea, sendo necessário que a gestão escolar os estimule intencionalmente.

A fundamentação teórica deste estudo apoia-se nos conceitos de "juventudes", "participação estudantil" e "gestão democrática". Para a compreensão do conceito de juventudes, recorre-se aos trabalhos de Dayrell (1996, 2003, 2007), que propõe uma abordagem que transcende a visão homogênea e universal da juventude. O autor argumenta que existem múltiplas formas de ser jovem, com experiências, identidades e culturas diversas, influenciadas por fatores como classe social, gênero, raça/etnia e sexualidade. Nesse sentido, o conceito de juventudes contempla a pluralidade das vivências juvenis, reconhecendo os jovens como sujeitos sociais ativos.

Além disso, Dayrell (2007) destaca o papel da escola como espaço privilegiado de socialização e formação dos jovens, atribuindo-lhes a responsabilidade de promover conhecimentos, valores e habilidades que contribuam para o desenvolvimento da cidadania e do protagonismo juvenil.

Para aprofundar a reflexão sobre a participação estudantil e a gestão democrática, a pesquisa também se fundamenta nos estudos de Cury (2002, 2008, 2011), que defende uma participação ativa e efetiva dos estudantes na gestão escolar. O autor considera essencial que os alunos participem das decisões que impactam suas trajetórias escolares, como a definição de currículos, a seleção de docentes e a formulação de normas.

Com relação ao conceito de gestão democrática, recorre-se aos estudos de Paro (2016), que define esse modelo de administração como um processo coletivo, baseado na participação de todos os envolvidos na comunidade escolar – gestores, professores, estudantes, pais e comunidade. O autor enfatiza a necessidade de decisões construídas coletivamente, com o intuito de garantir o bem comum e aprimorar a qualidade da educação. Cury (2011) complementa essa perspectiva ao destacar que a gestão democrática constitui um instrumento para assegurar o direito à educação de qualidade, a partir da inclusão e da equidade no ambiente escolar.

A estrutura da pesquisa organiza-se em quatro capítulos. Além desta introdução, o Capítulo 2 apresenta o caso de gestão. Na seção 2.1, analisa-se o contexto histórico da participação estudantil na democracia brasileira, com destaque para o marco legal instituído a partir da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), bem como de outras normativas

pertinentes. Na seção 2.2, discute-se a configuração da gestão democrática e participativa nas escolas estaduais de Minas Gerais, com base nos documentos orientadores da Secretaria de Estado de Educação, com ênfase no Plano Estadual de Educação (PEE), instituído pela Lei Estadual nº 23.197, de 26 de dezembro de 2018. Na seção 2.3, caracteriza-se o caso de gestão da Escola Estadual Pedro Ribeiro Cavalcante Filho, com base na participação dos estudantes das séries finais nos órgãos representativos.

Essa caracterização contempla o contexto regional da instituição, suas características físicas e humanas, os cursos ofertados, o perfil dos estudantes, as práticas de gestão, a organização dos tempos e espaços e os projetos em desenvolvimento. A análise considera também os registros documentais da escola, incluindo atas de reuniões do Conselho de Classe e do Colegiado Escolar.

No Capítulo 3, de caráter analítico, apresenta-se a fundamentação teórica e metodológica da pesquisa, seguida da análise dos dados coletados. A investigação empírica contempla rodas de conversa com estudantes dos Anos Finais, aplicação de questionários, entrevistas com a equipe gestora e pesquisa documental. Esses procedimentos possibilitam múltiplas perspectivas sobre o problema da baixa participação estudantil na gestão da escola, contrastando as percepções institucionais com as vivências discentes.

O recorte metodológico concentra-se nas séries finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, por se tratar de estudantes que se encontram em fase conclusiva de uma etapa e, portanto, tendem a ter maior clareza sobre sua trajetória escolar. A articulação entre diferentes instrumentos de coleta de dados permite aprofundar a análise e ampliar a compreensão da realidade investigada. Essa diversidade metodológica evidencia pontos de convergência, como o reconhecimento da importância da escuta ativa e revela tensões relacionadas ao espaço efetivo de participação concedido aos estudantes.

De modo geral, os resultados apontam que os mecanismos formais de participação são pouco conhecidos e acessados pelos estudantes, revelando uma distância entre o discurso da gestão democrática e sua prática cotidiana. Ao integrar dados qualitativos e quantitativos, a pesquisa logra captar a complexidade do fenômeno investigado e fundamentar de forma consistente as proposições delineadas na etapa final do trabalho.

Nesse sentido, o Plano de Ação Educacional (PAE) propõe um conjunto articulado de estratégias voltadas ao fortalecimento da participação estudantil e à consolidação de uma cultura democrática na escola. Estruturado em quatro eixos, o plano contempla ações como a criação de espaços permanentes de escuta e deliberação, a ampliação do acesso e da divulgação dos órgãos representativos, o incentivo à formação política dos estudantes e a valorização das expressões culturais juvenis. Essas ações embasadas nas evidências empíricas da pesquisa, buscam responder às demandas identificadas e contribuir para a construção de uma escola mais inclusiva, democrática e participativa.

## **2 GESTÃO DEMOCRÁTICA E A PARTICIPAÇÃO DAS JUVENTUDES ESTUDANTIS NOS ÓRGÃOS REPRESENTATIVOS ESCOLARES: O CASO DA ESCOLA ESTADUAL PEDRO RIBEIRO CAVALCANTE FILHO**

Este capítulo analisa a gestão escolar com ênfase na participação estudantil nas séries finais de cada etapa da educação básica – o 9º ano do Ensino Fundamental e o 3º ano do Ensino Médio – nos órgãos representativos da Escola Estadual Pedro Ribeiro Cavalcante Filho, especialmente o Conselho de Classe e o Colegiado Escolar. A seção apresenta também aspectos gerais da gestão democrática e da participação estudantil em âmbito nacional, com um breve panorama da história da democracia brasileira e do contexto estadual de Minas Gerais, situando a escola no cenário político-educacional mais amplo.

Inicialmente, examina a participação das juventudes estudantis na história democrática do Brasil, com destaque para o período pós-1985, início da Nova República, e a promulgação da Constituição Federal de 1988, após a Ditadura Civil-Militar (1964-1985). Enfatiza o movimento de ocupação das escolas, ocorrido entre 2015 e 2016, como expressão contemporânea dessa trajetória de luta por direitos.

Na segunda parte, descreve a configuração da gestão democrática nas escolas estaduais de Minas Gerais, apresentando os documentos orientadores que estabelecem diretrizes para tal modelo de gestão no estado.

Por fim, discute a realidade da Escola Estadual Pedro Ribeiro Cavalcante Filho diante da baixa participação estudantil nos órgãos representativos, em especial no Conselho de Classe e no Colegiado Escolar. A análise considera as especificidades dos estudantes das séries finais, que se encontram em uma posição estratégica para refletir criticamente sobre sua trajetória escolar e sobre as estruturas participativas da instituição.

## 2.1 GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL E JUVENIL NO CONTEXTO BRASILEIRO

González e Moura (2009) indicam que, no início do século XX, com a fundação da Universidade de São Paulo (USP) em 1934 e a criação da União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1937, o movimento estudantil adquire corpo e abrangência em nível nacional. Em 1948, diante da necessidade de organização, surge a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), ampliando a articulação dos estudantes no país. Os autores destacam que:

(...) a UNE e a UBES engajam-se em campanhas e manifestações, de cunho nacionalista, e marcam presença nos movimentos vinculados à questão educacional como, por exemplo, a reforma universitária. Nesse contexto, as entidades participam, em 1961, de Seminário Nacional pautado no tema da universidade e sua inserção na realidade brasileira, tendo como base sua função cultural, política, ideológica e social (González; Moura, 2009, p. 377).

A citação evidencia o papel central dos movimentos estudantis na defesa dos direitos estudantis e na luta pela democratização do ensino no Brasil. A partir de 1964, com o golpe civil-militar, o regime impõe perseguições às entidades estudantis. Mesmo diante da repressão, os estudantes mantêm a organização e seguem mobilizados na defesa de seus direitos. Com o processo de redemocratização iniciado nos anos 1980, a participação estudantil se fortalece ainda mais (González; Moura, 2009).

A transição democrática exige o restabelecimento dos mecanismos de participação cidadã, especialmente entre os jovens. Nesse sentido, a promulgação da Lei nº 7.398/1985 representa um marco relevante ao dispor sobre a organização de entidades representativas de estudantes do Ensino Fundamental e Médio. A norma reconhece o direito dos estudantes à livre organização e expressão nas escolas (Brasil, 1985).

Mesmo promulgada ainda sob a vigência da ditadura, essa legislação destaca a relevância da representação estudantil organizada para a promoção dos interesses coletivos. Entidades como grêmios estudantis e diretórios acadêmicos passam a atuar como interlocutoras legítimas entre os estudantes, a sociedade e o Estado. O reconhecimento legal da participação estudantil fomenta a consciência cívica e fortalece a cultura democrática no ambiente escolar.

Ao estabelecer diretrizes para a criação de grêmios e associações estudantis, a legislação incentiva a atuação dos jovens na gestão das instituições de ensino e no debate sobre questões educacionais. Assim, contribui para a formação de uma escola mais plural e aberta ao diálogo, onde diferentes vozes e perspectivas encontram espaço para expressão e escuta (Brasil, 1985).

O surgimento da Nova República, com o fim da ditadura civil-militar (1964-1985), inaugura um novo ciclo político no Brasil, marcado por desafios e profundas transformações sociais, econômicas e institucionais (Araújo, 2006). A Constituição Federal de 1988, elaborada nesse contexto, institui um marco na garantia dos direitos sociais, incluindo o direito à educação.

Paro (2016) conceitua a gestão democrática como um modelo que pressupõe a participação ativa de todos os atores educacionais nas decisões, considerando diferentes perspectivas para promover uma educação de qualidade. Cury (2011) reforça essa concepção ao considerar a gestão democrática como condição para efetivar o direito à educação, por meio da participação de alunos, pais, professores e demais profissionais da escola.

Com base nesses autores, observa-se que a Constituição de 1988 consolida a democracia no Brasil e resgata os direitos individuais e sociais após o regime militar. No campo educacional, o artigo 205 da Constituição de 1988 afirma que a educação constitui um direito de todos e um dever do Estado e da família. A participação estudantil configura-se, nesse contexto, como instrumento para a concretização desse direito. O artigo 206, por sua vez, estabelece como princípio do ensino a gestão democrática do ensino público, assegurando a presença dos estudantes nos processos decisórios que afetam sua vida escolar (Brasil, 1988).

A Constituição de 1988 institui um conjunto normativo que reconhece a participação estudantil como eixo da gestão democrática na educação. Contudo, é na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996, que o ordenamento jurídico educacional explicita as normas para a gestão democrática da educação básica (Brasil, 1996).

No artigo 12, a LDB garante aos estudantes o direito de participar da organização e gestão das instituições de ensino por meio de representação própria. A norma também amplia o escopo da participação, ao contemplar o envolvimento dos estudantes nas atividades pedagógicas. Dessa forma, a LDB reconhece os

estudantes como protagonistas no processo de ensino-aprendizagem e reafirma seu papel ativo na construção de uma educação de qualidade (Brasil, 1996).

O artigo 14 da LDB fortalece esse princípio ao assegurar a participação dos profissionais da educação, pais ou responsáveis e estudantes na elaboração do projeto pedagógico das escolas. Ao exigir dos sistemas de ensino a promoção da gestão democrática, a legislação estimula a criação de espaços de escuta e participação discente, nos quais os estudantes possam influenciar decisões e colaborar na formulação de políticas educacionais. Com isto, o artigo 14 contribui para a consolidação de uma escola inclusiva, participativa e voltada às necessidades dos sujeitos que a compõem (Brasil, 1996).

A Lei nº 13.005/2014, que institui o Plano Nacional de Educação (PNE), reforça esse compromisso ao estabelecer metas para a melhoria da educação em todas as etapas, com destaque para a equidade, a valorização dos profissionais e a participação democrática (Brasil, 2014). A meta 19 do PNE propõe a efetivação da gestão democrática nas escolas públicas, combinando critérios técnicos com consultas à comunidade escolar. Essa meta busca fortalecer ambientes inclusivos que valorizem as vozes e contribuições estudantis, desde a elaboração do currículo até a definição de estratégias de gestão escolar (Brasil, 2014).

Camasmie (2018) analisa o papel da redemocratização no reposicionamento da escola pública como espaço de cidadania e afirmação de direitos. A Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) contribuem para esse processo de reconhecer a infância e a juventude como sujeitos sociais. Jovens de origem popular, especialmente moradores das periferias urbanas, passam a ocupar a cena pública com maior articulação e capacidade de reivindicação.

A autora aponta, entretanto, que esse movimento se desenvolve sobre as ruínas de um sistema escolar marcado pelo autoritarismo e pela exclusão. Embora o regime militar tenha promovido a universalização do acesso, não garantiu a qualidade ou a equidade. Mesmo assim, a escola pública brasileira contribui para a formação de um novo sujeito juvenil, escolarizado e crítico, que questiona as hierarquias escolares e exige transformações institucionais. Segundo Camasmie (2018), a escola pública forja um estudante capaz de reivindicar espaço, voz e direitos, evidenciando sua potência como espaço político e formativo.

A partir de 2015, o cenário educacional brasileiro presencia uma onda de mobilizações protagonizadas por estudantes do Ensino Médio, sobretudo nas

periferias. O movimento de ocupação das escolas emerge como resposta a políticas de reorganização escolar que negligenciam a escuta estudantil. Ao ocupar fisicamente as instituições de ensino, esses jovens ressignificam o espaço escolar como território de luta por direitos e exercícios da cidadania (Casmamie, 2018).

A autora interpreta as ocupações escolares como expressão de uma juventude escolarizada, crítica e articulada, que valoriza a escola e, ao mesmo tempo, denuncia suas precariedades. Essas ações revelam o surgimento de novas formas de participação coletiva juvenil, forjadas no interior de uma escola pública ainda frágil, mas politicamente relevante.

Assim, as ocupações revelam a tentativa concreta de realização dos princípios constitucionais de participação e gestão democrática. Ao protagonizar essas mobilizações, os estudantes reafirmam seu papel como sujeitos de direitos e como agentes ativos na construção de uma escola pública democrática inclusiva e transformadora.

## 2.2 CONSTITUIÇÃO DE UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA NAS ESCOLAS ESTADUAIS DE MINAS GERAIS

Esta seção analisa a implementação da gestão democrática e participativa nas escolas estaduais de Minas Gerais, com base nos documentos orientadores da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE-MG).

A Lei nº 12.084/1996 assegura a livre organização estudantil e reconhece o direito de os estudantes se organizarem de forma autônoma e democrática, promovendo sua participação ativa na vida escolar e na sociedade. Essa norma estimula a presença dos estudantes na gestão escolar e na definição de políticas educacionais (Minas Gerais, 1996). Além disso, essa legislação estabelece diretrizes para a criação e funcionamento de entidades estudantis, como grêmios e associações de alunos, definindo sua estrutura, os processos eleitorais, os direitos e os deveres de seus membros (Minas Gerais, 1996).

Em consonância com essa normativa, a Lei nº 13.410/1999 altera dispositivos da Lei nº 12.084/1996, reafirmando o compromisso com a livre organização estudantil no ambiente escolar. Ao incentivar a criação de entidades estudantis, essa legislação amplia os espaços de expressão dos estudantes, fortalecendo os valores

democráticos e participativos desde as experiências escolares iniciais (Minas Gerais, 1999).

As Leis nº 12.084/1996 e nº 13.410/1999 representam esforços legislativos para normatizar a gestão democrática na rede estadual de ensino. No entanto, sua implementação enfrenta desafios relacionados à disparidade entre o que é previsto na legislação e as realidades concretas das escolas, as quais apresentam desigualdades em termos de recursos, infraestrutura, contexto socioeconômico dos estudantes e capacidade institucional. Essas variáveis podem comprometer a efetividade das políticas, gerando lacunas entre o ideal normativo e a prática cotidiana.

Tais legislações, embora fundamentadas em princípios democráticos, muitas vezes não contemplam plenamente as especificidades dos diferentes contextos escolares, como as distinções entre zonas urbanas e rurais, regiões com variados níveis de desenvolvimento ou diferenças entre instituições públicas e privadas. Adicionalmente, fatores como escassez de recursos financeiros, burocracia administrativa e resistência por parte de alguns agentes educacionais dificultam sua implementação. Nesse sentido, torna-se necessário adotar políticas flexíveis e sensíveis às diversas realidades escolares, a fim de garantir sua efetividade.

A Lei nº 13.410 também define diretrizes para a participação dos estudantes nos processos decisórios das escolas, assegurando-lhes representação em órgãos colegiados e instâncias de gestão, o que contribui para a consolidação de uma cultura participativa no âmbito educacional.

Em 2014, a SEE-MG publicou um documento orientador sobre grêmio estudantil, estruturado em três eixos: organizações estudantis, cidadania participativa e protagonismo juvenil. O objetivo é oferecer subsídios às escolas para compreender e valorizar o grêmio estudantil como instrumento de inserção dos estudantes no cotidiano escolar e nas atividades comunitárias (Minas Gerais, 2014). Esse documento reforça a articulação com a Lei nº 7.398/1985, ao destacar a importância da valorização das iniciativas estudantis como parte da consolidação de uma gestão escolar democrática na rede estadual mineira.

Em relação aos grêmios estudantis, o texto normativo da SEE-MG os define como espaços de exercício da cidadania. Afirma ainda que sua atuação exige a existência de um ambiente democrático, construído coletivamente pela comunidade escolar (Minas Gerais, 2014).

Em 2015, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais propôs o Projeto de Lei nº 1.123, com o intuito de fortalecer a participação estudantil nas escolas públicas, por meio da promoção e regulamentação dos grêmios. Essa proposta instituiu o Projeto Voz do Estudante (PVE), voltado à ampliação da participação de jovens nas decisões escolares (Minas Gerais, 2015). Segundo o projeto, o PVE oferece aos estudantes um espaço para expressarem opiniões, ideias e demandas, contribuindo para a melhoria da qualidade da educação e do ambiente escolar. A proposta também prevê medidas para assegurar o funcionamento efetivo dos grêmios e sua integração com a comunidade, reforçando os princípios democráticos e participativos na gestão escolar.

Em 29 de abril de 2016, a Resolução SEE nº 2.958 estabeleceu diretrizes e procedimentos para promover a gestão democrática na rede estadual de ensino, com destaque para a realização da Assembleia Escolar e a eleição dos membros do Colegiado Escolar, incentivando a participação da comunidade escolar nos processos decisórios (Minas Gerais, 2016). Essa resolução determina formas concretas de participação da comunidade escolar, como a criação de conselhos escolares e a realização de eleições para a escolha da direção escolar, ações essenciais à efetivação de uma gestão participativa.

Em 2018, o governo estadual instituiu o Plano Estadual de Educação (PEE-MG), por meio da Lei nº 23.197. O plano define metas e diretrizes para o desenvolvimento educacional do Estado, com base nos princípios de equidade, qualidade e inclusão. O PEE alinha-se ao Plano Nacional de Educação (PNE), respeitando as especificidades de Minas Gerais e buscando atender às demandas dos municípios (Minas Gerais, 2018).

A meta 17 do PEE-MG, em consonância com a meta 19 do PNE, propõe a efetivação da gestão democrática nas redes públicas estaduais até o segundo ano de vigência do plano, assegurando a participação de diferentes segmentos da comunidade nas decisões relativas à educação (Minas Gerais, 2018).

A Resolução SEE nº 4.692, de 29 de dezembro de 2021, dispõe sobre a organização e funcionamento das escolas estaduais de educação básica. Essa normativa busca garantir a qualidade do ensino, a equidade no acesso à educação e o desenvolvimento integral dos estudantes em todas as etapas da educação básica (Minas Gerais, 2021). De acordo com a resolução, a SEE reconhece a importância da educação na promoção da participação estudantil, incentivando práticas democráticas

nas instituições, como a criação de grêmios e a realização de assembleias escolares (Minas Gerais, 2021).

Em 23 de agosto de 2022, a Resolução SEE nº 4.764 estabeleceu diretrizes para a Assembleia Escolar e para a estrutura e funcionamento do Colegiado Escolar. Essa normativa fortalece a representatividade e o diálogo entre os diferentes segmentos da comunidade escolar (Minas Gerais, 2022). A resolução determina que as deliberações da Assembleia Escolar sejam registradas em ata, assinada pelos presentes, prática que assegura a transparência, a responsabilidade e a memória institucional da escola. As atas formalizam decisões coletivas e contribuem para a preservação do histórico da gestão escolar.

Também em 2022, a SEE publicou um documento orientador sobre o Conselho de Representantes de Turma. Esse programa promove a eleição de representantes nas turmas e escolas e estimula a elaboração e execução de planos de ação, ampliando a participação estudantil nas decisões escolares (Minas Gerais, 2022).

Dessa forma, observa-se que a legislação mineira incorpora o princípio da gestão democrática, por meio de leis, resoluções e documentos orientadores que reconhecem o direito à organização estudantil, incentivam sua participação ativa na gestão escolar e buscam fortalecer os processos democráticos no ambiente educacional.

Contudo, a implementação dessas diretrizes enfrenta desafios práticos. Muitas escolas encontram dificuldades para compreender e aplicar corretamente as normativas, o que compromete sua eficácia. A realidade complexa e diversa das instituições demanda políticas educacionais mais flexíveis e adaptadas aos diferentes contextos.

Na seção seguinte, analisa-se o caso da Escola Estadual Pedro Ribeiro Cavalcante Filho, com foco na participação estudantil dos Anos Finais do Ensino Fundamental em seus órgãos representativos, a fim de apresentar o contexto empírico e as evidências que caracterizam essa experiência específica.

### 2.3 PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL NOS ÓRGÃOS REPRESENTATIVOS DA ESCOLA ESTADUAL PEDRO RIBEIRO CAVALCANTE FILHO

Este estudo adota como objeto empírico a Escola Estadual Pedro Ribeiro Cavalcante Filho, situada na zona urbana periférica do município de Governador

Valadares, em Minas Gerais. A instituição pública atende majoritariamente estudantes oriundos de famílias de baixa renda, configurando-se como uma escola voltada à população economicamente vulnerável. De acordo com dados do QEdU (2023), a escola apresenta um Índice de Nível Socioeconômico (INSE) classificado como nível 4, situado levemente abaixo da média nacional.

Nesse nível, observa-se que os pais ou responsáveis pelos estudantes, em geral, possuem no máximo o Ensino Médio completo, sendo comum a conclusão apenas do Ensino Fundamental. A maioria dos domicílios conta com itens básicos como geladeira, um ou dois quartos, um banheiro, acesso à internet, máquina de lavar roupas e freezer, embora não disponham de aspirador de pó. Alguns estudantes já têm acesso a bens adicionais, como computador, automóvel, espaço reservado para estudo, garagem, micro-ondas e até duas televisões.

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola, elaborado em 2019, também caracteriza o perfil socioeconômico do corpo discente como médio-baixo. Tal classificação baseia-se nos dados dos questionários contextuais do Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Básica (Simave), respondidos anualmente pela escola. O documento explicita que a maioria dos estudantes pertence a famílias de baixa renda, formadas por trabalhadores braçais, funcionários do comércio local ou trabalhadores informais, geralmente sem renda fixa ou moradia própria (Escola Estadual Pedro Ribeiro Cavalcante Filho, 2019a, p. 11).

O nível socioeconômico dos estudantes pode influenciar diretamente sua participação escolar. Famílias com maior capital econômico tendem a proporcionar melhores condições educacionais, como materiais atualizados, acesso à internet, equipamentos tecnológicos e apoio para atividades extracurriculares. Em contrapartida, estudantes de famílias com recursos escassos frequentemente enfrentam barreiras à participação, como custos financeiros e sobrecarga de responsabilidades familiares ou laborais.

Dayrell (2007) ressalta que o nível socioeconômico afeta, ainda que indiretamente, o engajamento escolar ao influenciar o senso de pertencimento e a motivação dos alunos. Dessa forma, compreender e enfrentar as desigualdades socioeconômicas constitui passo essencial para a promoção de uma participação estudantil mais equitativa, reconhecendo-se a complexidade dessa relação.

Fundada em 1966, a Escola Estadual Pedro Ribeiro Cavalcante Filho (2019b) possui trajetória significativa na oferta de educação a crianças, adolescentes e jovens

da comunidade. O prédio que abriga a instituição foi doado por um integrante do Rotary Club<sup>1</sup> local. A estrutura física atual conta com 12 salas de aula, cada uma equipada com cerca de 35 carteiras, lousa de vidro branco e quatro ventiladores de teto. A escola dispõe ainda de laboratório de informática com 35 computadores, ar-condicionado e projetor multimídia (datashow); sala de vídeo equipada com projetor, sistema de som e ar-condicionado; além de um laboratório de Ciências.

A biblioteca funciona em uma sala desativada, improvisada para armazenar livros didáticos, embora ainda não possua acervo sistematizado. A instituição conta também com uma quadra poliesportiva descoberta (utilizável somente em dias de clima ameno), cozinha, refeitório, setor de reprografia, secretaria, sala da direção, almoxarifado, sala dos professores e banheiros separados por gênero, tanto para alunos quanto para funcionários.

Segundo dados da Secretaria de Estado de Educação (Minas Gerais, 2023a), em 2023, o corpo técnico-administrativo da escola era composto por 15 Auxiliares de Serviços de Educação Básica (ASB), seis Assistentes Técnicos de Educação Básica (ATB), três Especialistas em Educação Básica (EEB) e três Professores para o Ensino do Uso da Biblioteca (PEUB). A equipe docente contava com 59 professores, distribuídos entre as disciplinas de Língua Portuguesa (10), Matemática (8), História (6), Geografia (5), Ciências Biológicas (6), Educação Física (4), Artes (3), Inglês (4), Física (3), Química (3), Ensino Religioso (3), Sociologia (3) e Filosofia (3).

A equipe gestora, eleita pela comunidade escolar em 2011, permanece à frente da direção desde então, sendo reconduzida ao cargo em todas as eleições subsequentes. Em 2022, a composição da gestão sofreu alteração: uma das vice-diretoras assumiu a direção, e a então diretora tornou-se vice-diretora. Apesar da mudança de cargos, o grupo gestor manteve-se inalterado.

No que se refere ao corpo discente, a Tabela 1 apresenta o quantitativo de estudantes matriculados por etapa de ensino na Escola Estadual Pedro Ribeiro Cavalcante Filho em 2023.

---

<sup>1</sup> Um Rotary Club constitui uma organização internacional de serviço comunitário, fundada em 1905 por Paul Harris, na cidade de Chicago, Estados Unidos. Cada Rotary Club reúne profissionais e líderes empresariais com o propósito de promover ações de serviço em suas comunidades locais e em âmbito global. Essas organizações desenvolvem projetos diversos, entre os quais se destacam os serviços humanitários, os programas de desenvolvimento educacional, o apoio à saúde e os esforços voltados à erradicação da poliomielite.

Tabela 1 – Quantitativo de estudantes matriculados na Escola Estadual Pedro Ribeiro Cavalcante Filho em 2023

| <b>Etapas escolares</b>        | <b>Número de alunos</b> |
|--------------------------------|-------------------------|
| Ensino Fundamental Anos Finais | 437                     |
| Ensino Médio                   | 309                     |
| EJA                            | 45                      |
| <b>Total de alunos</b>         | <b>791</b>              |

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do Censo Escolar.

As turmas indicadas na Tabela 1 distribuem-se entre os turnos matutino, vespertino e noturno. No turno da manhã, funcionam quatro turmas do 9º ano do Ensino Fundamental e oito turmas dos 1º, 2º e 3º anos do Ensino Médio. À tarde, a escola oferece 12 turmas, sendo quatro de cada ano do 6º ao 8º. No período noturno, funcionam quatro turmas da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Os dados de rendimento escolar (Tabela 2) indicam, à primeira vista, um cenário positivo em relação ao progresso dos estudantes. Contudo, uma análise mais detalhada dos resultados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb)<sup>2</sup> evidencia disparidades significativas quanto ao percentual de aprendizado adequado. Embora os estudantes sejam aprovados, essa aprovação nem sempre reflete o domínio das competências e habilidades esperadas para a respectiva etapa de ensino.

<sup>2</sup> O Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) configura-se como um programa nacional de avaliação educacional coordenado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Esse sistema tem como finalidade aferir a qualidade do ensino ofertado nas escolas públicas e privadas do Brasil. Para isso, avalia o desempenho discente em áreas como Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Humanas e Ciências da Natureza, por meio da aplicação periódica de testes nas diferentes etapas da educação básica, como o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. Os resultados obtidos orientam a formulação de políticas públicas e ações voltadas à melhoria da educação brasileira.

Tabela 2 – Taxas de rendimento por etapa de ensino na Escola Estadual Pedro Ribeiro Cavalcante Filho em 2023

| <b>Etapa escolar</b>           | <b>Reprovação</b> | <b>Abandono</b> | <b>Aprovação</b> |
|--------------------------------|-------------------|-----------------|------------------|
| Ensino Fundamental Anos Finais | 3,3               | 1,8             | 94,9             |
| Ensino Médio                   | 6,6               | 4,0             | 89,4             |

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do Inep.

Ressalta-se que a taxa de aprovação não equivale, necessariamente, ao domínio efetivo dos conteúdos curriculares. Os resultados do Saeb permitem uma compreensão mais abrangente do desempenho dos estudantes, ao avaliar habilidades específicas com base em padrões nacionais. Essa análise revela lacunas de aprendizagem que não são identificáveis apenas pelos indicadores de aprovação.

A Tabela 3 apresenta os dados do Saeb referentes ao desempenho dos estudantes do 9º ano em Língua Portuguesa e Matemática entre 2017 e 2023. Esses resultados oferecem subsídios relevantes para a identificação de áreas críticas e para a formulação de estratégias que promovam avanços na qualidade do ensino.

Tabela 3 – Desempenho dos estudantes do 9º ano em Língua Portuguesa e Matemática no Saeb (2017-2023)

| <b>Ano</b> | <b>Língua Portuguesa</b> | <b>Matemática</b> |
|------------|--------------------------|-------------------|
| 2017       | 253,99                   | 243,23            |
| 2019       | 265,83                   | 266,6             |
| 2021       | 257,37                   | 248,26            |
| 2023       | 261,54                   | 252,66            |

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do Saeb/Inep.

A análise dos dados revela uma tendência preocupante de desempenho insatisfatório nas duas disciplinas. Em todos os anos analisados, a proficiência dos estudantes permaneceu nos níveis 2 e 3, numa escala de 1 a 8, conforme critérios do Inep. Esses resultados indicam que, apesar da aprovação, os estudantes não atingem plenamente os objetivos de aprendizagem estabelecidos para a etapa.

No Ensino Médio, os dados do Saeb reforçam esse cenário desafiador. A correlação entre os resultados apresentados na Tabela 4 e os níveis de proficiência indica que a maioria dos estudantes do 3º ano permanece nos níveis básicos de aprendizagem, alcançando recentemente o limiar do nível proficiente apenas em Língua Portuguesa. Isso evidencia que, mesmo após mais de uma década de escolarização, grande parte dos alunos conclui a educação básica sem atingir os níveis desejáveis de proficiência.

Tabela 4 – Desempenho dos estudantes do 3º ano do Ensino Médio em Língua Portuguesa e Matemática no Saeb (2017-2023)

| Ano  | Língua Portuguesa | Matemática |
|------|-------------------|------------|
| 2017 | 270,84            | 272,86     |
| 2019 | 266,76            | 271,14     |
| 2021 | 278,60            | 263,50     |
| 2023 | 284,82            | 280,50     |

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Saeb/Inep.

O desempenho em Matemática permanece majoritariamente nos níveis básicos, com variações que sugerem inconsistência no desenvolvimento das habilidades esperadas para essa etapa. Embora haja uma ligeira melhora em 2023, os resultados ainda não atingem os níveis superiores da escola, revelando lacunas substanciais na formação dos estudantes.

Outro indicador relevante é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), que considera o desempenho dos estudantes em avaliações padronizadas e as taxas de aprovação. Em 2021, a escola atingiu a meta estabelecida para os Anos Finais do Ensino Fundamental (5 pontos). No entanto, entre 2017 e 2023, o Ideb apresentou crescimento de apenas 0,3 ponto, com estagnação entre 2021 e 2023, como indica a Tabela 5.

Tabela 5 – Evolução do Ideb nos Anos Finais do Ensino Fundamental na Escola Estadual Pedro Ribeiro Cavalcante Filho (2017-2023)

| Ano  | Meta | Nota |
|------|------|------|
| 2017 | 4,5  | 4,3  |
| 2019 | 4,7  | 5,2  |
| 2021 | 5,0  | 5,0  |
| 2023 | 5,0  | 5,0  |

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do Ideb/Inep.

Apesar de alcançar a meta estipulada, o crescimento modesto e a posterior estagnação revelam dificuldades na consolidação das aprendizagens e na progressão escolar. Esse cenário se intensifica no Ensino Médio, conforme demonstrado na Tabela 6.

Tabela 6 – Evolução do Ideb no Ensino Médio da Escola Estadual Pedro Ribeiro Cavalcante Filho (2017-2023)

| Ano  | Meta | Nota |
|------|------|------|
| 2017 | 3,7  | 3,7  |
| 2019 | 3,9  | 4,0  |
| 2021 | 4,1  | 4,3  |
| 2023 | 4,2  | 4,4  |

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Ideb/Inep.

A evolução do Ideb no Ensino Médio foi lenta e contínua, com aumento de apenas 0,7 ponto ao longo do período analisado. Apesar da melhora nos indicadores de fluxo escolar e desempenho, os resultados permanecem abaixo da média nacional, refletindo os desafios enfrentados por essa etapa, como evasão escolar, desmotivação e defasagem de aprendizagem.

No âmbito estadual, o Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública (Simave), criado em 2000, fornece indicadores relevantes por meio de programas como o Proalfa e o Proeb. A Tabela 7 apresenta os resultados do Proeb de 2023 para o 9º ano do Ensino Fundamental.

Tabela 7 – Resultados do Proeb 2023 do 9º ano do Ensino Fundamental na Escola Estadual Pedro Ribeiro Cavalcante Filho (%)

| <b>Dados</b>         | <b>Língua Portuguesa</b> | <b>Matemática</b> |
|----------------------|--------------------------|-------------------|
| Taxa de participação | 88,0                     | 88,0              |
| Baixo                | 26,0                     | 26,0              |
| Intermediário        | 40,0                     | 64,0              |
| Recomendado          | 23,0                     | 10,0              |
| Avançado             | 11,0                     | 0,0               |

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública (2023).

A maioria dos estudantes obteve desempenho abaixo do nível recomendado. Em Matemática, 90% dos alunos situaram-se entre os níveis baixo e intermediário. Em Língua Portuguesa, esse percentual foi de 66%.

A Tabela 8 apresenta os resultados do Proeb para o 3º ano do Ensino Médio, etapa que reflete as consequências acumuladas de dificuldades anteriores. A taxa de participação dos estudantes alcançou 88%. Em Língua Portuguesa, 26% ficaram no nível baixo, 40% no intermediário, 23% no recomendado e 11% no avançado. Em Matemática, 26% dos alunos ficaram no nível baixo, 64% no intermediário, 10% no recomendado e nenhum no avançado. Os resultados evidenciam que grande parte dos estudantes conclui a educação básica sem atingir os níveis desejáveis de proficiência, o que reforça a urgência de ações pedagógicas estruturadas e contínuas para garantir que os estudantes não apenas avancem em termos de fluxo escolar, mas desenvolvam, de fato, as habilidades e competências essenciais para sua formação..

Corroborando esse cenário, os dados do site QEdU indicam que, em 2019, apenas 31% dos alunos da escola participaram do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), o que revela baixa engajamento com a avaliação (QEdU, 2023).

Tabela 8 – Resultados do Proeb 2023 do 3º ano do Ensino Médio na Escola Estadual Pedro Ribeiro Cavalcante Filho (%)

| Dados                | Língua Portuguesa | Matemática |
|----------------------|-------------------|------------|
| Taxa de participação | 88,0              | 88,0       |
| Baixo                | 26,0              | 26,0       |
| Intermediário        | 40,0              | 64,0       |
| Recomendado          | 23,0              | 10,0       |
| Avançado             | 11,0              | 0,0        |

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do Simave (2023).

Diante desse contexto, torna-se imprescindível adotar estratégias que incentivem a valorização das avaliações externas e internas. A promoção de uma cultura escolar também envolve o fornecimento dos espaços de representação estudantil, foco desta pesquisa. Na Escola Estadual Pedro Ribeiro Cavalcante Filho, identificam-se, conforme registros em atas, a atuação do Colegiado Escolar e dos Conselhos de Classe. Contudo, o Regimento da escola não menciona a obrigatoriedade da existência de um Grêmio Estudantil, o que limita o potencial de participação democrática dos estudantes.

Em contrapartida, a Secretaria de Estado de Educação (SEE) enfatiza a importância de promover:

[...] esforços no sentido de contribuir à implantação de um modelo de gestão democrática por parte das escolas do sistema estadual de ensino, desenvolve ações, tendo em vista a valorização das iniciativas dos seus alunos e dos Grêmios Estudantis. Dar voz aos alunos e incentivar a sua participação em diferentes momentos e ações da vida escolar e da vida na comunidade, com certeza, constitui uma das principais preocupações de todas as escolas. Entretanto, muitas vezes, por falta de um debate mais amplo sobre o assunto, essa participação se faz de maneira pontual e restrita. Assim, há evidências indicadoras de que falta às agremiações estudantis maior apoio e incentivo institucional, de um modo geral (Minas Gerais, 2014).

A citação acima evidencia a relevância da gestão democrática nas escolas estaduais, destacando o papel dos Grêmios Estudantis e da participação ativa dos alunos na vida escolar e comunitária. Nos últimos anos, a SEE intensifica os esforços para consolidar um modelo de gestão democrática, com o objetivo de valorizar as iniciativas discentes e fortalecer os grêmios como instâncias de participação.

Ao fomentar a escuta e a atuação dos alunos em diferentes esferas da vida escolar, a SEE busca promover uma educação mais inclusiva e dinâmica. Contudo, essa participação ainda ocorre de maneira pontual e restrita, revelando a ausência de um debate mais amplo e de um suporte institucional robusto às entidades estudantis. Tal cenário demonstra que os grêmios carecem de incentivos concretos por parte das instituições escolares, o que compromete a efetividade da participação estudantil.

Assim, torna-se fundamental que as escolas e os órgãos gestores reconheçam a importância de investir na formação e no fortalecimento dos Grêmios Estudantis, oferecendo-lhes recursos e espaços que permitam o pleno exercício de seu papel na gestão escolar e no cotidiano da comunidade. A promoção de uma gestão democrática exige o envolvimento efetivo dos estudantes. Ao apoiar os grêmios, a escola contribui para a construção de um ambiente educacional mais participativo, inclusivo e democrático.

Conforme exposto, a SEE orienta as escolas a promoverem o protagonismo estudantil. No entanto, a existência de diretrizes educacionais não garante a implementação de tais práticas no cotidiano escolar. A própria SEE reconhece que muitas das ações ocorrem de forma pontual. No caso da escola analisada, as evidências apontam para a prevalência de práticas isoladas e centralizadas.

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) da instituição, em consonância com as diretrizes da SEE, afirma que "a gestão democrática é construída diariamente nas atividades escolares, desde as propostas de atividade em sala, até as decisões sobre os investimentos a serem realizados na escola" (EEPRCF, 2019a, p. 34). Apesar do alinhamento do discurso oficial com a proposta pedagógica da SEE, a prática escolar não reflete as orientações documentais.

Ainda segundo o PPP, a escola reconhece a existência de baixo desempenho escolar, associado à frequência e ao abandono. Diante dessa realidade, propõe a ação "Quem Falta Faz Falta", com o objetivo de aumentar a assiduidade e a permanência dos estudantes. Para atingir esse objetivo o PPP propõe:

Serão executadas diferentes ações, primeiramente seguindo o previsto na legislação vigente: convocação das famílias para justificar as ausências; encaminhamento ao Conselho Tutelar e/ou Ministério Público; além de estabelecimento de parcerias entre escola, comunidade, Colegiado e Grêmios Estudantis com projetos de incentivo à frequência e permanência do aluno na escola (EEPRCF, 2019a, p. 52).

Contudo, apesar de mencionar o Grêmio Estudantil, o PPP não apresenta evidências de sua atuação efetiva na escola. Na prática, os órgãos com maior visibilidade são o Colegiado Escolar e os Conselhos de Classe. A análise da atuação desses órgãos é essencial para compreender eventuais limitações na gestão participativa da instituição.

No que se refere à eleição do Colegiado Escolar, a ata da reunião do “Dia do Colegiado Escolar” registra:

Aos trinta e um dias do mês de agosto de dois mil e vinte e dois, às dezenove horas reuniram-se na E. E. Pedro Ribeiro Cavalcante Filho equipe gestora, funcionários, alunos, pais e/ou responsáveis, membros do Colegiado Escolar para a reunião do “Dia do Colegiado Escolar” para apresentação e estudo da Resolução SEE nº 4.764 de 23 de agosto de 2022, que dispõe sobre a Assembleia Escolar e sobre a estrutura, funcionamento e processo de eleição dos membros do Colegiado Escolar na rede estadual de ensino de Minas Gerais (EEPRCF, 2022a, p. 1).

O trecho evidencia que a escola realizou a eleição do Colegiado conforme os trâmites legais. No entanto, a equipe gestora não forneceu as atas solicitadas para análise da participação discente nesse órgão. A ausência desses registros dificulta a verificação da efetividade da participação estudantil, sugerindo que essa participação pode ter sido inexistente ou não documentada.

Além disso, o documento “Ata de Resultado Final e Composição do Colegiado”, datado de 13 de setembro de 2022, apresenta os nomes dos representantes do magistério, do corpo administrativo, dos responsáveis e dos estudantes (EEPRCF, 2022b). Ainda assim, a simples apresentação da composição do Colegiado não substitui a análise de sua atuação que requer o acesso a atas adicionais – não disponibilizadas à pesquisa.

De forma semelhante, a análise do Conselho de Classe fornece dados relevantes sobre a representatividade discente. A pesquisa examinou o Livro de Atas de Conselho de Classe Final dos Anos Finais e do Ensino Médio, datado de 10 de dezembro de 2022, abrangendo turmas do 6º ao 9º ano e do Ensino Médio. Embora todas as atas mencionem a presença de representantes de turma, nenhuma apresenta assinaturas ou registros que comprovem essa participação. As únicas assinaturas encontradas são da equipe pedagógica.

Essa ausência documental levanta questionamentos sobre o real envolvimento dos estudantes nos espaços colegiados. Para corroborar esse dado, a pesquisa

analisou 24 atas de Conselhos de Classe Final de 2022, referentes às turmas de 6º ano (601, 602, 603 e 604), 7º ano (701, 702, 703 e 704), 8º ano (801, 802, 803, 804) e 9º ano (901, 902, 903 e 904), além das turmas do Ensino Médio (101, 102, 103, 201, 202, 301, 302 e 303). Em todas, há menção à presença dos representantes discentes, mas nenhuma inclui assinatura dos estudantes, conforme detalhado no Quadro 1.

Quadro 1 – Dados extraídos das atas do Conselho de Classe Final da Escola Estadual Pedro Ribeiro Cavalcante Filho (2022)

| <b>Turma</b> | <b>Data</b> | <b>Situação</b>                  |
|--------------|-------------|----------------------------------|
| 601          | 10/12/2022  | Não consta assinatura de alunos. |
| 602          | 10/12/2022  | Não consta assinatura de alunos. |
| 603          | 10/12/2022  | Não consta assinatura de alunos. |
| 604          | 10/12/2022  | Não consta assinatura de alunos. |
| 701          | 10/12/2022  | Não consta assinatura de alunos. |
| 702          | 10/12/2022  | Não consta assinatura de alunos. |
| 703          | 10/12/2022  | Não consta assinatura de alunos. |
| 704          | 10/12/2022  | Não consta assinatura de alunos. |
| 801          | 10/12/2022  | Não consta assinatura de alunos. |
| 802          | 10/12/2022  | Não consta assinatura de alunos. |
| 803          | 10/12/2022  | Não consta assinatura de alunos. |
| 804          | 10/12/2022  | Não consta assinatura de alunos. |
| 901          | 10/12/2022  | Não consta assinatura de alunos. |
| 902          | 10/12/2022  | Não consta assinatura de alunos. |
| 903          | 10/12/2022  | Não consta assinatura de alunos. |
| 904          | 10/12/2022  | Não consta assinatura de alunos. |
| 101          | 10/12/2022  | Não consta assinatura de alunos. |
| 102          | 10/12/2022  | Não consta assinatura de alunos. |
| 103          | 10/12/2022  | Não consta assinatura de alunos. |
| 201          | 10/12/2022  | Não consta assinatura de alunos. |
| 202          | 10/12/2022  | Não consta assinatura de alunos. |
| 203          | 10/12/2022  | Não consta assinatura de alunos. |
| 301          | 10/12/2022  | Não consta assinatura de alunos. |
| 302          | 10/12/2022  | Não consta assinatura de alunos. |

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados das atas do Conselho de Classe Final da Escola Estadual Pedro Ribeiro Cavalcante Filho (EEPRCF, 2022c).

A ausência sistemática de assinaturas indica que os representantes discentes possivelmente não participaram das reuniões dos Conselhos de Classe em 2022. Tal

constatação reforça a necessidade de repensar os mecanismos de convocação, registro e formação dos estudantes para o exercício consciente da representação estudantil.

As evidências levantadas sugerem que a falta de participação discente nos órgãos representativos compromete a consolidação da gestão democrática. Os colegiados escolares são instrumentos fundamentais para fomentar a participação, descentralizar decisões e qualificar o processo educativo. A presente pesquisa contribui para a análise dessa realidade ao investigar a situação-problema, propor caminhos para uma gestão mais participativa e fortalecer o papel social da escola.

O caso de gestão examinado centra-se na participação dos estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental e do 3º ano do Ensino Médio nos órgãos colegiados. A baixa participação observada pode decorrer de múltiplos fatores, como desconhecimento do papel dos conselhos, barreiras institucionais, estrutura hierárquica rígida e falhas na comunicação entre estudantes e gestão escolar. A pesquisa de campo busca investigar essas hipóteses.

A análise do PPP da escola oferece elementos importantes para compreender como a instituição aborda o engajamento discente. A comparação entre o proposto no PPP e a realidade observada permite identificar lacunas e direcionar estratégias de fortalecimento da participação estudantil.

Na escola, existem os seguintes espaços de participação e gestão democrática: Colegiado Escolar, Conselhos de Classe, Conselho de Representantes de Turma, Assembleia Escolar e Assembleia de Turma. A escola se comunicou com seus estudantes no último ano através dos professores/especialistas na sala de aula, comunicado por escrito aos responsáveis, mural na escola e redes sociais (EEPRCF, 2019a, p. 34).

A discrepância entre o que o PPP propõe e o que se observa na prática, com o funcionamento restrito ao Colegiado Escolar e aos Conselhos de Classe, evidencia uma desconexão entre a teoria e a implementação efetiva das políticas educacionais. Embora o PPP idealize a existência de diversos órgãos representativos como estratégia para promover a participação discente e a democratização da gestão escolar, a realidade revela limitações significativas nesse aspecto.

O Regimento Escolar, em seu artigo 16, define os atributos da organização administrativa e destaca a existência dos órgãos colegiados ao afirmar: “entende-se a estrutura da escola como estabelecimento de ensino, destinada a executar as

funções de deliberações e prestação de serviços, compondo-se de: I- diretoria; II- órgãos colegiados; III- serviços de apoio administrativo” (EEPRCF, 2019b, p. 9).

No mesmo documento, o Título IV dispõe sobre os órgãos colegiados:

Art. 21 - Denominam-se órgãos colegiados aqueles destinados a prestar assessoramento técnico pedagógico e administrativo às atividades da Escola.

Parágrafo único. Os órgãos colegiados permitem o processo permanente de reflexão e discussão dos problemas e dificuldades da instituição, na busca de estratégias e recursos viáveis à concretização dos objetivos da comunidade escolar.

Art. 22 - Constituem os órgãos colegiados da Escola:

I – Colegiado Escolar;

II – Conselho de Classe (EEPRCF, 2019b, p. 11).

Tanto o Regimento Escolar quanto o PPP preveem ações e estruturas para garantir a efetividade desses órgãos representativos. No entanto, a prática cotidiana da escola não reflete essas previsões, uma vez que não se observam evidências que confirmem a participação efetiva dos estudantes nas reuniões do Conselho de Classe e do Colegiado Escolar.

A ausência do Grêmio Estudantil reforça esse desalinhamento entre o previsto no PPP e a realidade institucional. Tal instância representativa desempenha papel fundamental na promoção do envolvimento discente, pois possibilita aos alunos expressarem suas opiniões, participarem ativamente da vida escolar e contribuírem para a construção de uma comunidade escolar mais democrática e participativa.

Outro aspecto que evidencia essa desconexão refere-se à atuação dos representantes de turma. Embora a escola tenha realizado uma eleição para escolha dos representantes, não se identificaram documentos que oficializem a organização desse grupo no interior da instituição.

Cabe ainda considerar a responsabilidade da escola, da gestão e dos servidores na promoção de espaços adequados para o diálogo, a representatividade e a participação. A ausência de tais espaços pode comprometer o envolvimento juvenil e enfraquecer o exercício da cidadania no contexto da gestão democrática.

Corroborando essa perspectiva, Moreira, Bocchetti e Figueiredo (2017, p. 125) argumentam que:

A gestão democrática, portanto, não deve ser entendida apenas como um preceito constitucional, mas como meta para a organização das instituições públicas do país. É necessário compreender que a democratização, sobretudo no campo da gestão educacional, além de

se pautar na participação dos sujeitos, é base para a construção da autonomia escolar, o que gera corresponsabilidades e possibilita parcerias com a comunidade envolvida com a educação.

No cotidiano escolar, observa-se o desenvolvimento de projetos e práticas alinhadas às diretrizes legais, mas muitas dessas iniciativas partem da equipe gestora e mantêm uma lógica centralizadora. A gestão, portanto, não assegura aos estudantes espaços de escolha e de direcionamento no que se refere ao desenvolvimento das ações pedagógicas.

Exemplo disso é a elaboração do Regimento Escolar, documento orientador da instituição, redigido exclusivamente pela equipe gestora, sem a participação dos servidores, estudantes ou comunidade. Essa centralização contrasta com as diretrizes que defendem uma gestão democrática e descentralizada e compromete a efetivação da participação coletiva.

O capítulo 2 do Regimento Escolar, ao tratar dos objetivos específicos da instituição, define no artigo 10 que a escola deve possibilitar aos estudantes a capacidade de:

- I - reconhecer a presença dos princípios que fundamentam as normas e leis no contexto social;
- II - refletir criticamente sobre as normas morais e sociais, buscando sua legitimidade na realização do bem comum;
- III - utilizar os conhecimentos adquiridos na construção de uma sociedade justa e democrática;
- IV - assumir posições segundo seu próprio juízo de valor, considerando diferentes pontos de vista e aspectos de sua situação;
- V - construir uma imagem positiva de si, de respeito próprio e reconhecimento de sua capacidade de escolher e de realizar seu projeto de vida;
- VI - compreender o conceito de justiça, baseado na equidade e empenhar-se em ações solidárias e cooperativas;
- VII- adotar atitudes de respeito às diferenças individuais repudiando as injustiças e discriminações;
- VIII - valorizar e empregar o diálogo como forma de mediar conflitos e tomar decisões coletivas;
- IX - refletir sobre as atividades na comunidade buscando interação direta e indireta com as práticas da sociedade de natureza econômica, política, sócio - cultural, ético e moral (EEPRCF, 2019b, p. 8).

Esses objetivos seguem os parâmetros legais e propõem formar sujeitos conscientes, capazes de atuar na promoção de uma sociedade mais justa e democrática. No entanto, as práticas institucionais não acompanham tais diretrizes,

revelando um distanciamento entre o discurso normativo e a realidade vivenciada na escola.

A dificuldade de efetivar a gestão democrática emerge como um dos principais desafios. A situação também se repete no PPP (EEPRCF, 2019a), que afirma que a educação deve comprometer-se com o fortalecimento da cidadania, a ser alcançada por meio da integração, da compreensão e da solidariedade.

O documento ainda propõe a implementação de uma educação voltada à formação de cidadãos e cidadãs conscientes do ambiente que os cerca e das diferenças existentes entre os diversos sujeitos da sociedade. Ressalta, por fim, a necessidade de se desenvolver ações voltadas à cidadania, aos direitos humanos, às relações étnico-raciais e à educação ambiental (EEPRCF, 2019a, p. 24).

A discrepância entre as diretrizes estabelecidas pelo Regimento Escolar e pelo PPP – que enfatizam a importância da gestão democrática e da formação cidadã – e a ausência de práticas que efetivem esses princípios evidencia um desafio estrutural da instituição. Superar esse entrave requer o engajamento coletivo da comunidade escolar, com a identificação de obstáculos, a promoção de espaços de escuta e diálogo, e o fortalecimento de mecanismos de participação discente.

Neste capítulo, analisou-se o caso de gestão referente à participação estudantil nas séries finais da educação básica, com foco na atuação discente nos órgãos representativos da Escola Estadual Pedro Ribeiro Cavalcante Filho, especialmente o Conselho de Classe e o Colegiado Escolar. Também se discutiram os marcos normativos da gestão democrática e da participação estudantil nos contextos nacional e estadual, destacando o processo histórico da democracia brasileira e o cenário político-educacional mineiro. Essa abordagem permitiu compreender o contexto institucional da escola, assim como as tensões e potencialidades que permeiam a consolidação de práticas participativas.

Com base nesse panorama, o Capítulo 3 propõe-se a analisar a realidade da escola investigada, mobilizando referenciais teóricos sobre juventudes, participação e gestão democrática, em diálogo com os dados de campo. O objetivo consiste em articular teoria e prática para aprofundar a compreensão sobre os sentidos e limites da participação estudantil no cotidiano escolar.

### **3 PARTICIPAÇÃO DAS JUVENTUDES ESTUDANTIS NA ESCOLA ESTUDADA, NA PERSPECTIVA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA**

Este capítulo, de caráter analítico, apresenta o referencial teórico que fundamenta a pesquisa, abordando conceitos-chave relacionados às juventudes, à participação estudantil e à gestão democrática na escola. Também explicita a metodologia adotada e analisa os dados produzidos nas entrevistas, articulando teoria e prática na compreensão da realidade investigada.

A primeira seção discute o conceito de juventudes, com base nos estudos de Dayrell (1996, 2003, 2007). Em seguida, expõe as contribuições de Carrano (2000, 2009), que analisa a complexa relação entre as identidades culturais juvenis e a instituição escolar, e de Peralva (1997), que investiga a reconstrução histórica do papel social dos jovens e o surgimento de novos significados atribuídos à juventude diante das transformações sociais contemporâneas.

A segunda seção analisa o conceito de participação estudantil, com apoio nos trabalhos de Dayrell (2003), Ferretti, Zibas e Tartuce (2004), Cury (2008, 2011) e Dayrell, Gomes e Leão (2010). Discute-se a relevância do envolvimento dos estudantes nos processos decisórios da escola e na construção de uma educação democrática e participativa.

A terceira seção amplia a discussão conceitual ao abordar a gestão democrática, com base em Lück (2009), Cury (2011), Gadotti (2014) e Paro (2016). Examina-se os princípios e práticas necessários à consolidação de uma gestão escolar participativa, que envolva todos os segmentos da comunidade educativa.

Por fim, a quarta seção apresenta a metodologia da pesquisa, detalhando os procedimentos utilizados na coleta e análise dos dados.

#### **3.1 JUVENTUDES**

A pesquisa adota o conceito de juventudes como categoria central, por permitir a compreensão da diversidade de experiências e representações sociais vivenciadas pelos estudantes em seus contextos específicos. Com base na perspectiva de Dayrell (1996, 2003, 2007), que compreende a juventude como condição social e representação simbólica, este estudo supera visões homogêneas sobre os jovens, reconhecendo sua pluralidade e suas demandas particulares. Essa abordagem teórica

subsídia a análise das relações entre estudantes e escola, além de fundamentar políticas e práticas educacionais mais inclusivas e sensíveis às necessidades das juventudes contemporâneas.

Peralva (1997) investiga a reconstrução do papel social do jovem ao longo da história e analisa o surgimento de novos significados para a juventude, à luz das transformações sociais recentes. Ao discutir a cristalização histórica das idades da vida, Peralva afirma que essas etapas não se constituem como fenômenos naturais, mas sim como construções sociais e históricas associadas à modernidade.

Tanto Peralva (1997) quanto Dayrell (2003) compreendem a juventude como categoria diversa e multifacetada, atravessada por condicionantes sociais, culturais, de gênero e territoriais. Dayrell (2003) enfatiza que o conceito de juventudes não se reduz a uma noção unificadora dos jovens como grupo homogêneo, mas abrange múltiplas formas de ser jovem, determinadas por contextos sociais, econômicos, culturais e políticos diversos. O autor reconhece os jovens como sujeitos sociais ativos, que moldam e são moldados pelas dinâmicas da sociedade.

Construir uma noção de juventude na perspectiva da diversidade implica, em primeiro lugar, considerá-la não mais presa a critérios rígidos, mas sim como parte de um processo de crescimento mais totalizante, que ganha contornos específicos no conjunto das experiências vivenciadas pelos indivíduos no seu contexto social. Significa não entender a juventude como uma etapa com um fim predeterminado, muito menos como um momento de preparação que será superado com o chegar da vida adulta (Dayrell, 2003, p. 42).

Com base nessa perspectiva, este estudo reconhece a diversidade das juventudes, considerando marcadores sociais como classe, etnia, gênero e território, que influenciam diretamente suas vivências e perspectivas. Para Dayrell (2003), compreender os jovens enquanto sujeitos sociais requer uma abordagem que considere essa heterogeneidade, articulada às suas interações com as comunidades, escolas, famílias e outros espaços sociais.

Dayrell (2003) também argumenta que os jovens constituem sujeitos históricos, movidos por desejos e inseridos em relações sociais. Esses sujeitos se constroem e são construídos no interior dessas relações, ao mesmo tempo em que intervêm sobre elas. Assim, as instituições sociais – como escolas, famílias e comunidades – exercem papéis ambíguos no desenvolvimento juvenil: podem tanto promover quanto restringir sua participação social (Dayrell, 2007).

Nesse contexto, a escola pública pode representar um espaço de oportunidades e desenvolvimento pessoal, ao mesmo tempo em que se constitui como um local de interação social e cultural. No entanto, as condições adversas frequentemente enfrentadas por essas instituições limitam a realização de práticas que atendam às demandas juvenis. Dayrell (2007) destaca o potencial da escola pública para oferecer atividades coletivas voltadas à juventude em situação de vulnerabilidade, possibilitando certo grau de participação:

Assim, apesar das condições adversas, a escola pública ainda pode ser considerada como um espaço de realização de atividades coletivas para a juventude pobre possibilitando algum nível de participação juvenil. As questões que se colocam então são: como essas atividades são desenvolvidas? Quem são os jovens que delas participam? Essas escolas conseguem dialogar com o mundo da produção cultural juvenil existente no seu entorno, articulando-o com as suas vivências escolares? (Dayrell, 2007, p. 247).

A partir dessa análise, o autor propõe que a capacidade da escola pública de se conectar com a cultura juvenil local pode determinar o engajamento dos estudantes nas atividades escolares. Entretanto, em trabalhos anteriores, Dayrell (2007) apresenta uma crítica ao papel que a escola desempenha na formação das juventudes. Segundo ele, a escola se distancia dos interesses juvenis, marcada por uma rotina enfadonha e por práticas pedagógicas que pouco contribuem à formação dos estudantes. O autor questiona, ainda, a capacidade da escola pública de enfrentar as desigualdades sociais, afirmando que, embora tenha se tornado menos desigual, ela permanece injusta.

Dessa forma, a escola se constitui como um espaço heterogêneo, que articula múltiplas dimensões sociais. A apropriação e a reconstrução das práticas escolares pelos sujeitos que nela atuam – como alunos e professores – configuram a escola como um processo permanente de construção social (Dayrell, 2007). Os estudantes ressignificam os espaços escolares ao criar sentidos e formas próprias de sociabilidade. Nesse sentido, Dayrell (1996, p. 2) compreende a escola como espaço sociocultural próprio, estruturado em duas dimensões: a institucional, baseada em normas e regras, e a cotidiana, composta por uma trama complexa de relações sociais, conflitos, estratégias, acordos e resistências. A vida escolar emerge, assim, da ação recíproca entre sujeito e instituição, em processo marcado pela heterogeneidade.

Compreender a escola nessa perspectiva exige reconhecer o papel dos sujeitos sociais – alunos e professores – como agentes históricos. Esses sujeitos chegam à escola com experiências prévias que influenciam suas interações, interpretações e atribuições de sentido ao mundo. A escola, portanto, não se limita à função de transmissão de saberes, mas também atua como espaço de produção cultural e de experiências sociais (Dayrell, 1996).

Dayrell (1996) propõe, assim, uma visão ampliada da escola, destacando o protagonismo dos sujeitos no cotidiano escolar. O autor reforça a importância de considerar a estrutura institucional e as vivências dos alunos na análise do processo educativo. Defende, ainda, uma escola voltada à formação humana integral, sensível às necessidades estudantis e capaz de ir além da simples reprodução de conteúdos.

No mesmo campo de reflexão, Carrano (2009) analisa a relação entre as identidades juvenis e a instituição escolar. Embora não apresente contrapontos diretos a Dayrell (1996), suas contribuições complementam e aprofundam a compreensão da juventude em sua interface com a escola.

Carrano (2000) considera que os jovens constroem suas identidades a partir de múltiplas referências, tanto escolares quanto extraescolares. O autor defende que a escola precisa reconhecer e dialogar com essas identidades, evitando sua negação ou repressão, que resultariam em conflitos e afastamento entre estudantes e instituição.

Tal como Dayrell (2007), Carrano (2000) valoriza a diversidade das experiências juvenis e a necessidade de a escola lidar com essa pluralidade. Segundo ele, os jovens ingressam na escola portando identidades construídas em suas relações sociais, culturais e comunicacionais.

Carrano (2009) reforça a importância de a escola constituir-se como espaço acolhedor e aberto ao diálogo com as culturas juvenis, respeitando suas especificidades e compreendendo as tensões próprias da juventude. Essa perspectiva aproxima-se da visão de Dayrell (2007), ao reconhecer os jovens em suas condições sociais e culturais.

Dessa forma, as contribuições de Carrano (2009) ampliam a análise de Dayrell (2007), ao enfatizar o reconhecimento das identidades juvenis no contexto escolar e o papel da escola na mediação dessas identidades. Ambos os autores propõem uma abordagem complexa e multidimensional da relação entre juventudes e instituição escolar.

Após a discussão conceitual sobre as juventudes, torna-se fundamental compreender como esses sujeitos se inserem na escola e exercem sua participação. A escola, enquanto espaço de socialização e formação, deve garantir mecanismos para que os estudantes se expressem, reivindiquem seus direitos e participem ativamente das decisões que os envolvem.

A participação estudantil configura-se, assim, como elemento central para a democratização da escola e para a construção de uma educação mais inclusiva e significativa. Cabe, portanto, analisar de que maneira as juventudes se apropriam dos espaços escolares de participação e como a escola responde a essas demandas, considerando as especificidades e diversidades que marcam o universo juvenil.

### **3.1.1 Participação estudantil**

A participação estudantil constitui um conceito fundamental para esta pesquisa, pois expressa o envolvimento ativo e engajado dos estudantes no processo educacional. Esse envolvimento abrange tanto a participação nas atividades de aprendizagem quanto na tomada de decisões curriculares e na vida escolar como um todo.

O debate sobre a inserção dos jovens no espaço educacional ganhou relevância ao longo dos anos, alcançando maior destaque na década de 1990, quando diversos documentos oficiais, em âmbitos federal e estadual, passaram a reconhecer e valorizar explicitamente a importância dessa participação.

Embora o conceito de participação de jovens (e dos pais) na vida da escola não seja novo, na década de 90 foram emitidos diferentes O debate documentos oficiais – tanto em nível federal, quanto nos estados – que explicitaram e valorizaram essa participação, argumentando que é por meio dela que cada unidade escolar democratiza sua gestão e cumpre efetivamente sua função, tornando-se um espaço pedagógico atraente e desafiador para os jovens, de modo a favorecer seu progresso intelectual, social e afetivo, e, ainda, um espaço democrático, confiável e culturalmente rico para pais e para a comunidade, com vistas a um intercâmbio fecundo entre a escola e o seu entorno. As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio – DCNEM – constituem o meio legal mais importante para a difusão do protagonismo juvenil no ensino médio (Ferretti; Zibas; Tartuce, 2004, p. 412).

Tais documentos, conforme destacam os autores, argumentam que a participação dos jovens e de seus responsáveis se mostra essencial para a democratização da gestão escolar. Defendem que, para que a escola cumpra efetivamente sua função social, deve constituir-se como um espaço pedagógico atrativo e desafiador para os jovens, bem como um ambiente democrático, confiável e culturalmente enriquecedor para a comunidade.

A participação estudantil configura-se como um processo dinâmico e em constante transformação. Para que os jovens se percebam como parte efetiva do processo educativo, torna-se imprescindível que as instituições escutem suas vozes e promovam um ambiente que valorize e estimule sua atuação (Ferretti; Zibas; Tartuce, 2004).

Dayrell, Gomes e Leão (2010) concebem a participação estudantil como uma forma de exercício da cidadania e da democracia, sendo um direito inalienável de todo sujeito social. Cury (2008) corrobora essa perspectiva ao considerar a participação um elemento estruturante de democratização da escola, possibilitando o envolvimento efetivo de todos os segmentos nas instâncias decisórias. Compreender como se dá o processo de participação discente nas decisões pedagógicas e administrativas da escola revela-se, portanto, essencial para avaliar a qualidade da educação e a formação de cidadãos críticos e atuantes.

A literatura acadêmica tem se debruçado sobre o tema, buscando compreender as formas de engajamento dos estudantes e suas contribuições para a gestão escolar. Dayrell (2003) destaca que a participação estudantil se configura como um processo de conquista, no qual os sujeitos se envolvem em ações que fortalecem sua presença nos espaços de decisão. Esse fortalecimento exige mais do que a criação de canais formais de participação: demanda o desenvolvimento de uma cultura que empodere os estudantes como sujeitos ativos na gestão escolar.

Dayrell, Gomes e Leão (2010) questionam o papel da participação juvenil no ambiente escolar como meio de consolidação da democracia educacional e de promoção de uma educação mais inclusiva e significativa:

Tendo em vista a condição social da juventude brasileira, suas experiências de participação e as suas representações sobre o mundo da política discutidas anteriormente, cabe nos perguntarmos sobre o papel da escola, sobretudo a pública, em relação ao tema. Em que medida a instituição escolar fomenta experiências que estimulam o aprendizado e a experimentação em torno da participação social e

política? A organização escolar em sua forma e conteúdo tem priorizado uma formação que permite aos jovens se posicionarem criticamente diante da realidade e vislumbrarem formas de ação coletiva em torno de suas demandas? Ela se preocupa em estimular a participação na gestão escolar e a organização autônoma dos estudantes? Tendo como foco a participação social e política, qual lugar a escola ocupa na vida dos jovens? (Dayrell; Gomes; Leão, 2010, p. 245).

Argumentam que essa participação não deve se restringir a atividades extracurriculares, mas integrar-se como componente essencial do processo educativo. Para tanto, a escola deve reconhecer e valorizar as experiências, perspectivas e habilidades dos jovens, integrando-os ativamente na vida acadêmica e nas decisões institucionais.

Cury (2011) complementa essa visão ao afirmar a necessidade de uma gestão baseada na transparência, na participação e no trabalho coletivo. Essa abordagem, além de fortalecer os princípios democráticos, capacita os alunos a posicionarem-se criticamente diante da realidade e se mobilizarem em torno de suas demandas.

Em estudos anteriores, Cury (2008) argumenta que a participação estudantil contribui para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Defende que os estudantes devem assumir um papel ativo nos processos decisórios, atuando não como espectadores, mas como agentes que influenciam a definição de estratégias e a organização escolar. Essa participação deve basear-se em uma leitura crítica da realidade social e histórica, favorecendo o desenvolvimento do pensamento crítico e da tomada de decisões alinhadas aos interesses e necessidades do corpo discente.

Nessa linha, as contribuições de Cury (2008) convergem com as ideias de Dayrell, Gomes e Leão (2010), ao afirmarem que a participação estudantil desenvolve competências cidadãs e prepara os estudantes não apenas para o sucesso acadêmico, mas também para o exercício pleno da cidadania em uma sociedade democrática.

Para garantir a efetividade da participação discente na gestão escolar, torna-se necessário fomentar uma cultura de participação que empodere os estudantes, criar espaços que transcendam os grêmios estudantis, e fortalecer o protagonismo juvenil mediante ações e decisões coletivas e democráticas (Dayrell, 2007).

Sob essa ótica, Cury (2011) reforça a importância de uma gestão educacional democrática, orientada pela transparência, impessoalidade, autonomia, participação, liderança e trabalho coletivo. Essa concepção assegura o tratamento dos indivíduos

como cidadãos ativos e transforma a escola em um espaço de aprendizagem e desenvolvimento integral.

Embora constitua um tema central, a participação estudantil não pode ser analisada de forma isolada. Para que se concretize, deve inserir-se em um contexto de gestão democrática, no qual todos os segmentos da comunidade escolar – estudantes, docentes, funcionários e famílias – tenham representatividade e voz ativa nos processos decisórios. A participação discente atinge seu pleno potencial quando a escola adota uma gestão participativa e compartilhada.

Nessa perspectiva, a presença ativa dos jovens na escola representa um meio de democratizar a gestão escolar, permitindo que a instituição cumpra com maior efetividade sua função educativa. Essa participação contribui para tornar o ambiente escolar mais atrativo e desafiador, favorecendo o desenvolvimento intelectual, social e afetivo dos estudantes. Além disso, a escola deve consolidar-se como um espaço democrático e culturalmente rico, promovendo a interação entre alunos, famílias e comunidade, e estabelecendo um intercâmbio formativo (Ferretti; Zibas; Tartuce, 2004).

Conclui-se, portanto, que a participação estudantil integra o escopo mais amplo da gestão democrática, na qual todos os atores educacionais têm a oportunidade de contribuir para a construção de uma escola pública de qualidade, equitativa e inclusiva.

### **3.1.2 Gestão democrática**

Considerando os objetivos desta pesquisa, o conceito de gestão democrática assume centralidade, pois permite analisar em que medida a escola investigada implementa esse princípio fundamental da educação brasileira, consagrado na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

Paro (2016) define a gestão democrática como a participação efetiva dos diversos segmentos da comunidade escolar – professores, estudantes, pais e funcionários – nos processos decisórios da escola. Cury (2002) argumenta que esse modelo de gestão constitui tanto um direito social quanto um princípio pedagógico, pois assegura à comunidade escolar o exercício de seu direito à participação nas decisões que impactam a educação de seus filhos, além de contribuir para a formação

de cidadãos críticos e participativos. Dessa forma, analisar a implementação da gestão democrática na escola pesquisada revela-se essencial para compreender como essa instituição promove a participação da comunidade escolar e assegura o direito à educação de qualidade.

Paro (2016) afirma que a gestão democrática representa um modelo de administração que estimula ativamente a participação de todos os envolvidos no processo educacional. Nesse modelo, as decisões ocorrem de forma coletiva, com a consideração de diferentes pontos de vista e opiniões, visando à melhoria da qualidade da educação.

Complementando esse debate, Cury (2011) destaca que a gestão democrática escolar garante o direito à educação de qualidade. Para o autor, essa forma de gestão transcende a participação formal de pais, estudantes e professores, ao envolver a redistribuição de poder e de responsabilidades no interior da instituição escolar.

A gestão democrática da educação é, ao mesmo tempo, por injunção da nossa Constituição (art. 37) (BRASIL, 1988): transparência e impessoalidade, autonomia e participação, liderança e trabalho coletivo, representatividade e competência. Voltada para um processo de decisão baseado na participação e na deliberação pública, a gestão democrática expressa um anseio de crescimentos dos indivíduos como cidadãos e do crescimento da sociedade enquanto sociedade democrática. Por isso a gestão democrática é a gestão de uma administração concreta (Cury, 2011, p. 494).

Nesse sentido, a gestão democrática constitui um princípio essencial para assegurar o direito à educação, ao promover a participação de todos os atores educacionais – estudantes, pais, professores e funcionários. Esse envolvimento democrático permite a construção de uma educação mais inclusiva, equitativa e de elevada qualidade.

Cury (2011) e Paro (2016) defendem que a gestão democrática, além de um princípio, representa um modelo que viabiliza a criação de canais de participação e se concretiza na prática social, permitindo aos sujeitos a autonomia necessária para atuarem em espaços onde se debatem conflitos e estruturas de poder. Essa concepção inclui a participação ativa na construção do projeto político-pedagógico e em todas as esferas da educação, com autonomia pedagógica, didática e financeira, tendo em vista a melhoria da qualidade do ensino.

Gadotti (2014) corrobora essa perspectiva ao indicar que a gestão democrática se configura como um princípio pedagógico e preceito constitucional, devendo basear-se na participação social e popular:

A gestão democrática não é só um princípio pedagógico. É também um preceito constitucional. O parágrafo único do artigo primeiro da Constituição Federal de 1988 estabelece como cláusula pétrea que “todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente”, consagrando uma nova ordem jurídica e política no país com base em dois pilares: a democracia representativa (indireta) e a democracia participativa (direta), entendendo a participação social e popular como princípio inerente à democracia. Em seu artigo 206, quando a Constituição Federal estabelece os “princípios do ensino”, inclui, entre eles, no Inciso VI, a “gestão democrática do ensino público”, princípio este retomado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (Gadotti, 2014, p. 1).

Para o autor, a escola deve constituir um espaço de diálogo e construção coletiva, onde todos os atores tenham voz e contribuam para a melhoria do ambiente educacional. Além disso, sustenta que a qualidade da educação está intrinsecamente vinculada à participação efetiva da sociedade, e que a implementação da gestão democrática ultrapassa o espaço escolar, alcançando todos os níveis de ensino e refletindo uma governança que valoriza a corresponsabilidade entre os diversos setores sociais.

Cury (2011) caracteriza a gestão democrática como "a gestão da administração concreta", alicerçada nos princípios de participação, transparência e coletividade. Para o autor, essa forma de gestão expressa o anseio pelo desenvolvimento tanto dos indivíduos enquanto cidadãos quanto da sociedade como um todo. Nessa perspectiva, a escola deve se constituir como um espaço de construção democrática, sem perder seu caráter específico como ambiente de ensino e aprendizagem.

Paro (2016), por sua vez, compreende a gestão democrática como um processo de aprendizado e de luta política, que busca transformar a escola em um espaço público de construção coletiva. O autor destaca o caráter transformador desse modelo, ao propor mudanças nas práticas pedagógicas e superar os desafios para a formulação de um novo projeto educacional.

Ambos os autores convergem na defesa da participação e do diálogo como elementos fundamentais para a efetivação da gestão democrática, que visa garantir o envolvimento direto ou indireto de todos os cidadãos nos processos decisórios em

assuntos de seu interesse. Nesse sentido, Cury (2011) e Paro (2016) compreendem a gestão democrática como um processo indispensável à democratização da escola e da sociedade, o qual exige a participação ativa dos diferentes atores educacionais.

Reforçando essas perspectivas, Lück (2009) concebe a gestão escolar como um processo que envolve a organização, mobilização e articulação de todas as condições materiais e humanas necessárias ao avanço dos processos socioeducacionais. A autora destaca que a gestão democrática pressupõe a participação ativa de professores e da comunidade escolar, visando à qualidade da educação para todos os estudantes.

Para Lück (2009), a gestão democrática favorece a criação de um ambiente escolar autônomo, baseado na participação e no compartilhamento de responsabilidades. A autora argumenta que essa forma de gestão ultrapassa uma exigência legal e deve integrar a cultura institucional, promovendo respeito mútuo e colaboração entre os sujeitos. A autora ainda ressalta que a gestão escolar precisa considerar a dinâmica cultural da escola, alinhando-se às diretrizes e políticas educacionais públicas, com o compromisso de consolidar princípios democráticos por meio de métodos que organizem e sustentem um ambiente educacional baseado na autonomia e na participação.

Lück (2009) e Gadotti (2014) convergem ao defender que a gestão democrática da educação pressupõe a participação ativa da população em todos os níveis de planejamento e gestão. Essa participação, segundo os autores, deve vir acompanhada de autonomia e poder decisório, a fim de assegurar o controle social sobre as políticas educacionais e promover uma educação capaz de transformar a realidade social.

Dessa forma, a gestão democrática escolar representa um processo essencial à democratização da educação e da sociedade. Lück (2009), Cury (2011) e Paro (2016) compreendem a gestão democrática como um instrumento transformador que requer o envolvimento efetivo de gestores, professores, estudantes e comunidade escolar. Assim, a gestão democrática configura-se como caminho indispensável para a formação de cidadãos críticos e participativos, capazes de atuar na transformação da realidade social em que vivem. Nesse contexto, a gestão democrática sustenta-se como um pilar central na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

### 3.2 METODOLOGIA DE PESQUISA

Esta seção apresenta as opções metodológicas adotadas para abordar os problemas identificados no caso investigado, com foco na análise dos fatores que dificultam a participação dos estudantes dos Anos Finais na Escola Estadual Pedro Ribeiro Cavalcante Filho. Adota-se a abordagem qualitativa por se mostrar a mais adequada à investigação dos motivos que limitam a participação estudantil na referida escola, uma vez que possibilita a compreensão aprofundada das experiências e das perspectivas dos sujeitos envolvidos.

A pesquisa qualitativa, conforme Gatti e André (2011), contribui significativamente para o avanço do conhecimento sobre a dinâmica do processo educacional, ao permitir uma análise detalhada das relações internas e externas nas instituições de ensino. Assim, a pesquisa qualitativa sustenta-se na capacidade de explorar e compreender a complexidade dos fenômenos sociais e das experiências humanas.

Entre as técnicas de coleta de dados, a pesquisa documental constitui um dos primeiros procedimentos adotados, conforme apresentado no Capítulo 2. Por meio de análise de documentos relevantes, a investigação contextualiza os problemas observados, com base em marcos legais como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), o Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

No âmbito estadual, a análise contempla documentos e resoluções normativas que regulamentam a implementação da gestão democrática nas escolas estaduais de Minas Gerais, conforme apresentado no Quadro 2.

Com o objetivo de aprofundar o contexto de análise, a pesquisa também apresenta dados de domínio público, que envolvem desde o desempenho acadêmico até aspectos de gestão e de participação estudantil. Esses dados incluem o número de alunos matriculados por etapa escolar em 2022, as taxas de rendimento por etapa, o desempenho do 9º ano em Língua Portuguesa e Matemática no Saeb, a evolução do Ideb entre 2015 e 2021, bem como a participação e o desempenho dos estudantes no Proeb nos anos de 2021, 2022 e 2023.

Quadro 2 – Documentos e resoluções normativas do estado de Minas Gerais

| <b>Documentos e resoluções normativas</b>                    | <b>Descrição</b>                                                                                                                                                |
|--------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Lei Estadual nº 12.084/1996                                  | Assegura a livre organização estudantil e estimula a participação dos estudantes na vida escolar.                                                               |
| Lei Estadual nº 13.410/1999                                  | Altera dispositivos da Lei nº 12.084/1996, reforçando a organização estudantil e a gestão democrática.                                                          |
| Resolução SEE nº 2.958/2016                                  | Estabelece diretrizes para a gestão democrática da educação nas escolas estaduais, incluindo a Assembleia Escolar e a eleição dos membros do Colegiado Escolar. |
| Lei Estadual nº 23.197/2018                                  | Institui o Plano Estadual de Educação de Minas Gerais, alinhado ao PNE, com ênfase na gestão democrática e participativa.                                       |
| Resolução SEE nº 4.692/2021                                  | Define normas para a organização e funcionamento do ensino nas escolas estaduais de educação básica, promovendo a participação estudantil.                      |
| Resolução SEE nº 4.764/2022                                  | Regulamenta a Assembleia Escolar e o Colegiado Escolar, fortalecendo a representatividade nas decisões escolares.                                               |
| Documento sobre o Conselho de Representante de Turma de 2022 | Incentiva a participação dos alunos nas decisões escolares por meio de conselhos de representantes de turma.                                                    |

Fonte: Elaborado pela autora com base nos Documentos e Resoluções Normativas do Estado de Minas Gerais.

A investigação também incorpora documentos institucionais da Escola Estadual Pedro Ribeiro Cavalcante Filho, os quais fornecem uma visão aprofundada da realidade escolar pesquisada. A análise desses documentos permite compreender a estrutura, as práticas e os registros relacionados aos processos colegiados e à organização interna da escola, conforme exemplificado no Quadro 3).

Além da pesquisa documental, a metodologia inclui a Roda de Conversa com os estudantes, técnica escolhida por sua natureza colaborativa e inclusiva, que permite aos participantes expressarem livremente suas opiniões e experiências. Moura e Lima (2015) destacam que a Roda de Conversa se configura como uma ferramenta eficaz de coleta de dados na pesquisa narrativa, pois cria um espaço dialógico que favorece a troca de experiências e a construção coletiva de sentidos, fundamentais para a compreensão das percepções de grupos sociais.

Quadro 3 – Documentos institucionais da Escola Estadual Pedro Ribeiro Cavalcante Filho

| Ano  | Documento                                                  |
|------|------------------------------------------------------------|
| 2019 | Projeto Político-Pedagógico.                               |
| 2019 | Regimento Escolar.                                         |
| 2022 | Ata da Reunião do "Dia do Colegiado Escolar".              |
| 2022 | Ata de Resultado e Composição do Colegiado Escolar.        |
| 2022 | Livro de Atas de Conselho de Classe Final dos Anos Finais. |

Fonte: Elaborado pela autora com base no acervo de documentos da Escola Estadual Pedro Ribeiro Cavalcante Filho.

A Roda de Conversa, ao promover um ambiente de escuta ativa e partilhada, facilita a interação, a reflexão crítica e a produção de dados qualitativos relevantes, especialmente na área educacional (Moura; Lima, 2015). A pesquisa seleciona por opção metodológica, estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental e do 3º ano do Ensino Médio. Essa escolha fundamenta-se na maturidade e nas vivências escolares desses alunos, que se encontram em fase de conclusão de etapas formativas e iniciam reflexões sobre suas trajetórias futuras.

Para garantir a diversidade e a representatividade nas rodas de conversa, a seleção dos estudantes ocorre por meio de sorteio, assegurando a participação equilibrada de meninas e meninos. Essa estratégia busca evitar qualquer tipo de viés, promovendo um ambiente inclusivo e igualitário. A metodologia prevê duas rodas de conversa, com oito participantes em cada uma, o que possibilita uma maior interação e aprofundamento dos relatos. As discussões seguem o roteiro apresentado no Apêndice A.

A pesquisa observa os princípios éticos exigidos, obtendo os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) assinados pelos responsáveis legais dos participantes. Os próprios alunos também assinam o termo, declarando ciência e concordância com a participação na pesquisa. Os documentos encontram-se nos Apêndices B e C.

A estrutura das rodas organiza-se em blocos temáticos, alinhados aos eixos teóricos desta investigação, com perguntas que estimulam a reflexão sobre a vivência escolar e a participação estudantil. Cada bloco é composto por perguntas específicas que guiam as conversas, incentivando os alunos a refletirem sobre suas vivências e a

expressarem suas opiniões de maneira crítica e construtiva. O roteiro adapta-se da dissertação de Ferreira (2011), com as devidas adequações ao presente estudo.

Complementarmente, a metodologia inclui um questionário com técnica de associação de palavras, no qual os estudantes escolhem 10 termos, entre 58 disponíveis, que associam à escola, como "Amizade", "Aprender", "Competição", "Cultura", "Desânimo", "Diálogo", "Disciplina", "Liberdade", "Progresso" e "Respeito ao outro". Essa técnica busca captar percepções espontâneas sobre o ambiente escolar. A lista completa encontra-se no Apêndice C.

O questionário também investiga as preferências dos alunos por atividades escolares, com opções como oficinas criativas, eventos culturais, competições acadêmicas, atividades esportivas, projetos de voluntariado, entre outras. O objetivo é compreender os interesses e as motivações estudantis no contexto curricular e extracurricular, e identificar o espaço que a escola oferece à escuta e à valorização das juventudes. Esses dados dialogam com os marcos teóricos discutidos neste trabalho, reforçando a importância da escuta qualificada e da construção de uma gestão democrática, que valorize os saberes e as experiências das juventudes no contexto escolar.

Como parte do esforço metodológico, a pesquisa realiza entrevistas com as gestoras da escola – diretora e vice-diretora – para captar suas percepções sobre a participação dos estudantes nos órgãos representativos. As entrevistas permitem compreender as práticas institucionais de estímulo ao protagonismo juvenil, além dos desafios enfrentados para efetivar a participação dos estudantes. Essa perspectiva é fundamental, pois os gestores têm uma visão abrangente das dinâmicas escolares e estão diretamente envolvidos nas decisões que afetam a vida dos alunos.

A escolha das gestoras justifica-se pelas funções que exercem, diretamente relacionadas à gestão escolar, e pela experiência acumulada na instituição. A diretora atua há mais de uma década na escola, o que lhe proporciona uma leitura crítica da evolução da participação estudantil. A vice-diretora, além de acompanhar a rotina pedagógica, participa ativamente de projetos voltados ao protagonismo juvenil e às representações discentes.

A coleta dos dados das entrevistas baseia-se em um roteiro de perguntas (Apêndice D), com gravação autorizada e posterior transcrição. As informações extraídas das entrevistas integram-se aos dados das rodas de conversa e do questionário, proporcionando uma análise mais ampla e consistente. A escuta das

gestoras oferece um olhar institucional que, associado aos relatos dos estudantes, amplia a compreensão sobre as dinâmicas da participação juvenil na escola.

### **3.2.1 Análise dos dados**

A análise organiza-se em três blocos temáticos, construídos a partir dos principais aspectos que emergiram das falas dos estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental e do 3º ano do Ensino Médio. Esses blocos – (1) motivação para frequentar a escola; (2) realização de atividades extracurriculares; (3) participação estudantil nos processos de decisão – resultam da recorrência e relevância dos temas apresentados pelos alunos durante os encontros. Os relatos possibilitam compreender diferentes percepções sobre a escola, revelando tanto seu papel na formação acadêmica e social quanto suas fragilidades na promoção de um ambiente inclusivo, democrático e significativo para os jovens.

As rodas de conversa ocorrem nos dias 26 e 27 de novembro de 2024, envolvendo os alunos do 9º ano do Ensino Fundamental e do 3º ano do Ensino Médio. No dia 26, todos os oito alunos do 9º ano participam da roda de conversa. No dia 27, a roda de conversa com os alunos do 3º ano conta com a presença de seis estudantes, enquanto duas alunas se ausentam sem justificativa. Apesar da menor participação, os alunos presentes contribuem de forma significativa para as discussões, refletindo sobre suas vivências e perspectivas em relação à escola e ao futuro.

Complementando as rodas de conversa, o pesquisador aplica um questionário no dia 5 de dezembro de 2024 aos mesmos estudantes que participam das rodas, com o objetivo de ampliar a escuta e captar percepções individuais sobre os temas investigados. O instrumento permite identificar padrões de opinião, validar aspectos abordados nas rodas e aprofundar nuances que, por vezes, não emergem em espaços coletivos de fala.<sup>3</sup>

Além disso, o pesquisador realiza entrevistas com gestores escolares nos dias 11 e 12 de dezembro de 2024. Essas entrevistas visam compreender a visão da equipe gestora sobre os desafios enfrentados pela escola, as estratégias adotadas

---

<sup>3</sup> Por se tratar de uma pesquisa realizada com estudantes menores de idade, a aplicação do questionário exigiu a autorização formal dos responsáveis legais. Em função do tempo reduzido destinado à coleta de dados e das exigências éticas inerentes ao processo, a amostra obtida apresentou dimensão limitada, o que restringiu a abrangência da aplicação.

para fomentar o engajamento estudantil e os limites percebidos na construção de um ambiente escolar mais democrático e participativo.

A escola, enquanto instituição formadora, deve ser um espaço de desenvolvimento intelectual e social, promovendo não apenas a transmissão de conteúdos, mas também o estímulo à cidadania e ao pertencimento dos estudantes ao ambiente escolar. Contudo, as percepções levantadas indicam que, para muitos alunos, a escola não atende plenamente a esses propósitos. As juventudes, conforme Dayrell (2003), não constituem um grupo homogêneo; pelo contrário, refletem diferentes realidades, expectativas e formas de interação com o espaço escolar. Por isso, compreender como os estudantes vivenciam a escola torna-se essencial para a construção de práticas pedagógicas mais eficazes e para a reformulação das relações entre alunos, professores e gestores.

Para melhor compreensão dos dados, organiza-se a discussão em três blocos temáticos. O primeiro bloco examina a motivação dos estudantes para frequentar a escola, destacando os fatores que os levam a participar do ambiente escolar, bem como as críticas que formulam ao modelo atual de ensino. O segundo bloco apresenta a percepção dos alunos sobre as atividades extracurriculares, identificando tanto os impactos positivos dessas iniciativas quanto os desafios enfrentados em sua organização e execução. Já o terceiro bloco aborda a participação estudantil e a representação dos alunos nos espaços de decisão da escola.

Para garantir maior clareza e organização dos relatos, o pesquisador identifica numericamente os alunos, conforme o Quadro 4.

O Quadro 4 apresenta a organização dos participantes das rodas de conversa realizadas com estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental e do 3º ano do Ensino Médio. A Roda de Conversa 1 reúne oito alunos do 9º ano, enquanto a Roda de Conversa 2 inclui seis estudantes do 3º ano do Ensino Médio. Essa divisão permite observar as percepções dos estudantes a partir das especificidades de cada etapa escolar, favorecendo uma escuta sensível às diferentes experiências, maturidades e demandas.

Quadro 4 – Registros das rodas de conversa com estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental

| <b>Rodas de Conversa</b> | <b>Aluno</b> | <b>Turma</b> |
|--------------------------|--------------|--------------|
| Roda de Conversa 1       | Aluno 1      | 9º ano       |
|                          | Aluno 2      | 9º ano       |
|                          | Aluno 3      | 9º ano       |
|                          | Aluno 4      | 9º ano       |
|                          | Aluno 5      | 9º ano       |
|                          | Aluno 6      | 9º ano       |
|                          | Aluno 7      | 9º ano       |
|                          | Aluno 8      | 9º ano       |
| Roda de Conversa 2       | Aluno 9      | 3º ano       |
|                          | Aluno 10     | 3º ano       |
|                          | Aluno 11     | 3º ano       |
|                          | Aluno 12     | 3º ano       |
|                          | Aluno 13     | 3º ano       |
|                          | Aluno 14     | 3º ano       |

Fonte: Elaborado pela autora com base na pesquisa de campo.

A escuta qualificada desses grupos possibilita compreender como os estudantes vivenciam a escola, quais espaços de participação reconhecem como legítimos e quais barreiras percebem no diálogo com a gestão e com os professores. As rodas de conversa, enquanto instrumento metodológico, revelam-se fundamentais para dar visibilidade às vozes juvenis, alinhando-se ao objetivo central da pesquisa, que consiste em compreender os sentidos atribuídos pelos próprios jovens à sua participação na vida escolar.

### **3.2.2 Análise dos dados do questionário: palavras associadas à imagem da escola**

Entre os instrumentos de coleta utilizados nesta pesquisa, o questionário aplicado aos estudantes dos Anos Finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio da Escola Estadual Pedro Ribeiro Cavalcante Filho inclui uma pergunta aberta que solicita aos participantes indicarem palavras associadas à imagem da escola. O

objetivo consiste em compreender, por meio de uma linguagem espontânea e subjetiva, como os discentes representam o espaço escolar.

A análise qualitativa e quantitativa das respostas revela a recorrência de termos que expressam tanto dimensões afetivas quanto aspectos institucionais e pedagógicos da escola. A Tabela 9 apresenta as palavras mais selecionadas pelos estudantes no questionário aplicado.

Tabela 9 – Frequência relativa das palavras mais selecionadas pelos estudantes no questionário

| Palavras      | Porcentagem |
|---------------|-------------|
| Futuro        | 92,0        |
| Amizade       | 64,0        |
| Sucesso       | 57,0        |
| Diálogo       | 50,0        |
| Profissão     | 50,0        |
| Ficar sentado | 50,0        |
| Disciplina    | 50,0        |
| Sonhar        | 50,0        |

Fonte: Elaborada pela autora com base na pesquisa de campo.

Essas expressões evidenciam que os estudantes percebem a escola simultaneamente como espaço de convivência, formação e projeção de futuro. Termos como “amizade” e “diálogo” apontam para a importância das relações interpessoais e da comunicação no cotidiano escolar. Já “disciplina” e “ficar sentado” refletem a estrutura normativa e a experiência física da sala de aula. “Profissão”, “sonhar” e “sucesso” sinalizam o papel da escola como mediadora de expectativas e caminhos possíveis para o futuro dos estudantes.

A coexistência desses sentidos afetivos, normativos e aspiracionais revela a complexidade da imagem que os alunos constroem da escola. Tal diversidade semântica reforça a ideia de que a instituição é vivida de forma plural, marcada tanto por vínculos positivos quanto por desafios e contradições.

Esses dados contribuem para a formulação dos blocos temáticos que compõem a próxima etapa da análise, estruturados a partir das falas e percepções dos estudantes, articulados com entrevistas à equipe gestora e observações realizadas no campo de pesquisa.

### 3.2.2.1 Bloco Temático 1: Motivação para frequentar a escola

As rodas de conversa com estudantes do 9º ano e do 3º ano revelam diferentes razões para a frequência escolar. Para alguns, a escola representa um passo essencial para a construção do futuro profissional; para outros, trata-se de uma obrigação sem grande significado. Entre expectativas, frustrações e reflexões, as falas dos alunos demonstram tanto o valor que atribuem à escolarização quanto as limitações que percebem no sistema educacional.

Essa diversidade de percepções evidencia a necessidade de uma escola mais atenta às realidades juvenis, capaz de dialogar com os interesses dos estudantes, reconhecer seus saberes e promover sua participação ativa nos processos decisórios. Ao escutá-los, torna-se possível repensar práticas pedagógicas e administrativas que frequentemente desconsideram as vozes e os desejos daqueles que vivenciam o cotidiano escolar.

No 3º ano, a maioria dos alunos enxerga a escola como uma etapa obrigatória para atingir seus objetivos acadêmicos e profissionais. O Aluno 9 (3º ano), na roda de conversa realizada em 27 de novembro de 2024, expressa essa preocupação: *“Nosso objetivo é o vestibular, entendeu? Então às vezes, o que não acontece muito, a escola ajuda. No que tange ao vestibular, principalmente em aulas como História, a Geografia, o Português”*. O Aluno 10 (3º ano), na mesma roda de conversa, relata: *“Eu venho mais para ter uma base além dos estudos, para eu entrar numa universidade e sair com um grau de escolaridade um pouco maior, mas também para eu saber conviver numa sociedade”*. Outros estudantes apontam dificuldades relacionadas à preparação para essa fase. O Aluno 12 (3º ano), por exemplo, comenta: *“Parece que a escola foca em coisas que não são tão úteis para quem vai prestar vestibular. A gente se sente meio perdido”*. Na mesma oportunidade, o Aluno 11 (3º ano) acrescenta:

*Assim, eu venho, além de ser uma obrigação do Estado e de casa, não é? Porque não pode deixar de vir, eu venho mais, eu não venho muito para estudar, não é? Então, eu não aprendi nada na escola. Além do tipo, o básico, Português, Matemática. Mas de resto, eu não aprendi nada.*

Essas falas revelam uma tensão entre o currículo escolar e as expectativas dos estudantes do Ensino Médio, que cobram um ensino mais alinhado às exigências

externas, como o Enem e os processos seletivos. Ao mesmo tempo, demonstram uma visão utilitarista da escola, marcada por senso de urgência e cobrança quanto ao desempenho, o que pode limitar outras dimensões formativas da experiência. Portanto, é fundamental compreender essas demandas não apenas como críticas pontuais, mas como indícios de uma lacuna entre o currículo e as necessidades juvenis, especialmente no contexto das mudanças trazidas pelo Novo Ensino Médio.

Assim, essas percepções encontram respaldo em estudos como o de Ferreira (2011), que investiga a participação estudantil e as práticas escolares em uma escola pública estadual e identifica relatos de insatisfação quanto à ausência de ações preparatórias para o vestibular. Uma das estudantes relata que o cursinho pré-vestibular oferecido pela escola perdeu adesão com o tempo e que faltou um trabalho mais estruturado com os estudantes do 3º ano, especialmente em relação à orientação acadêmica.

Nesse sentido, as falas evidenciam um desejo de maior orientação e suporte da escola para enfrentar os desafios do vestibular e da vida após a conclusão do Ensino Médio. No entanto, nem todos os estudantes compartilham a mesma expectativa quanto ao papel da instituição. Em perspectiva distinta e até antagônica, o Aluno 12 (3º ano) demonstra desmotivação e descrença no potencial da escola: *“Eu venho, além de ser uma obrigação do Estado e da família, mas não venho muito para estudar, porque aqui a gente não faz quase nada”*.

Esta fala evidencia um sentimento de desalento que ultrapassa a crítica pontual à rotina escolar e revela uma ruptura profunda entre o estudante e o sentido formativo da instituição. Trata-se de uma manifestação coletiva que questiona a função social da escola e sua efetividade como espaço de construção de projetos de vida.

Entretanto, ao lado dessas críticas, emergem vozes mais afirmativas sobre o papel da escola. A Aluna 7 (3º ano) afirma: *“Mesmo com dificuldades, aqui é onde a gente aprende a se virar, lidar com pessoas e pensar no que quer ser depois”*. O Aluno 10 (9º ano) destaca: *“Se não fosse a escola, eu nem pensava em fazer ensino técnico. Foi aqui que me incentivaram”*.

Dessa forma, as falas demonstram que, embora coexistam frustrações, muitos estudantes atribuem à escola uma função significativa na construção de seus projetos de vida. A partir dessas percepções divergentes, procede-se à análise fundamentada nos referenciais teóricos que orientam esta pesquisa, buscando compreender como a

escola pode promover vínculos significativos e participação efetiva na trajetória educacional dos jovens.

As percepções dos estudantes reforçam a análise de Dayrell (2007), que aponta que a escola frequentemente se distancia dos interesses das juventudes, tornando-se um espaço que não dialoga com suas expectativas e realidades. A crítica à estrutura escolar também é abordada por Paro (2016), que enfatiza que o modelo tradicional de ensino perpetua práticas excludentes e pouco democráticas, limitando o envolvimento real dos alunos com a aprendizagem.

Apesar das críticas, alguns estudantes apresentam percepções mais positivas sobre a função da escola, indo além do aprendizado acadêmico. O Aluno 3 (3º ano), por exemplo, enfatiza seu papel na formação social: *“Acho que a escola me prepara para o convívio, para aprender a debater, conversar, se expressar”*. O Aluno 4 (3º ano) reforça a visão de que a escolarização é indispensável para garantir oportunidades no futuro: *“Para ser alguém, eu preciso da escola. Pelo menos do nome dela no meu currículo”*.

No 9º ano, as respostas também evidenciam percepções variadas sobre a escola, demonstrando diferentes formas de vivência juvenil. O Aluno 6 (9º ano) afirma: *“Eu venho mais à escola porque quero ter um futuro melhor”*, indicando valorização da escolarização como meio para alcançar estabilidade e oportunidades, mesmo que nem sempre associada a engajamento com o processo de aprendizagem.

Esse entendimento converge com dados do questionário aplicado em 5 de dezembro de 2024, no qual 92% dos estudantes associaram a palavra “futuro” à escola. Observa-se, assim, convergência entre os dados empíricos desta pesquisa e os achados de Ferreira (2011), quanto à percepção dos jovens sobre a necessidade de uma escola mais atenta às suas demandas concretas, especialmente para a preparação ao ensino superior e ao mundo do trabalho. Cury (2011) corrobora essa análise ao enfatizar a necessidade de um projeto pedagógico que considere os sujeitos protagonistas do processo educativo e da construção democrática da escola.

Além disso, muitos estudantes apontam que os conteúdos abordados na escola nem sempre dialogam com suas realidades e necessidades futuras. O Aluno 9 (3º ano) sugere um currículo mais prático: *“Seria interessante ter aulas de gestão financeira e mercado de trabalho, coisas que realmente vão fazer diferença para a gente no futuro”*. Essas falas indicam que os jovens desejam um ensino que os prepare concretamente para a vida adulta, não apenas para memorizar conteúdos.

Essa demanda relaciona-se à análise de Carrano (2000), que argumenta que a escola precisa reconhecer e dialogar com as identidades juvenis, evitando ignorá-las ou combatê-las, pois isso pode levar a conflitos e distanciamento entre estudantes e instituição. Lück (2009) reforça a importância de a gestão escolar articular os processos pedagógicos às demandas concretas dos estudantes, propondo uma gestão democrática voltada à escuta e à construção coletiva do currículo.

Embora não sejam falas majoritárias, essas posições ilustram a perspectiva apontada por Carrano (2009), que destaca a importância da escola no processo de construção da identidade juvenil. Segundo o autor, a escola não é apenas um espaço de ensino formal, mas um ambiente onde os jovens constroem suas referências culturais, sociais e simbólicas, o que explica por que, mesmo diante de críticas, ainda há estudantes que valorizam a experiência escolar. Essa abordagem complementa a visão de Cury (2008), que defende uma educação pautada na formação cidadã e na valorização da participação dos estudantes como sujeitos históricos e políticos.

Por outro lado, alguns estudantes associam a escola a uma obrigação cotidiana, como expressa o Aluno 5 (9º ano): *“Venho mais porque, pode-se dizer, é uma rotina”*. Essa ausência de motivação ativa revela frequência marcada mais pelo hábito do que pelo interesse.

Essas percepções refletem o que Dayrell (2003) denomina como multiplicidade das juventudes, compreendidas como construções sociais diversas, moldadas por contextos culturais, de classe e experiências familiares. Assim, embora frequentem a mesma escola, os jovens atribuem sentidos distintos a esse espaço, ora como projeto de futuro, ora como parte inquestionável do cotidiano.

De modo geral, as colocações evidenciam uma vivência escolar marcada pela ausência de sentido, em que a frequência não está necessariamente relacionada ao desejo de aprender, mas à imposição de normas sociais e familiares. Essa perspectiva dialoga com Dayrell (2007), que afirma que, embora a escola tenha se tornado menos desigual ao longo do tempo, mantém estruturas e práticas percebidas pelos jovens como distantes de seus interesses e frequentemente injustas. Esse fator reforça a necessidade de repensar as formas de tornar a escola mais significativa e conectada às experiências juvenis. Gadotti (2014) também contribui para essa reflexão ao afirmar que a gestão democrática pressupõe diálogo constante com os estudantes, respeitando suas trajetórias e aspirações.

Outro aspecto relevante envolve o peso das expectativas familiares na relação dos jovens com a escola. Para alguns, a presença no ambiente escolar não constitui escolha pessoal, mas forma de atender às expectativas dos pais. O Aluno 10 (3º ano), durante a roda de conversa de 27 de novembro de 2024, afirma: *“Eu venho porque não quero desapontar meus pais”*. Outros admitem frequentar a escola apenas para evitar reprovação, sem real interesse pelo aprendizado. Essas falas demonstram que a vivência escolar atravessa fatores externos, o que reforça a ideia de que a juventude não constitui grupo homogêneo, mas sim conjunto de sujeitos que vivenciam a escolarização de formas distintas (Dayrell, 2003).

As entrevistas com as gestoras escolares corroboram essas constatações ao apontar que a participação dos alunos na vida escolar potencializa seu envolvimento e a construção de sentidos para a escolarização. Como uma das entrevistadas afirmou, em 11 de dezembro de 2024, quando o aluno participa, ele *“deixa de ser apenas um espectador”*, tornando-se protagonista de sua formação. Essa percepção fortalece a análise de Paro (2016) sobre a gestão democrática como processo formativo, que também impacta a motivação para estar na escola. Outra gestora, na entrevista realizada em 12 de dezembro de 2024, destacou que muitos estudantes desmotivados se aproximam da escola quando são convidados a participar de rodas de conversa ou eventos culturais, demonstrando a importância da escuta ativa e do estímulo ao protagonismo juvenil como estratégias de combate à evasão e ao desinteresse.

Diante desses relatos, evidencia-se que a motivação para frequentar a escola não é única, mas atravessa diferentes expectativas, experiências e contextos sociais. Enquanto alguns alunos reconhecem a escola como trampolim para o futuro, outros questionam sua relevância e eficácia. A escola, por sua vez, poderia repensar estratégias para tornar o ensino mais significativo e alinhado às demandas das juventudes. A flexibilização curricular, incluindo temas sugeridos pelos próprios alunos, fortalece o vínculo destes com o aprendizado. Como ressalta Dayrell (1996), a escola não é apenas estrutura fixa e imutável, mas espaço social em constante transformação, onde os jovens constroem significados e estabelecem relações que influenciam sua trajetória.

Assim, ao analisar as múltiplas motivações que levam os estudantes a frequentarem a escola, fica evidente que suas experiências atravessam expectativas de futuro, exigências familiares e frustrações quanto ao distanciamento entre o

currículo escolar e suas realidades. Essa complexidade aponta para a urgência de práticas pedagógicas mais conectadas aos interesses e necessidades juvenis. Nesse contexto, é fundamental considerar também o papel das atividades extracurriculares na construção de sentidos para a vida escolar. O próximo bloco analisa como os estudantes percebem essas atividades e de que maneira elas contribuem para um vínculo mais significativo com a escola.

### *3.2.2.2 Bloco Temático 2: Atividades extraclasse e sua importância*

Para compreender como os estudantes vivenciam e avaliam as atividades extracurriculares, foram realizadas perguntas específicas durante as rodas de conversa e no questionário aplicado. No formulário, os alunos responderam à pergunta: “Quais tipos de atividades escolares mais despertam seu interesse?”, podendo marcar múltiplas opções, como atividades esportivas, tecnológicas, eventos culturais, grupos de estudo, entre outras. Nas rodas de conversa, o tema foi abordado com a seguinte pergunta orientadora: “Você já participou de alguma atividade diferente na escola, como projetos, feiras, debates ou eventos? Como foi essa experiência?”.

As respostas revelam panorama marcado por diversidade de experiências e percepções, que variam conforme o ano escolar, grau de engajamento dos estudantes e condições concretas oferecidas pela escola para a realização das atividades extracurriculares. Essas variações indicam que a vivência dessas ações não é uniforme, pois atravessa fatores como estrutura disponível, incentivo docente e interesse individual, o que reforça a importância de considerar a pluralidade dos sujeitos escolares na análise dessas práticas.

No 9º ano, dos oito alunos participantes da roda de conversa realizada em 26 de novembro de 2024, cinco relataram participação ativa em projetos como a Feira de Ciências, o Interclasse (torneio esportivo), projetos interdisciplinares e produções em grupo. O Aluno 1 (9º ano), na mesma roda de conversa, comentou: *“Fiz um projeto sobre a Rússia em 2050 e um jogo de tabuleiro sobre Matemática”*. Já a Aluna 4 (9º ano), na mesma data, destacou experiências nas aulas de Geografia e Artes, afirmando: *“As atividades práticas ajudam a aprender de outro jeito, a gente consegue se expressar mais”*.

Outros três alunos do 9º ano afirmaram, em 26 de novembro de 2024, não lembrar de participações significativas ou relataram que a escola não incentivava igualmente a adesão de todos os estudantes. Essa discrepância reforça o que Dayrell (2003) aponta sobre a pluralidade das juventudes e das experiências desiguais vividas por alunos no mesmo espaço escolar. Nesse sentido, nota-se que a desigualdade de participação aponta desafios concretos na forma como as ações são planejadas, divulgadas e acompanhadas, muitas vezes dependendo da iniciativa individual dos docentes ou da autonomia dos alunos.

No questionário aplicado em 5 de dezembro de 2024 aos estudantes dos dois grupos, os dados reforçam o interesse por atividades que extrapolam o modelo tradicional de ensino. Do total de respondentes, 85% marcaram “atividades esportivas ou recreativas”, 57% escolheram “atividades tecnológicas ou de inovação” e 35% indicaram “eventos culturais” como atrativos. Em contrapartida, apenas 14% selecionaram “grupos de estudo ou tutorias pedagógicas”<sup>4</sup>, o que pode indicar menor engajamento ou atratividade dessas iniciativas no contexto escolar investigado. Nesse sentido, os resultados revelam não apenas as preferências dos estudantes, mas também a necessidade de repensar o formato e a abordagem das tutorias, de modo a torná-las mais significativas e conectadas aos interesses e linguagens juvenis.

Os dados analisados evidenciam que os estudantes desejam uma escola que ofereça experiências mais dinâmicas, interativas e conectadas com seus interesses juvenis. Assim, essa constatação reforça o entendimento de que práticas inovadoras e contextualizadas apresentam maior potencial de engajamento, principalmente se construídas de forma participativa com os próprios alunos.

Já no 3º ano do Ensino Médio, o cenário é distinto. Entre os seis estudantes que participaram da roda de conversa realizada em 27 de novembro de 2024, quatro expressaram críticas contundentes às condições de realização das atividades extracurriculares. A Aluna 1 (3º ano), na roda de conversa, relatou: *“Tivemos que correr atrás de tudo, porque a escola não ofereceu estrutura adequada para os*

---

<sup>4</sup> As tutorias pedagógicas constituem práticas de acompanhamento personalizado, com o objetivo de apoiar a aprendizagem dos estudantes por meio de intervenções planejadas que consideram suas dificuldades, potencialidades e necessidades específicas. Essas ações podem ocorrer de forma individualizada ou em pequenos grupos, com foco no reforço escolar, na orientação de estudos, no desenvolvimento de competências socioemocionais ou, ainda, no fortalecimento dos vínculos com a escola.

*trabalhos*". O Aluno 2 (3º ano) afirmou: *"As atividades são legais, mas muitas vezes são passadas em cima da hora e a gente não tem tempo para se preparar direito"*.

Esses depoimentos indicam não apenas ausência de planejamento, mas também esvaziamento pedagógico das ações, que, ao serem implementadas de forma improvisada, deixam de cumprir seu papel formativo. Apenas dois alunos mencionaram experiências positivas. A Aluna 5 (3º ano), na mesma roda de conversa, destacou: *"Fizemos simulados e visitamos algumas faculdades, o que ajudou a conhecer melhor algumas profissões"*. Esse tipo de iniciativa é essencial para ampliar o horizonte de expectativas dos jovens, especialmente em contexto no qual a escola representa uma das poucas instituições de acesso ao conhecimento sobre o ensino superior e o mundo do trabalho.

As entrevistas com as duas gestoras escolares, realizadas em 11 e 12 de dezembro de 2024, reforçam essa leitura crítica. Uma delas afirmou que os eventos são planejados para dinamizar a rotina, mas reconheceu que *"falta um maior envolvimento de toda a equipe docente e estrutura da escola para que essas ações tenham continuidade e sejam bem executadas"*. A outra gestora comentou que há grupo recorrente de alunos que participa de quase todas as atividades: *"Percebemos que os mesmos estudantes sempre participam. O desafio é alcançar aqueles que estão mais distantes da escola"*.

Essas falas reforçam a análise de Lück (2009), ao apontar que a gestão escolar precisa articular recursos, integrar profissionais e escutar os sujeitos da escola, sobretudo os estudantes, a fim de potencializar o impacto pedagógico das ações. Gadotti (2014) também contribui para essa reflexão ao destacar que a gestão democrática implica acolher a cultura juvenil, criando espaços de expressão, escuta e protagonismo.

Outro ponto de atenção refere-se ao baixo índice de estudantes que valorizam as tutorias ou grupos de estudo como espaços de apoio à aprendizagem. Apenas 14% dos alunos selecionaram essa opção no questionário de 5 de dezembro de 2024. Essa baixa adesão pode indicar que esses momentos ainda não são percebidos como espaços significativos, talvez por estarem descolados das reais necessidades dos jovens. Nesse sentido, evidencia-se lacuna a ser preenchida com práticas de mediação mais sensíveis, capazes de integrar o suporte pedagógico a metodologias mais engajadoras e afetivas.

De modo geral, os dados demonstram que, embora as atividades extracurriculares possam potencial para enriquecer a vivência escolar, sua eficácia depende diretamente da forma como são planejadas, executadas e avaliadas. Quando os estudantes atuam apenas como “executores” de tarefas, sem espaço para contribuir com ideias, definir temas ou avaliar os processos, essas atividades perdem seu sentido pedagógico e político. Cury (2011) afirma que a gestão democrática pressupõe corresponsabilidade, o que inclui necessariamente o envolvimento dos estudantes nas decisões sobre o que e como aprender.

Nesse sentido, promover o protagonismo juvenil não constitui concessão, mas direito. O desafio consiste em romper com práticas burocráticas e episódicas e construir, coletivamente, cultura escolar em que o conhecimento e a experiência do aluno sejam valorizados como parte do processo formativo. Quando bem estruturadas, as atividades extracurriculares configuram espaços privilegiados de aprendizagem, expressão e fortalecimento dos vínculos com a escola.

Diante desse cenário, o próximo bloco temático examina de que maneira os estudantes se sentem representados (ou não) nos espaços institucionais da escola e como a participação estudantil se materializa – ou é silenciada – no cotidiano escolar.

### *3.2.2.3 Bloco Temático 3: Representatividade e participação estudantil*

A participação estudantil e a representação dos alunos nos espaços decisórios suscitam insatisfação entre os grupos investigados. Ao serem questionados sobre a percepção de representação na escola e a participação em espaços como Grêmio Estudantil, Conselho de Classe ou reuniões escolares, os estudantes, em sua maioria, afirmam que suas vozes são pouco ouvidas. A análise das falas coletadas nas rodas de conversa realizadas nos dias 26 e 27 de novembro de 2024 revela um padrão: a percepção de que a gestão democrática, embora prevista legalmente, restringe-se, na prática, a formalidades que não garantem escuta, mediação e protagonismo efetivos.

No grupo do 3º ano, dos seis estudantes entrevistados, quatro afirmam enfaticamente que a gestão não considera suas demandas. O Aluno 3 (3º ano), na roda de conversa de 27 de novembro de 2024, declara: “*Nós não possuímos voz ativa na escola*”. Outros participantes confirmam essa ausência de escuta, relatando que sugestões e críticas raramente recebem retorno.

Essa manifestação remete diretamente à análise do Capítulo 2, que discute os dispositivos legais que fundamentam a gestão democrática, como o artigo 206 da Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e o Plano Nacional de Educação, os quais asseguram a participação dos estudantes na organização do projeto pedagógico e nos conselhos escolares. Contudo, os dados empíricos indicam que tais garantias permanecem frequentemente no plano normativo.

No 9º ano, entre os oito alunos participantes, cinco expressaram insatisfação quanto aos processos de escolha e atuação dos Representantes de Turma. A Aluna 4 (9º ano), na roda de conversa de 26 de novembro de 2024, afirma: *“O representante de turma não tem responsabilidade, a gente escolhe por brincadeira”*. Essa declaração explicita o descrédito generalizado na representação estudantil, percebida como prática simbólica e desvinculada de funções políticas concretas.

O Capítulo 2 enfatiza que a gestão democrática demanda, além da criação de instâncias representativas, a formação cidadã dos estudantes para conferir sentido a essas instâncias. Nesse contexto, observa-se que a formação política, que deveria articular-se ao currículo e ao cotidiano escolar, encontra-se ausente, fragilizando a legitimidade dos processos e reproduzindo uma cultura de alienação juvenil.

A Aluna 5 (9º ano), na mesma roda de conversa, relata: *“Às vezes eu não falo o que acontece no Conselho de Classe dentro da sala”*. Esse relato evidencia que, embora não existam registros formais da participação discente, como assinaturas em atas, estudantes do 9º ano ocupam esse espaço institucional em algum momento. Essa constatação dialoga com dados do Capítulo 2, que indicam práticas pontuais de inserção dos alunos em instâncias deliberativas, ainda que de forma pouco estruturada e sem sistematização documental. A fala da estudante destaca que a presença física no Conselho não assegura participação efetiva, pois faltam respaldo institucional, preparo e ambiente que estimulem autonomia e responsabilização juvenil. Conforme Cury (2008), a democratização escolar exige mais que convite formal à participação, pressupõe dispositivos de escuta ativa, devolutiva e diálogo pedagógico permanente, sustentados por mediação intencional e comprometida com o exercício real da cidadania.

As entrevistas com as gestoras escolares, realizadas nos dias 11 e 12 de dezembro de 2024, também revelaram ambivalências importantes. Uma entrevistada afirma: *“Quando o aluno participa da vida escolar, ele deixa de ser apenas um*

*espectador*”. Apesar de reconhecer a importância do protagonismo estudantil, a aplicação prática dessa concepção mostra-se frágil e pontual, conforme evidenciado pelos próprios estudantes.

O Capítulo 2 aborda a concepção de Paro (2016), que entende a gestão democrática como processo pedagógico coletivo, envolvendo todos os sujeitos da escola em práticas deliberativas reais. No entanto, observa-se a persistência de um modelo verticalizado de gestão, que mantém os estudantes como espectadores, mesmo quando formalmente convidados a participar.

A segunda gestora, na entrevista de 12 de dezembro de 2024, ao afirmar que os estudantes *“ainda não compreenderam o papel que podem ter”* nos espaços escolares, desloca a responsabilidade da gestão para os alunos. Essa interpretação desconsidera que a formação para a participação constitui responsabilidade institucional prevista em marcos legais. A Constituição de 1988 e a LDB impõem à escola o dever de formar sujeitos críticos e participativos. Atribuir à juventude a culpa pela baixa participação ignora que a estrutura escolar vigente restringe a ação estudantil e pouco favorece práticas democráticas consistentes.

As gestoras destacam desafios como evasão escolar, dificuldades socioemocionais e sobrecarga docente. Embora reais, tais fatores não justificam a ausência de práticas inclusivas e participativas. Gadotti (2014), referenciado no Capítulo 2, argumenta que a escola democrática deve enfrentar essas fragilidades por meio da corresponsabilidade, da escuta e da construção coletiva do projeto educativo. A ausência de política escolar de escuta sistemática aos estudantes contribui, portanto, para a desmotivação e o descrédito nas instituições escolares.

Entre as estratégias mencionadas pelas gestoras, incluem-se rodas de conversa, premiações, eventos culturais e ações pontuais de reconhecimento. Contudo, essa constatação evidencia a falta de políticas estruturadas de participação. O Capítulo 2 discute que a gestão democrática requer planejamento, continuidade e avaliação das ações. A participação deve ser contínua, integrada ao currículo e à gestão pedagógica, não eventual.

Ademais, o uso da tecnologia surge como possibilidade para engajar os alunos, segundo as gestoras. Todavia, essa proposta não é acompanhada de exemplos concretos, metodologias ou objetivos pedagógicos. Ressalta-se que iniciativas desse tipo, sem projeto político-pedagógico claro, correm o risco de se tornar recursos dispersos, sem contribuição efetiva para a democratização da gestão escolar.

Diante dessas análises, torna-se evidente que a gestão democrática, embora prevista e defendida nos documentos oficiais e teorias educacionais discutidas no Capítulo 3, ainda permanece distante da realidade vivida pelos estudantes. Suas falas revelam frustração com a ausência de escuta, o funcionamento ineficaz dos conselhos e o descompasso entre os espaços formais de representação e seu sentido prático.

Portanto, torna-se necessário superar a mera criação de espaços simbólicos e investir em processos pedagógicos de formação política e corresponsabilidade. Isso inclui assembleias deliberativas com estudantes, conselhos de turma com poder de proposição, espaços permanentes de escuta ativa e construção coletiva do currículo. Por meio da integração entre norma e prática, legalidade e cultura democrática cotidiana, será possível transformar a escola em espaço de vivência cidadã plena. Esse constitui o desafio ético, pedagógico e político da escola pública contemporânea.

#### 4 PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL PARA O FORTALECIMENTO DA PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL E DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA

Esta proposta de intervenção visa contribuir para o fortalecimento da participação estudantil na escola e para a consolidação de uma gestão escolar democrática, que reconheça os estudantes como sujeitos políticos ativos, capazes de intervir e transformar o espaço escolar. A elaboração deste Plano de Ação Educacional (PAE) fundamenta-se nos dados coletados ao longo da pesquisa, especialmente nas falas dos estudantes durante as rodas de conversa realizadas nos dias 26 e 27 de novembro de 2024, nas quais emergiram percepções críticas acerca da ausência de escuta, da falta de participação nos espaços formais de representação e da inexistência de canais institucionais de devolutiva.

As falas revelam um sentimento generalizado de invisibilidade estudantil nos processos decisórios da escola. A expressão *“nós não possuímos voz ativa na escola”*, proferida por um aluno do 3º ano, sintetiza uma percepção recorrente: mesmo quando os estudantes participam de espaços como o Conselho de Classe, Grêmio Estudantil ou Representação de Turma, eles não percebem efeitos reais de suas intervenções. Assim, observa-se uma dissociação entre a prática escolar e o que está previsto nos dispositivos legais que regem a educação brasileira.

Como discutido no Capítulo 2 desta dissertação, a Constituição Federal de 1988, a LDB (Lei nº 9.394/96), o Plano Nacional de Educação e os marcos normativos estaduais orientam a escola pública à adoção de práticas de gestão democrática, com participação ativa de todos os sujeitos da comunidade escolar. Entretanto, os achados da pesquisa indicam que tais garantias permanecem, frequentemente, apenas no plano normativo. A presença de instâncias formais não assegura efetividade. A cultura escolar ainda se caracteriza pela centralização, informalidade nas decisões e ausência de espaços legitimados de escuta estudantil.

Como pesquisadora e professora atuante em escola pública, reconhece-se que a democratização da gestão escolar não depende apenas da existência de conselhos ou normas. Ela se realiza nas relações cotidianas, nas estruturas de poder que se reproduzem no interior da escola, na forma como os estudantes são ouvidos, acolhidos e reconhecidos como sujeitos políticos. A recorrência, nas rodas de conversa, da ideia de que *“os representantes não fazem nada”* ou de que *“as decisões*

*já estão tomadas*” evidencia a lacuna entre o discurso democrático e a vivência concreta dos jovens.

O Plano de Ação Educacional (PAE) aqui proposto parte, portanto, da necessidade urgente de romper com práticas escolares meramente formais e instaurar dispositivos reais de participação estudantil, com escuta, devolutiva, formação política e reconhecimento simbólico e institucional. Mais do que corrigir falhas pontuais, este PAE busca enfrentar uma estrutura de gestão que historicamente exclui os estudantes da tomada de decisão, tornando-os espectadores da sua própria trajetória escolar.

Nesse sentido, fundamentado nas contribuições teóricas de autores como Dayrell (2003, 2007), Cury (2007, 2011), Lück (2009), Gadotti (2014) e Paro (2016), o plano adota uma concepção de participação como processo pedagógico, político e formativo. Dayrell (2003) destaca a importância de compreender a juventude como uma construção social e cultural. Os jovens são sujeitos ativos, com modos próprios de expressão e organização, que a escola deve reconhecer como cidadãos em formação. Ao abordar a participação, o autor ressalta que os jovens constroem significados e formas de envolvimento com a escola a partir de suas experiências concretas, marcadas por afetos, resistências, identificações e conflitos.

Paro (2016) argumenta que a escola pública deve assumir sua função política de formar cidadãos conscientes e participativos. A gestão democrática não se limita à existência formal de conselhos, mas requer a constituição de relações horizontais no cotidiano escolar. Cury (2007, 2011) reforça essa visão ao enfatizar que a gestão democrática é direito assegurado pela legislação educacional e implica escuta ativa, corresponsabilidade e envolvimento dos sujeitos na construção do projeto pedagógico.

Gadotti (2014) defende a gestão democrática com participação popular como pilar da escola cidadã. Para ele, a escola deve garantir espaços institucionais e simbólicos de participação efetiva, considerando a diversidade cultural, social e política das juventudes. Já Lück (2009) ressalta a importância da escuta, da construção coletiva e da mediação de conflitos como elementos estruturantes de uma cultura participativa, capaz de transformar a organização escolar e fortalecer o sentido de pertencimento entre os sujeitos.

Com base nesses fundamentos, o presente PAE propõe ações articuladas a partir de seis eixos estratégicos, formulados com base nas necessidades identificadas

durante a pesquisa de campo. Cada eixo corresponde a uma dimensão crítica da participação estudantil que necessita ser fortalecida para que a gestão democrática se efetive na escola: a escolha e atuação dos Representantes de Turma, a revitalização do Grêmio Estudantil, a qualificação dos Conselhos de Classe, a criação de canais permanentes de escuta, a valorização do protagonismo juvenil e o monitoramento participativo das ações.

As ações de cada eixo organizam-se a partir da ferramenta 5W2H, amplamente utilizada em processos de gestão estratégica, que permite estruturar planos de forma objetiva e operacional. A ferramenta 5W2H é uma metodologia de planejamento originada na gestão administrativa, mas que tem sido amplamente aplicada em projetos educacionais por sua clareza e objetividade. Seu nome é formado pelas iniciais, em inglês, de sete perguntas fundamentais que orientam a construção e a execução de ações: What (o que será feito?), Why (por que será feito?), Where (onde será feito?), When (quando será feito?), Who (por quem será feito?), How (como será feito?) e How much (com quais recursos será feito?). Cada questão delimita, de forma precisa, os elementos de uma ação, garantindo planejamento adequado, viabilidade e monitoramento.

Ao adotar o 5W2H neste Plano de Ação Educacional, busca-se organizar as intervenções para articular teoria e prática, alinhando as ações às necessidades concretas da escola e às demandas expressas pelos estudantes. A ferramenta também favorece a gestão democrática ao permitir a visualização compartilhada do planejamento e a responsabilização coletiva pelos processos educativos, contribuindo para a transparência, acompanhamento e avaliação das propostas.

O objetivo geral deste plano consiste em promover e fomentar a participação estudantil nos órgãos representativos da Escola Estadual Pedro Ribeiro Cavalcante Filho. Para tanto, busca-se fortalecer a atuação discente nos processos decisórios da escola por meio da qualificação dos espaços de representação, da criação de canais permanentes de escuta ativa e da promoção de uma cultura de gestão democrática e compartilhada.

Desdobram-se desse objetivo as seguintes finalidades específicas: reestruturar o processo de escolha e atuação dos representantes de turma, com ênfase na formação política e legitimidade da função; apoiar a reativação do Grêmio Estudantil como espaço formativo, consultivo e deliberativo; qualificar o Conselho de Classe como espaço de escuta, devolutiva e negociação pedagógica; institucionalizar

práticas permanentes de escuta e resposta às demandas estudantis, conforme apontado nas rodas de conversa, garantindo que os estudantes não apenas sejam ouvidos, mas também percebam suas falas gerando consequências práticas; valorizar o protagonismo juvenil na formulação, execução e avaliação de projetos escolares, especialmente voltados a eventos, atividades extracurriculares e ações culturais; e estabelecer mecanismos de monitoramento e avaliação contínua das ações participativas, com acompanhamento ativo dos estudantes e sistematização dos resultados.

Ao reconhecer a juventude como sujeito de direito e agente de transformação escolar, este plano visa não apenas intervir em práticas específicas, mas provocar mudanças estruturantes na cultura institucional da escola, assegurando que a gestão democrática seja não apenas um ideal normativo, mas uma realidade vivenciada cotidianamente.

#### 4.1 AÇÕES ESTRATÉGICAS: PLANO 5W2H

Com base nos dados coletados durante a pesquisa e na fundamentação teórica apresentada, estruturam-se quatro eixos de ação que compõem este Plano de Ação Educacional. Cada eixo responde a um aspecto identificado como prioritário para o fortalecimento da participação estudantil e da gestão democrática, detalhado a partir da ferramenta 5W2H.

O primeiro eixo trata da reformulação do papel dos Representantes de Turma. A escuta dos estudantes revela que muitos não se sentem representados ou sequer conhecem as atribuições dos colegas eleitos. Nesse sentido, torna-se urgente repensar o processo de eleição, formação e atuação desses representantes.

Entre os dispositivos que potencializam a participação estudantil no cotidiano escolar, destaca-se a representação de turma, que funciona como canal legítimo de escuta, diálogo e mediação entre estudantes, professores e equipe gestora. Assim, o fortalecimento da representação de turma constitui um passo fundamental para consolidar práticas democráticas na escola e fomentar o protagonismo juvenil. Apresenta-se, portanto, o Quadro 5, com ações estratégicas voltadas à valorização e formação contínua dos Representantes de Turma.

Quadro 5 – Propostas para o fortalecimento da representação de turma

| Pergunta                                  | Ação                                                                                                                                                                                              |
|-------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| What (O que será feito?)                  | Reformular o processo de eleição e atuação dos Representantes de Turma. Criar um protocolo interno com atribuições claras, realizar semana formativa e garantir espaço fixo de fala nas reuniões. |
| Why (Por que será feito?)                 | Garantir legitimidade e protagonismo aos representantes, superando o caráter meramente formal.                                                                                                    |
| Where (Onde será feito?)                  | Abranger todas as turmas do Ensino Fundamental II e Médio.                                                                                                                                        |
| When (Quando será feito?)                 | Implementar no início do ano letivo, com formações trimestrais.                                                                                                                                   |
| Who (Para quem será feito?)               | Envolver equipe gestora, professores regentes e representantes.                                                                                                                                   |
| How (Como será feito?)                    | Apoiar-se no Regimento Escolar, eleição com voto secreto e formações sobre liderança, escuta e direitos estudantis.                                                                               |
| How much (Com quais recursos será feito?) | Aplicar com baixo custo, utilizando recursos próprios e materiais digitais.                                                                                                                       |

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A proposta apresentada no Quadro 5 reconhece o potencial pedagógico e político dessa função como um dos principais instrumentos de participação estudantil no cotidiano escolar. Embora prevista em muitas escolas, a representação de turma costuma ser exercida de forma superficial, sem clareza nas atribuições, sem acompanhamento formativo e, frequentemente, reduzida a uma figura meramente simbólica. O Plano de Ação Educacional (PAE) propõe o fortalecimento dessa instância, buscando reposicionar o Representante de Turma como sujeito ativo da cultura democrática escolar.

A ação prevê a realização de formações sistemáticas para os representantes, preferencialmente mensais, com temas voltados à escuta, mediação de conflitos, comunicação não violenta, liderança participativa e direitos estudantis. Essas formações devem ser organizadas em parceria com professores, coordenação pedagógica e equipe gestora, aproveitando os horários de aula do itinerário formativo, projetos interdisciplinares ou reuniões já previstas no calendário escolar, como os conselhos participativos.

Outro aspecto essencial da proposta é a construção de um protocolo interno para normatizar as atribuições dos representantes, de modo a evitar o exercício

improvisado ou desigual entre as turmas. O protocolo pode ser elaborado de forma participativa ao longo do primeiro trimestre letivo, por meio de rodas de conversa com estudantes, reuniões com professores e consulta pública à comunidade escolar. O documento deve conter orientações claras sobre as formas de atuação dos representantes junto às turmas, encaminhamento de demandas, participação em reuniões e prestação de devolutivas.

Ao investir no fortalecimento da representação de turma, a escola promove uma prática de escuta estruturada e estimula o exercício da cidadania entre os jovens. A presença de representantes atuantes, formados e reconhecidos por colegas e professores contribui para a prevenção de conflitos, encaminhamento de sugestões e a construção de uma cultura escolar mais participativa, democrática e corresponsável. Trata-se, portanto, de uma ação com forte potencial transformador, desde que implementada de forma gradual, articulada e comprometida com a realidade da comunidade escolar.

A ampliação da escuta e da atuação estudantil exige o fortalecimento integrado dos espaços coletivos de representação. Nesse sentido, a articulação entre Representantes de Turma e Grêmios Estudantis constitui estratégia importante para consolidar uma rede de lideranças juvenis comprometidas com a melhoria da escola. O Grêmios, enquanto órgão autônomo e legítimo de representação discente, funciona como instância ampliada de participação, diálogo e proposição. Para isso, torna-se necessário revitalizar sua atuação e reconhecer seu papel na dinâmica pedagógica da escola. Apresenta-se o Quadro 6, com ações voltadas à formação, reestruturação e valorização do Grêmios Estudantis.

A reestruturação do Grêmios Estudantis representa uma ação estratégica para consolidar práticas democráticas na escola. Mais do que um grupo simbólico ou de atuação eventual, o Grêmios pode tornar-se núcleo de formação política, ética e cidadã dos estudantes, desde que sua atuação receba incentivo, orientação e incorporação à rotina escolar. Para isso, o processo eleitoral deve ser amplamente divulgado, transparente e participativo, estimulando o envolvimento de diferentes segmentos do corpo discente, sobretudo dos Anos Finais do Ensino Fundamental.

Quadro 6 – Ações para a constituição de um Grêmio Estudantil ativo e formativo

| Pergunta                                  | Ação                                                                                                  |
|-------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| What (O que será feito?)                  | Ativar o Grêmio Estudantil com enfoque formativo e político. Elaborar cartilha com os estudantes.     |
| Why (Por que será feito?)                 | Estimular o protagonismo e organização dos alunos.                                                    |
| Where (Onde será feito?)                  | Utilizar biblioteca e espaços abertos da escola.                                                      |
| When (Quando será feito?)                 | Executar no primeiro semestre letivo.                                                                 |
| Who (Para quem será feito?)               | Envolver professores, equipe pedagógica e estudantes.                                                 |
| How (Como será feito?)                    | Desenvolver oficinas sobre legislação, eleições, rodas de conversa e construção coletiva do estatuto. |
| How much (Com quais recursos será feito?) | Aplicar com médio custo, com parcerias e uso de materiais escolares e digitais.                       |

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Uma vez eleito, o Grêmio deve realizar encontros formativos periódicos, organizados com o apoio da coordenação pedagógica e professores. Esses encontros devem abordar temas como organização de assembleias, planejamento de ações, noções de gestão participativa, mediação de conflitos, comunicação com a comunidade escolar e orçamento participativo. Recomenda-se que essas formações ocorram mensalmente, preferencialmente em contraturno ou em horários pactuados com os envolvidos, evitando sobreposição com atividades curriculares regulares.

Além da formação, torna-se fundamental garantir condições materiais e institucionais para a atuação do Grêmio: espaços para reuniões, tempo na agenda escolar para apresentação de propostas, participação em conselhos, divulgação de ações e prestação de contas. A criação de mural do Grêmio, inserção de comunicados nos canais oficiais da escola e institucionalização de agenda anual de atividades podem contribuir para sua visibilidade e reconhecimento.

A atuação do Grêmio pode articular-se às ações da representação de turma, formando rede horizontal de lideranças estudantis. Essa articulação evita a sobreposição de funções e potencializa mobilização dos alunos em pautas coletivas. Por exemplo, Representantes de Turma encaminham demandas para o Grêmio, que, por sua vez, intermedia o diálogo com a gestão, sistematiza propostas e organiza

assembleias escolares. Tal rede pode mobilizar ações pontuais, como campanhas educativas, eventos culturais, melhorias no ambiente escolar ou discussão de temas transversais.

Destaca-se que, para revitalizar o Grêmio, a escola deve superar resistências institucionais, garantir apoio da equipe escolar e lidar com a rotatividade natural das lideranças estudantis. Assim como no fortalecimento da representação de turma, trata-se de processo formativo e progressivo, que exige tempo, acompanhamento e reconhecimento de que a escuta e o protagonismo juvenil constituem dimensões estruturantes de uma escola democrática.

O terceiro eixo busca ressignificar o Conselho de Classe como espaço formativo e democrático. A inclusão da perspectiva discente nesse espaço promove uma compreensão mais completa dos processos escolares e favorece a corresponsabilidade.

A consolidação de uma cultura de escuta e participação discente não se esgota na formação de lideranças ou em espaços paralelos à dinâmica pedagógica. Torna-se necessário inserir os estudantes em momentos estruturantes da gestão escolar, como o Conselho de Classe, tradicionalmente reservado à equipe docente e coordenação pedagógica. Incorporar a escuta qualificada dos estudantes nesse espaço contribui para humanizar as avaliações, compreender desafios da aprendizagem a partir da perspectiva discente e promover corresponsabilidade efetiva entre todos os envolvidos no processo educativo. Apresenta-se o Quadro 7, que propõe a criação e consolidação do Conselho de Classe com escuta estudantil.

A escuta qualificada nos Conselhos de Classe fortalece vínculos entre estudantes e professores, valorizando as experiências dos jovens no cotidiano escolar. Essa aproximação pode gerar mudanças significativas nas práticas pedagógicas e no clima institucional.

A proposta de incluir a escuta estudantil no Conselho de Classe representa inflexão importante na cultura avaliativa escolar, tradicionalmente centrada na perspectiva docente e em critérios quantitativos de desempenho. Ao incorporar sistematicamente a voz dos estudantes nesse espaço, a escola promove democratização das decisões pedagógicas e reconhece o aluno como sujeito ativo no processo educativo. Entretanto, essa ação exige planejamento cuidadoso, mediação responsável e definição clara dos objetivos dessa participação.

Quadro 7 – Estratégias para a inclusão da escuta estudantil no Conselho de Classe

| Pergunta                                  | Ação                                                                                                 |
|-------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| What (O que será feito?)                  | Reformular o Conselho de Classe com inserção da fala dos estudantes, baseada em consultas às turmas. |
| Why (Por que será feito?)                 | Tornar o espaço mais democrático e significativo.                                                    |
| Where (Onde será feito?)                  | Realizar na sala de vídeo.                                                                           |
| When (Quando será feito?)                 | Executar bimestralmente.                                                                             |
| Who (Para quem será feito?)               | Envolver professores, gestores e representantes discentes.                                           |
| How (Como será feito?)                    | Utilizar formulários prévios, pautas participativas e blocos específicos para devolutiva discente.   |
| How much (Com quais recursos será feito?) | Aplicar com custo mínimo, utilizando estrutura e formulários gratuitos.                              |

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

O primeiro passo para efetivar a proposta consiste na realização de reuniões preparatórias com os Representantes de Turma antes de cada Conselho. Nesses encontros, mediados pela coordenação pedagógica, os estudantes compartilham as percepções de suas turmas acerca do andamento das aulas, da clareza das explicações, dos métodos avaliativos, dos fatores que favorecem ou dificultam a aprendizagem e da convivência escolar. Para estruturar esse processo, recomenda-se a elaboração de um formulário padronizado de coleta de informações, que pode ser aplicado, de forma impressa ou digital, na semana que antecede o Conselho.

Durante o Conselho de Classe, os representantes discentes dispõem de um tempo reservado para apresentar as percepções coletadas. Essa apresentação pode ocorrer no início da reunião, como subsídio às análises dos docentes, ou ao final, como momento de síntese e proposição. A mediação desse espaço exige responsabilidade e seriedade, de modo a assegurar escuta atenta por parte dos adultos, bem como preparar os estudantes para o exercício da fala crítica, fundamentada no respeito, na objetividade e no compromisso coletivo.

Após o Conselho, a escola se compromete com a devolutiva sistematizada às turmas, comunicando as principais deliberações, mudanças nos encaminhamentos e respostas às sugestões apresentadas. Esse retorno pode ser conduzido pelos

próprios representantes ou em conjunto com a equipe pedagógica, o que fortalece a transparência e a confiança no processo.

Inicialmente, a participação estudantil no Conselho pode ocorrer por meio de escuta indireta, com sistematização de dados coletivos pelos representantes ou via formulários anônimos. Com o amadurecimento do processo, torna-se viável a presença ativa dos representantes nas reuniões, sempre com respeito à natureza institucional e pedagógica do espaço.

Essa ação dialoga diretamente com as propostas de fortalecimento da representação de turma e de reestruturação do Grêmio Estudantil, configurando um ciclo de escuta e representação que amplia o protagonismo discente na escola. Ao envolver os estudantes na análise de seus próprios percursos e no debate sobre a qualidade do ensino, a escola avança rumo a uma gestão mais democrática, reflexiva e corresponsável.

Essa mudança cultural, no entanto, não ocorre de forma imediata. Requer sensibilização da equipe docente, clareza quanto aos objetivos da escuta estudantil e formação contínua dos estudantes para o exercício da participação responsável. Quando bem conduzida, essa prática contribui tanto para o aprimoramento dos processos pedagógicos quanto para o fortalecimento do vínculo entre escola e juventude.

Além dos espaços institucionais já discutidos – Grêmio Estudantil, Representação de Turma e Conselho de Classe –, torna-se fundamental assegurar momentos coletivos em que toda a comunidade estudantil possa se manifestar de maneira ampla e democrática. As assembleias escolares configuram-se como instrumentos valiosos para o fortalecimento da cultura da escuta ativa, da corresponsabilidade e da deliberação compartilhada. Quando bem estruturadas, oferecem um espaço legítimo para que os estudantes expressem suas opiniões, formulem propostas e acompanhem os encaminhamentos das decisões escolares.

A ação descrita no Quadro 8 propõe a institucionalização dessas formações como parte da rotina pedagógica da escola, fortalecendo o vínculo entre gestão, professores e alunos, e ampliando os canais de diálogo entre os diferentes segmentos da comunidade escolar.

Quadro 8 – Propostas de formação voltadas à participação estudantil

| Pergunta                                  | Ação                                                                                     |
|-------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------|
| What (O que será feito?)                  | Realizar oficinas sobre direitos, mediação de conflitos, gestão democrática e cidadania. |
| Why (Por que será feito?)                 | Qualificar a participação e desenvolver competências de liderança e diálogo.             |
| Where (Onde será feito?)                  | Realizar com parceria entre escola e instituições externas.                              |
| When (Quando será feito?)                 | Executar trimestralmente.                                                                |
| Who (Para quem será feito?)               | Envolver alunos, professores, convidados externos e gestores.                            |
| How (Como será feito?)                    | Utilizar metodologias como rodas de conversa, visitas externas e estudos de caso.        |
| How much (Com quais recursos será feito?) | Aplicar com custo médio para gastos com materiais e transporte.                          |

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A implementação de assembleias escolares como espaços permanentes de escuta coletiva constitui estratégia relevante para consolidar a gestão democrática no ambiente escolar. Trata-se de uma prática que rompe com a lógica verticalizada das decisões e reconhece os estudantes como sujeitos políticos, capazes de analisar, propor e debater coletivamente os rumos da vida escolar. Mais do que espaço de fala livre, a assembleia configura-se como instrumento pedagógico e político de formação cidadã, que demanda mediação, planejamento e acompanhamento.

Para garantir a efetividade da proposta, recomenda-se a realização bimestral ou trimestral das assembleias, com datas previstas no calendário escolar e com antecedência suficiente para mobilizar as turmas. A organização pode ser atribuída a uma comissão composta por Representantes de Turma, membros do Grêmio Estudantil e equipe pedagógica, responsáveis por definir a pauta, mediar os debates, registrar as falas e organizar as devolutivas. A escolha de temas pode originar-se de demandas dos estudantes, de situações vividas no cotidiano escolar ou de discussões transversais em sala de aula.

O espaço físico da escola também requer adequação para essas reuniões, garantindo acessibilidade, visibilidade e escuta mútua. O uso do pátio ou de ambientes abertos pode reforçar o valor simbólico e prático da atividade. A gestão escolar deve

incentivar o protagonismo discente em todas as etapas, inclusive na mediação dos debates e nos encaminhamentos das propostas.

Um dos maiores desafios dessa ação consiste no risco de esvaziamento ou dispersão, especialmente quando os objetivos não se apresentam de forma clara a todos os envolvidos. Por essa razão, torna-se essencial articular as formações às demais ações do plano, em especial ao funcionamento do Grêmio Estudantil e da Representação de Turma. As pautas discutidas nas assembleias podem subsidiar as formações, os Conselhos de Classe e os planejamentos da equipe pedagógica, promovendo um ciclo contínuo de escuta e ação.

Além disso, a gestão escolar precisa respeitar e legitimar as deliberações das assembleias, mesmo quando trazem críticas ou tensionam a organização escolar. A devolutiva, o reconhecimento das propostas e a construção coletiva de soluções constituem elementos fundamentais para que os estudantes percebam o valor e as consequências de sua participação.

A implementação do Plano de Ação Educacional (PAE) será acompanhada por um comitê, baseado no Colegiado Escolar, com representação de todos os segmentos da comunidade escolar. A avaliação ocorrerá de forma participativa e periódica, com uso de instrumentos como rodas de avaliação, formulários e reuniões abertas. Trata-se de um plano exequível no contexto escolar, por depender mais de reorganização institucional e vontade política do que de investimentos financeiros. A valorização da escuta, da corresponsabilidade e da transparência sustenta sua viabilidade e continuidade.

Esse plano de ação busca fomentar um ambiente de escuta, confiança e construção coletiva na escola. Mais do que cumprir formalidades participativas, propõe-se formar sujeitos críticos e conscientes, capazes de exercer a cidadania desde o espaço escolar. Ao ampliar a voz dos estudantes nos processos decisórios, a escola cumpre sua função social e se torna mais significativa, democrática e humana.

## 4.2 ESPAÇOS CRIATIVOS DE PARTICIPAÇÃO: VOZ, EXPRESSÃO E PERTENCIMENTO

Embora este Plano de Ação Educacional se ancore nos princípios legais que orientam a gestão democrática, conforme preconizam a Constituição Federal de 1988,

a LDB (Lei nº 9.394/96) e o Plano Nacional de Educação, reconhece-se que a efetivação da participação estudantil ultrapassa a mera criação e manutenção dos órgãos colegiados formais.

A pesquisa de campo demonstra que os dispositivos institucionais, apesar de previstos em regimento, muitas vezes não alcançam os estudantes de forma significativa, sendo percebidos como burocráticos, distantes ou inoperantes. Nesse cenário, torna-se urgente desenvolver estratégias que dialoguem com as culturas juvenis, seus interesses, linguagens e modos de se relacionar com a escola, reconhecendo que a participação não se constrói apenas por instância normativa, mas também pela escuta sensível, pela criação de vínculos e pela abertura a formas plurais de engajamento.

Com base nas evidências empíricas coletadas ao longo da pesquisa, especialmente nas falas dos estudantes durante as rodas de conversa e nos dados obtidos por meio dos questionário, identificam-se fragilidades significativas nos canais institucionais de participação estudantil. A ausência de um Grêmio Estudantil ativo, a pouca atuação dos Representantes de Turma e a inexistência de registros consistentes nos espaços colegiados indicam que os estudantes raramente se percebem como sujeitos com voz ativa na construção do cotidiano escolar. Esses achados, discutidos nos blocos temáticos, revelam tanto os entraves quanto as potências de uma juventude que deseja participar, mas carece de formação, apoio institucional e espaços efetivos de escuta. Nesse contexto, o Plano de Ação Educacional aqui proposto responde diretamente a essas demandas, visando promover uma reconfiguração das estruturas e práticas escolares a partir das experiências vividas e das ausências sentidas pelos sujeitos da pesquisa.

Além dos quatro eixos estruturais que compõem este Plano de Ação Educacional – Representação de Turma, Grêmio Estudantil, Conselho de Classe com escuta e formação para a participação –, propõe-se a criação de ações criativas e abertas, que ampliem as possibilidades de expressão, pertencimento e protagonismo estudantil. Tais iniciativas não funcionam como frentes paralelas ou isoladas, mas sim como práticas integradoras que dialogam diretamente com os espaços de representação e escuta já consolidados. A intenção consiste em executar essas ações no interior dos próprios eixos estruturantes, potencializando-os e dando visibilidade à voz e à identidade dos estudantes por meio de linguagens diversas, como arte, comunicação, cultura digital e projetos interdisciplinares.

#### **4.2.1 Festival de ideias estudantis**

Proposto como atividade semestral, o Festival de Ideias cria um espaço coletivo de escuta ativa, no qual os estudantes sugerem melhorias, projetos, atividades e temas de interesse para a comunidade escolar. A ação ocorre em formato de feira, com murais interativos, microfone aberto, rodas de conversa e votação das propostas mais relevantes. A articulação com os Representantes de Turma e o Grêmio Estudantil é fundamental, formando uma comissão organizadora mista, composta por estudantes e professores orientadores, que garantem pluralidade e corresponsabilidade. Os professores envolvidos são escolhidos entre aqueles que já atuam com projetos interdisciplinares, tecnologias educacionais ou formação cidadã. Essa ação dialoga diretamente com os anseios identificados na pesquisa, nos quais os estudantes solicitaram mais espaço para expressar-se e participar das decisões escolares, além de configurar-se como oportunidade concreta de vivência democrática e construção de pertencimento.

#### **4.2.2 Podcast “Voz do Recreio”**

O Podcast “Voz do Recreio” surge em resposta à demanda juvenil por linguagens contemporâneas e canais acessíveis de expressão. Com episódios mensais de cinco e dez minutos, o projeto apresenta quadros como entrevistas, comentários sobre o cotidiano, poemas, trilhas sonoras e depoimentos dos estudantes. A proposta é inicialmente discutida em roda de conversa com os interessados, possibilitando que os próprios alunos definam o formato e os temas prioritários. A produção conta com o apoio de professores (preferencialmente das áreas de Língua Portuguesa, Artes, Tecnologias) e da equipe de informática da escola, sem renunciar à autonomia criativa dos jovens. A iniciativa promove a valorização da escuta, da oralidade e do protagonismo comunicativo, configurando-se como ação integradora com os componentes curriculares e com potencial para registro como parte dos projetos de vida ou atividades eletivas.

### **4.2.3 Oficinas de mídia, redes sociais e audiovisual**

Durante as rodas de conversa realizadas com os estudantes, emergiu a importância das redes sociais e das mídias digitais na vida cotidiana da juventude. Contudo, também expressaram que raramente esses saberes recebem reconhecimento ou valorização pela escola. Esse descompasso evidencia a urgência de integrar as linguagens juvenis às práticas pedagógicas, transformando a escola em espaço onde os estudantes não apenas consumam, mas também produzam criticamente conteúdo midiático.

Além disso, a análise dos questionários revelou que mais de 60% dos alunos manifestaram interesse em participar de atividades extracurriculares envolvendo tecnologia, produção de vídeos ou criação de conteúdo digital. Esse dado reforça o potencial mobilizador das oficinas como espaços de aprendizagem significativa, engajamento e protagonismo estudantil.

Nesse sentido, atendendo ao interesse manifestado pelos estudantes, especialmente no que se refere à tecnologia e à comunicação, as oficinas de mídia e audiovisual propõem transformar o uso das redes sociais em prática educativa crítica e criativa. Os conteúdos envolvem fotografia, vídeos, podcasts, roteiros, cobertura de eventos e campanhas digitais. A proposta é cocriada com os alunos, a partir de rodas de conversa ou assembleias em turmas, permitindo que decidam os temas, formatos e produtos a serem desenvolvidos. A ação integra projetos curriculares de Artes, Tecnologias ou Língua Portuguesa, e conta com o apoio de professores da área e parceiros externos (ex-alunos, universidades, coletivos culturais). Ao fomentar o protagonismo digital e a comunicação cidadã, essa iniciativa amplia os espaços públicos de atuação juvenil na escola e estimula o uso ético e reflexivo das tecnologias.

### **4.2.4 Interclasses colaborativas e autogeridas**

A proposta das Interclasses Colaborativas e Autogeridas surge diretamente das sugestões feitas pelos próprios estudantes no questionário aplicado durante a pesquisa. Ao serem perguntados sobre quais atividades gostariam que a escola desenvolvesse, um número expressivo de alunos mencionou a realização de campeonatos esportivos, gincanas e jogos interclasses. Entretanto, não se tratava

apenas de demanda por lazer: muitos sugeriram que os próprios estudantes ajudassem a organizar essas atividades, evidenciando o desejo por maior protagonismo e corresponsabilidade no cotidiano escolar.

Essa ação responde diretamente a uma das demandas mais recorrentes nas rodas de conversa com os estudantes: a valorização das práticas esportivas. Diferentemente dos campeonatos tradicionais, as Interclasses Colaborativas são planejadas e executadas pelos próprios estudantes, que definem as regras, os critérios de pontuação, os formatos de equipe e os valores a serem priorizados (cooperação, respeito, inclusão). A atividade conta com mediação dos professores de Educação Física e pode integrar o componente curricular ou os tempos de convivência escolar. Além de estimular a organização autônoma e o diálogo, essa proposta ressignifica o esporte como campo de aprendizagem cidadã, favorecendo vínculos, criatividade e inclusão, e contribuindo para o desenvolvimento integral.

#### **4.2.5 Galeria jovem e feira de talentos**

Com o objetivo de valorizar os múltiplos saberes e talentos dos estudantes, propõe-se a criação da Galeria Jovem – um espaço permanente (físico ou digital) para exposições bimestrais – e a realização da Feira de Talentos – evento anual com apresentações artísticas, científicas e culturais. A escolha dos temas e das linguagens ocorre em diálogo com os estudantes, durante os Festivais de Ideias ou em reuniões do Grêmio Estudantil. Professores das áreas de Artes, Ciências, Língua Portuguesa e Ciências Humanas atuam como orientadores, garantindo o acompanhamento necessário sem limitar a criatividade dos participantes. Essa proposta fortalece a autoestima, o pertencimento e o reconhecimento da diversidade cultural presente no espaço escolar.

#### **4.2.6 Núcleo Jovem de Articulação**

Para garantir a continuidade, o monitoramento e a avaliação das ações, constitui-se o Núcleo Jovem de Articulação, composto por estudantes de diferentes anos, escolhidos de forma democrática. O grupo realiza reuniões quinzenais e assume como principais atribuições registrar decisões, propor ajustes, elaborar relatórios e dialogar com a equipe gestora e o Grêmio Estudantil. Essa instância

também articula os temas discutidos nos Festivais de Ideias com o planejamento escolar e os projetos pedagógicos em andamento. Ao favorecer a experiência concreta de gestão compartilhada, o Núcleo contribui para a formação de lideranças e para a consolidação de uma cultura de participação efetiva no cotidiano escolar.

#### 4.3 AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DAS AÇÕES

A efetividade do PAE depende não apenas da implementação das propostas, mas também da criação de mecanismos que possibilitem o acompanhamento, a escuta e a revisão contínua das ações. Nesse sentido, compreende-se a avaliação do PAE como um processo permanente, formativo e participativo, que envolve os diversos sujeitos da comunidade escolar e valorize suas percepções, experiências e contribuições.

Inspirada nos princípios da gestão democrática, a proposta de avaliação delineada parte da ideia de que avaliar não consiste apenas em mensurar resultados, mas sobretudo em refletir coletivamente sobre os caminhos percorridos, os desafios enfrentados e os sentidos construídos ao longo das práticas educativas. Por isso, monitora-se as ações previstas por meio de instrumentos diversos, articulando escuta, documentação e análise compartilhada.

Entre os instrumentos propostos, destacam-se: rodas de escuta com os estudantes ao final de cada semestre, mediadas por professores e pela equipe pedagógica; relatórios reflexivos elaborados pelas comissões responsáveis por cada ação, contendo diagnósticos, avanços e sugestões; registros institucionais sistematizados em atas, portfólios, vídeos e outros formatos multimodais; e autoavaliações discentes aplicadas após a realização das atividades, que permitem que os próprios alunos avaliem o processo e os impactos percebidos.

Além disso, propõe-se que os resultados parciais e finais das ações do PAE sejam socializados e debatidos nos espaços de decisão da escola, especialmente no Conselho Escolar, garantindo transparência, corresponsabilidade e possibilidade de ajustes contínuos. Anualmente, revisam-se as ações à luz das novas demandas que emergem da vivência escolar, podendo incorporá-las ao processo de atualização do Projeto Político-Pedagógico (PPP).

Com essa proposta, busca-se consolidar uma cultura de avaliação que transcenda a lógica da fiscalização ou do cumprimento de metas e que se firme como

prática de escuta, participação e transformação. Avaliar, aqui, representa um gesto político e pedagógico: reconhecer o percurso, valorizar as vozes envolvidas e reafirmar o compromisso com uma escola que aprende com sua própria experiência.

Assim, o PAE amplia sua abordagem: não se limita à reorganização dos espaços institucionais, mas incorpora também dimensões sensíveis, simbólicas e afetivas constitutivas da vivência escolar para os jovens. Ao reconhecer a cultura juvenil como parte legítima do projeto político-pedagógico, promove-se uma escola mais democrática, plural e significativa, que não apenas ensina, mas aprende com seus estudantes.

Dessa forma, as ações apresentadas reafirmam o compromisso deste Plano de Ação Educacional com a construção de uma escola que não apenas acolha, mas efetivamente valorize as vozes das juventudes. Ao propor espaços criativos de participação, o PAE reconhece que a escuta dos estudantes precisa ultrapassar o campo do discurso e se concretizar em práticas escolares que dialoguem com suas linguagens, seus desejos e suas realidades. Promover a participação implica garantir não apenas representação formal, mas abrir caminhos para que os jovens se sintam pertencentes, escutados e protagonistas de sua trajetória educacional. Que essas vozes, tantas vezes silenciadas, ecoem com força no cotidiano da escola e contribuam para a construção de um espaço verdadeiramente democrático, significativo e transformador.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação propõe investigar os desafios relacionados à participação dos estudantes nos órgãos representativos da Escola Estadual Pedro Ribeiro Cavalcante Filho, situada em Governador Valadares, Minas Gerais, no contexto da gestão democrática. A pesquisa parte da constatação, vivenciada no cotidiano da instituição, da escassez de representação discente efetiva nos principais espaços de deliberação da escola, como o Conselho de Classe e o Colegiado Escolar.

A questão central que orienta o estudo é: como promover a participação dos estudantes nos órgãos representativos da Escola Estadual Pedro Ribeiro Cavalcante Filho? Para respondê-la, define-se como objetivo geral analisar a participação estudantil nesses espaços e propor ações que tornem essa atuação mais efetiva. Os objetivos específicos contemplam: descrever o contexto institucional e o funcionamento dos órgãos colegiados; analisar a participação dos alunos dos Anos Finais nos espaços de representação existentes; e propor um Plano de Ação Educacional (PAE) que fomente o protagonismo juvenil e fortaleça a gestão democrática.

O Capítulo 1 apresentou o contexto da pesquisa, incluindo sua justificativa, os objetivos e o problema de investigação, destacando o papel da gestão democrática como princípio orientador da educação pública, conforme estabelecido na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Nesse capítulo, relata-se a experiência vivenciada pela pesquisadora como professora da instituição investigada, evidenciando a distância entre os marcos legais e as práticas cotidianas, sobretudo no que tange à valorização da escuta e da participação estudantil.

No Capítulo 2, discute-se os marcos normativos e teóricos que sustentam a temática da participação discente. Analisam-se os dispositivos legais nacionais e estaduais que preveem a gestão democrática e a atuação estudantil, além de autores como Dayrell, Cury e Paro, que contribuem para a compreensão das juventudes, da cidadania e dos sentidos da participação no ambiente escolar. Este capítulo detalha também o funcionamento institucional da escola pesquisada, evidenciando a fragilidade dos mecanismos de escuta e a baixa institucionalização da presença estudantil nos colegiados.

O Capítulo 3 descreveu os procedimentos metodológicos adotados e os principais resultados obtidos na pesquisa. Com base na análise documental, em questionários, rodas de conversa com estudantes e entrevistas com a equipe gestora, identifica-se uma participação estudantil marcada pela ausência ou informalidade. Os dados revelam a inexistência de um Grêmio Estudantil ativo, a baixa atuação dos Representantes de Turma e a fragilidade dos registros institucionais nos Conselhos de Classe e no Colegiado Escolar, o que compromete a efetividade da gestão democrática.

A análise dos dados, organizada em três blocos temáticos, permite compreender com maior profundidade os fatores que atravessam a participação estudantil na escola investigada. No primeiro bloco, observa-se que a motivação dos estudantes para frequentar a escola está associada, em grande medida, a vínculos afetivos, à merenda escolar e ao desejo de garantir um futuro melhor por meio da educação formal. No entanto, também emergem críticas ao modelo tradicional de ensino, à escuta limitada por parte dos adultos da escola e à ausência de espaços de diálogo. Esses achados revelam uma tensão entre a permanência física dos estudantes e a sua participação ativa no cotidiano escolar, evidenciando que estar na escola não implica necessariamente estar incluído nos processos de decisão e construção coletiva.

O segundo e o terceiro blocos temáticos reforçam a percepção de que a participação discente ainda se encontra em estágio inicial ou pouco estruturado. A análise das atividades extracurriculares indica que iniciativas pontuais, como projetos esportivos e culturais, são bem avaliadas pelos alunos, mas carecem de continuidade, planejamento integrado e reconhecimento institucional. Já nos espaços formais de representação, como o Conselho de Classe e o Colegiado Escolar, a presença dos estudantes é, quando ocorre, pouco efetiva e raramente registrada. A ausência de um Grêmio Estudantil ativo e a atuação fragilizada dos Representantes de Turma apontam para a necessidade de fortalecer a cultura participativa na escola, com investimentos em formação e acompanhamento.

Dessa forma, conclui-se que os objetivos da pesquisa foram alcançados, ao descrever o contexto da escola, analisar os mecanismos de participação e propor um Plano de Ação Educacional alinhado à escuta e ao protagonismo juvenil. A pergunta norteadora da dissertação, sobre os limites e possibilidades da participação discente nos órgãos representativos, é respondida por meio de evidências empíricas que

dialogam criticamente com o referencial teórico e com as políticas públicas voltadas à gestão democrática.

Como resposta às lacunas identificadas, elabora-se no Capítulo 4 um Plano de Ação Educacional (PAE) estruturado em quatro eixos estratégicos, com foco na construção de uma cultura de participação e na promoção de uma gestão escolar mais aberta, horizontal e corresponsável. As ações propostas não se limitam a mudanças estruturais pontuais, mas buscam inaugurar práticas permanentes de escuta, envolvimento e reconhecimento dos estudantes como sujeitos políticos e históricos.

Entre as ações do plano, destacam-se propostas articuladas em torno da escuta, da autoria e da corresponsabilidade estudantil, que dialogam diretamente com os desafios identificados ao longo da pesquisa. O Festival de Ideias Estudantis, por exemplo, propõe-se como uma atividade semestral voltada ao estímulo do pensamento crítico e da proposição cidadã, por meio de um espaço aberto de diálogo e sugestão de melhorias para a escola. O Podcast “Voz do Recreio” amplia os canais de expressão juvenil, promovendo a produção de conteúdo autoral pelos estudantes e consolidando a escuta ativa como prática pedagógica.

As Oficinas de Mídia, Redes Sociais e Audiovisual ampliam a inserção dos estudantes na dimensão pública da escola e desenvolvem competências técnicas e comunicativas essenciais para a cidadania contemporânea. As Interclasses Colaborativas ressignificam o esporte escolar ao priorizar a cooperação, a inclusão e a autogestão, enquanto a Galeria Jovem e Feira de Talentos reconhecem os saberes e talentos presentes na escola, fortalecendo a autoestima e o sentimento de pertencimento. Por fim, a criação do Núcleo Jovem de Articulação busca institucionalizar a participação estudantil em caráter permanente, estruturando um espaço de escuta, representação e decisão, que funcione como laboratório prático de gestão democrática no cotidiano escolar.

O conjunto dessas ações reflete uma concepção de escola que compreende a participação não apenas como presença física ou representatividade formal, mas como vivência cotidiana de processos de escuta, tomada de decisão e construção coletiva. Ao serem fundamentadas nos dados empíricos da pesquisa e em referenciais teóricos sólidos, as propostas do PAE buscam responder aos desafios identificados e contribuir com a superação das práticas centralizadoras ainda vigentes na instituição investigada.

Esta dissertação, portanto, atinge seus objetivos ao evidenciar os limites e as possibilidades da participação discente em uma escola pública da rede estadual de ensino de Minas Gerais. Embora enfrente limitações, como a ausência de registros sistemáticos sobre a atuação estudantil, o estudo apresenta contribuições práticas e teóricas relevantes para o campo da gestão democrática e da educação das juventudes.

No que se refere à pesquisa de campo, destaca-se que a amostra de estudantes participantes foi reduzida, sobretudo em razão da necessidade de autorização dos responsáveis legais e da limitação temporal para a coleta dos dados, o que restringe a amplitude da investigação empírica. Além disso, reconhece-se que a implementação integral do Plano de Ação Educacional (PAE) pode enfrentar obstáculos significativos no curto e médio prazo, sobretudo em função de barreiras institucionais, como resistências culturais, falta de recursos ou ausência de formação específica para o corpo docente e gestor. Ainda assim, o PAE apresenta-se como uma proposta viável e necessária, desde que sustentada por ações formativas, planejamento coletivo e compromisso político-pedagógico com a escuta e o protagonismo juvenil.

A partir dos resultados obtidos, indicam-se alguns caminhos para desdobramentos futuros da pesquisa. Sugere-se a realização de estudos comparativos entre escolas com experiências exitosas de participação discente, a implementação e monitoramento longitudinal das ações propostas neste PAE, e a ampliação das discussões sobre formação política e interseccionalidades no contexto escolar. Torna-se fundamental que a participação dos estudantes deixe de ser apenas prevista em normas e se torne prática viva no cotidiano das escolas, com voz, escuta e influência reais nos processos decisórios.

Assim, esta dissertação reafirma que o fortalecimento da participação estudantil constitui via indispensável para a consolidação de uma educação democrática, inclusiva e emancipadora. Valorizar as vozes das juventudes significa reconhecer sua potência criadora, sua legitimidade como sujeitos políticos e seu papel essencial na construção de comunidades escolares mais justas, solidárias e cidadãs. Que as reflexões aqui desenvolvidas inspirem novas práticas, diálogos e políticas que transformem o cotidiano das escolas públicas brasileiras, fazendo da gestão democrática uma realidade concreta e efetiva.

A trajetória deste mestrado profissional não se limita à elaboração de uma dissertação, mas representa uma profunda jornada de formação, questionamento e transformação pessoal e profissional. Ao longo do processo de pesquisa, a autora revisita suas próprias concepções sobre participação estudantil, escuta e gestão democrática. Inicialmente, ainda que já reconheça a importância do protagonismo juvenil, compreende essa participação de forma mais instrumentalizada, voltada a ocupar formalmente espaços previamente definidos pela escola.

Com as leituras, as análises e, principalmente, com as falas dos estudantes, compreende que a escuta efetiva não se dá apenas por meio de estruturas institucionais, mas sobretudo por meio de relações pedagógicas significativas, sensíveis e horizontalizadas. Essa percepção conduz a desconstruir práticas naturalizadas e a construir novas possibilidades de atuação como educadora comprometida com a democracia cotidiana.

Enquanto professora da própria escola investigada, a autora vive uma experiência singular ao transitar entre os papéis de pesquisadora e agente da realidade estudada. Esse duplo lugar permite não apenas um olhar mais profundo e implicado sobre os desafios enfrentados pelos estudantes, mas também uma escuta mais generosa e aberta às suas críticas, dores e desejos. Em diversos momentos, sente que as vozes que ecoam nas rodas de conversa não apenas alimentam a pesquisa, mas interpelam diretamente sua prática docente. Por isso, afirma que este percurso formativo amplia sua sensibilidade para a escuta, fortalece seu compromisso com a construção de uma escola mais democrática e ensina que investigar é também transformar a si mesma, os outros e o espaço que se habita.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Rubem. **Entre a ciência e a sapiência: o dilema da educação**. 12. ed. Campinas: Papirus, 2001.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. A ditadura militar em tempo de transição (1974-1985). In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (Org.). **Democracia e ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006. p. 153-164.

BRASIL. **Lei nº 7.398, de 4 novembro de 1985**. Dispõe sobre a organização de entidades representativas dos estudantes de 1º e 2º grau e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7398.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7398.htm). Acesso em: 08 nov. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 15 set. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 23 ago. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm). Acesso em: 29 out. 2023.

CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventudes: as identidades são múltiplas. **Juventude, Educação e Sociedade**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 11-27, 2000. DOI:10.22409/mov.v0i01.189. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistamovimento/article/view/32415>. Acesso em: 08 mar. 2024.

CARRANO, Paulo César Rodrigues. Identidades culturais juvenis e escolas: arenas de conflitos e possibilidades. **Diversia. Educación y Sociedad**, Valparaíso (Chile), v. 1, p. 159-184, 2009. Disponível em: <https://www.cidpa.cl/wp-content/uploads/2013/05/Revista-Diversia-01.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2024.

CAMASMIE, Mariana Junqueira. **O movimento de ocupação das escolas e as novas formas de fruição da juventude escolarizada nas classes populares do Brasil**. 2018. 113f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/36217/36217.PDF>. Acesso em: 05 mar. 2024.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A educação básica no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 80, p. 168-200, 2002. DOI:10.1590/S0101-73302002008000010. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/es/a/Hj6wG6H4g8q4LLXBcnxRcxD/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 30 jan. 2024.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A gestão democrática na escola e o direito à educação. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Brasília, v. 23, n. 3, p. 483-495, 2007. DOI:10.21573/vol23n32007.19144. Disponível em:

<https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/19144>. Acesso em: 1 ago. 2023.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A educação básica como direito. **Cadernos de Pesquisa**, v. 38, n. 134, p. 293-303, 2008. DOI: 10.1590/S0100-15742008000200002. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/cp/a/QBBB9RmKBx7MngxzBfWgcF/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 17 abr. 2024.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e direito à educação**: um estudo jurídico-educacional das políticas educacionais brasileiras. 3.ed. Campinas: Autores Associados, 2011.

DAYRELL, Juarez. A escola como espaço sociocultural. In: DAYRELL, Juarez. (Org.). **Múltiplos olhares**: sobre educação e cultura. Belo Horizonte: UFMG, 1996. p. 136-161. Disponível em: <https://docsbarraespartana.wordpress.com/wp-content/uploads/2012/03/dayrell-juarez-multiplos-olhares-sobre-educacao-e-cultura.pdf>. Acesso em: 14 out. 2024.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 40-52, 2003. DOI:10.1590/S1413-24782003000300004. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/zsHS7SvbPxKYmvcX9gwSDty/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 5 jun. 2023.

DAYRELL, Juarez. A escola "faz" as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1105-1128, 2007. DOI:10.1590/S0101-73302007000300022. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/es/a/RTJFy53z5LHTJfFSzq5rCPH/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 1 ago. 2023.

DAYRELL, Juarez; GOMES, Nilma Lino; LEÃO, Geraldo. Escola e participação juvenil: é possível esse diálogo? **Educar em Revista**, Curitiba, n. 38, p. 237-252, 2010. DOI:10.1590/S0104-40602010000300016. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/er/a/3rBtV9HvsS3RhdQRgTXV67S/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 1 ago. 2023.

ESCOLA ESTADUAL PEDRO RIBEIRO CAVALCANTE FILHO. **Projeto Político Pedagógico**. Governador Valadares: EEPRCF, 2019a.

ESCOLA ESTADUAL PEDRO RIBEIRO CAVALCANTE FILHO. **Regimento Escolar**. Governador Valadares: EEPRCF, 2019b.

ESCOLA ESTADUAL PEDRO RIBEIRO CAVALCANTE FILHO. **Ata da Reunião do “Dia do Colegiado Escolar”**. Governador Valadares: EEPRCF, 2022a.

ESCOLA ESTADUAL PEDRO RIBEIRO CAVALCANTE FILHO. **Ata de Resultado Final e Composição do Colegiado**. Governador Valadares: EEPRCF, 2022b.

ESCOLA ESTADUAL PEDRO RIBEIRO CAVALCANTE FILHO. **Livro de Atas de Conselho de Classe Final – Anos Finais**. Governador Valadares: EEPRCF, 2022c.

FERREIRA, Adriana Moreira dos Santos. **Participação discente na escola pública de ensino médio: a perspectiva dos alunos**. 2011. 201f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2011. Disponível em: <https://ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/mestradoeducacao/Dissertacao%20Adriana%20Moreira%20dos%20Santos%20Ferreira.pdf>. Acesso em: 6 abr. 2024.

FERRETTI, Celso João; ZIBAS, Dagmar Maria Leopoldi; TARTUCE, Gisela Lobo Baptista Pereira. Protagonismo juvenil na literatura especializada e na reforma do ensino médio. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 34, n. 122, p. 411-423, 2004. DOI:10.1590/S0100-15742004000200007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/CfWXW5h9BRT5twmQQhJpRnM/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 2 jul. 2024.

GADOTTI, Moacir. Gestão democrática com participação popular no planejamento e na organização da educação nacional. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2014, Brasília. **Anais...** Brasília: MEC, 2014. Disponível em: <https://www.jaciara.mt.gov.br/arquivos/anexos/05062013105125.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2024.

GATTI, Bernardete Angelina; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. A relevância dos métodos de pesquisa qualitativa em educação no Brasil. In: WELLER, Wivian; PFAFF, Nicolle. (Orgs.). **Metodologias da pesquisa qualitativa em educação: teoria e prática**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 29-38.

GONZÁLEZ, Jorge Luis Cammarano; CASTRO, Marcilene Rosa Moura de. Protagonismo juvenil e grêmio estudantil: a produção do indivíduo resiliente. **Eccos. Revista Científica**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 375-392, 2009. DOI:10.5585/eccos.v11i2.1665. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/index>. Acesso em: 1 ago. 2023. <https://simadefacil.blogspot.com/2016/05/resolucao-see-n-2-958-de-29-de-abril-de.html>. Acesso em: 4 fev. 2024.

LÜCK, Heloísa. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Positivo, 2009. Disponível em: [https://juliofurtado.com.br/wp-content/uploads/2017/08/dimensoes\\_livro.pdf](https://juliofurtado.com.br/wp-content/uploads/2017/08/dimensoes_livro.pdf). Acesso em: 16 fev. 2024.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa de Minas Gerais. **Lei nº 12.084, de 12 de janeiro de 1996**. Assegura a livre organização estudantil e dá outras providências. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/LEI/12084/1996/?cons=1>. Acesso em: 26 out. 2024.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa de Minas Gerais. **Lei nº 13.410, de 21 de dezembro de 1999**. Altera dispositivos da Lei nº 12.084, de 12 de janeiro de 1996, que assegura a livre organização estudantil e dá outras providências. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/LEI/13410/1999/>. Acesso em: 04 ago. 2024.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **Grêmios estudantis**. 29 out. 2014. Disponível em: <https://acervodenoticias.educacao.mg.gov.br/politica-de-privacidade/story/6505-secretaria-disponibiliza-cartilha-com-orientacoes-sobre-gremio-estudantil?layout=print>. Acesso em: 29 jan. 2023.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa de Minas Gerais. **Projeto de Lei nº 2.882, de 15 de setembro de 2015**. Aprova o Plano Estadual de Educação, PEE e dá outras providências. Belo Horizonte: ALMG, 2015. Disponível em: [https://www.almg.gov.br/atividade-parlamentar/projetos-de-lei/documento/?tipo=PL&num=2882&ano=2015&expr=\(PL.20150288204849\[codil\]\)\[txmt\]](https://www.almg.gov.br/atividade-parlamentar/projetos-de-lei/documento/?tipo=PL&num=2882&ano=2015&expr=(PL.20150288204849[codil])[txmt]). Acesso em: 18 dez. 2024.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **Resolução nº 2.958, de 29 de abril de 2016**. Dispõe sobre a Assembleia Escolar e sobre a estrutura, funcionamento e processo de eleição dos membros do Colegiado Escolar na rede estadual de ensino de Minas Gerais. Disponível em: <https://simadefacil.blogspot.com/2016/05/resolucao-see-n-2-958-de-29-de-abril-de.html>. Acesso em: 21 abr. 2024.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa de Minas Gerais. **Lei nº 23.197, de 26 de dezembro de 2018**. Institui o Plano Estadual de Educação – PEE – para o período de 2018 a 2027 e dá outras providências. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/LEI/23197/2018/>. Acesso em: 28 jun. 2024.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **Resolução SEE nº 4.692, de 29 de dezembro de 2021**. Dispõe sobre a organização e o funcionamento do ensino nas Escolas Estaduais de Educação Básica de Minas Gerais e dá outras providências. Disponível em: [https://acervodenoticias.educacao.mg.gov.br/index.php?option=com\\_gmg&controller=document&id=28139-resolucao-see-n-4-692-de-29-de-dezembro-de-2021?layout=print](https://acervodenoticias.educacao.mg.gov.br/index.php?option=com_gmg&controller=document&id=28139-resolucao-see-n-4-692-de-29-de-dezembro-de-2021?layout=print). Acesso em: 28 set. 2024.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **Resolução SEE nº 4.764, de 23 de agosto de 2022**. Dispõe sobre a Assembleia Escolar e sobre a estrutura, o funcionamento e o processo de eleição dos membros do Colegiado Escolar na rede estadual de ensino de Minas Gerais. Acesso em: 06 nov. 2024.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **Quadro de pessoal**. Disponível em: <https://controlequadropessoal.educacao.mg.gov.br/>. Acesso em: 30 jan. 2023.

MOREIRA, Cristina Mara; BOCCHETTI, André; FIGUEIREDO, Camila Gonçalves Silva. Dificuldades na implementação da gestão participativa em uma escola da zona da Mata mineira. In: BORGES, Eliane Medeiros; ASSIS, Laura; TERRA, Marina Furtado; SANTOS, Mayanna Auxiliadora Martins (Orgs.). **Casos de gestão**: políticas e situações do cotidiano educacional. Juiz de Fora: Projeto CAEd/FADEPE/JF, 2017. p. 124-137. Disponível em: <https://mestrado.caeddigital.net/documents/BOOK-CASOS-DE-GEST%C3%83O-V4-2017-DIGITAL.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2024.

MOURA, Adriana Borges Ferro; LIMA, Maria da Glória Soares Barbosa. A reinvenção da roda: roda de conversa, um instrumento metodológico possível. **Interfaces da Educação**, Paranaíba, v. 5, n. 15, p. 24-35, 2015. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/448>. Acesso em: 25 jul. 2024.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. 4.ed. São Paulo: Ática, 2016.

PERALVA, Angelina. O jovem como modelo cultural. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 5/6, p. 15-24, 1997. Disponível em: [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S1413-24781997000200003&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-24781997000200003&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 3 de jul. 2024.

QEDU. **Portal**. Disponível em: <https://gedu.org.br/>. Acesso em: 29 jan. 2023.

SISTEMA MINEIRO DE AVALIAÇÃO E EQUIDADE DA EDUCAÇÃO PÚBLICA. **Portal do Simave**. Disponível em: <https://simave.educacao.mg.gov.br/#!/pagina-inicial>. Acesso em: 22 mai. 2023.

**APÊNDICE A – Roteiro (roda de conversa)****BLOCO TEMÁTICO 1**

- Quais são os principais motivos que o levam a frequentar a escola?
- Quais atividades a escola realizou este ano?
- Você participou de alguma dessas atividades? Quais?
- Você frequenta a escola nos fins de semana? Quais atividades realiza nesses períodos? Caso não frequente, qual o motivo? Gostaria de frequentar? Por favor, comente.
- Além das aulas regulares, quais cursos você já realizou ou está realizando na escola?

**BLOCO TEMÁTICO 2**

- Neste ano, a escola promoveu debates? Quais foram os temas abordados? Você participou de algum deles? Qual?
- Quais desses espaços você conhece: Conselho de Classe, Colegiado Escolar, Grêmio Estudantil, Representante de Classe? Você participa ou já participou de alguns desses espaços? Caso não tenha participado, qual a razão? Esses espaços são ativos na escola? Se não são, gostaria que fossem? Por favor, comente.
- Você integra algum grupo?
- Você participa de grupos de discussão na internet? Já participou de algum movimento ou reunião para promover melhorias no bairro ou na cidade? Quais eram os objetivos dessas ações?

**BLOCO TEMÁTICO 3**

- Caso fosse convidado a reformular o currículo e os métodos de ensino da escola, teria alguma proposta a apresentar?
- Como você percebe a gestão democrática na escola? Quais melhorias acredita serem necessárias para ampliar a participação dos estudantes nas decisões escolares?

Fonte: Adaptado de Ferreira (2011).

## **APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

O(A) senhor(a) é convidado(a) a participar voluntariamente da pesquisa intitulada “AS VOZES DAS JUVENTUDES: A PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL NOS ÓRGÃOS REPRESENTATIVOS EM UMA ESCOLA DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DE MINAS GERAIS”. Este estudo analisa a participação estudantil nos órgãos representativos da instituição de ensino mencionada, com o objetivo de propor ações que possibilitem uma participação mais efetiva. O interesse pelo tema decorre da oportunidade de compreender a participação dos alunos no ambiente escolar, contribuindo para o aprimoramento da representatividade estudantil. Para a realização da pesquisa, serão adotados os seguintes procedimentos: a coleta de dados ocorrerá por meio de uma Roda de Conversa com os estudantes da escola e incluirá entrevistas com dois gestores da instituição (diretora e vice-diretora). A pesquisa tem como objetivo fortalecer o processo de formação cidadã, promovendo a autonomia e a gestão democrática no âmbito escolar. Nesse sentido, reconhece-se o papel central dos alunos no contexto institucional, favorecendo o desenvolvimento da consciência crítica, da criatividade e da autonomia. A participação neste estudo não implicará custos nem resultará em qualquer benefício financeiro. Contudo, caso sejam identificados danos comprovados decorrentes da pesquisa, o(a) participante terá assegurado o direito à indenização. O(A) participante poderá solicitar esclarecimentos a qualquer momento sobre os aspectos da pesquisa e estará livre para aceitar ou recusar a participação. Também poderá retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento, sem qualquer prejuízo. A participação é voluntária, e a recusa não acarretará qualquer penalidade ou alteração no atendimento pelo pesquisador, que garantirá o sigilo da identidade do(a) participante. Os resultados da pesquisa estarão disponíveis ao(à) participante após sua conclusão. A identidade do(a) participante não será divulgada em publicações decorrentes da pesquisa. Os pesquisadores comprometer-se-ão a tratar as informações pessoais com sigilo profissional, conforme a legislação brasileira, utilizando os dados exclusivamente para fins acadêmicos e científicos. Este termo de consentimento está impresso em duas vias originais: uma será arquivada pelo pesquisador responsável no Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, e a outra será entregue ao(à) participante. Os dados e instrumentos utilizados permanecerão arquivados no mesmo local. O(A) participante concorda que o material

coletado possa ser utilizado em outros projetos do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, garantindo que sua identidade será preservada com sigilo profissional, em conformidade com a legislação brasileira vigente, e que as informações serão utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos e científicos?

☐ Sim      ou      ☐ Não

Caso a autorização seja concedida, o(a) participante poderá revogá-la a qualquer momento, sem prejuízo algum.

Eu, \_\_\_\_\_, portador(a) do documento de identidade nº \_\_\_\_\_, declaro que fui informado(a) de forma clara e detalhada sobre os objetivos da pesquisa “AS VOZES DAS JUVENTUDES: A PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL NOS ÓRGÃOS REPRESENTATIVOS EM UMA ESCOLA DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DE MINAS GERAIS” e que esclareci todas as minhas dúvidas. Reconheço que poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar a qualquer momento.

Declaro, assim, meu consentimento livre e esclarecido para participar da pesquisa. Recebi uma via original deste termo e tive a oportunidade de ler e esclarecer minhas dúvidas.

Juiz de Fora, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

---

Assinatura do participante

---

Assinatura do pesquisador

### APÊNDICE C – Lista de palavras do questionário

1) Quais palavras você associa à escola? (Selecione obrigatoriamente 10 palavras)

|                          |                  |                          |               |                          |                   |                          |               |
|--------------------------|------------------|--------------------------|---------------|--------------------------|-------------------|--------------------------|---------------|
| <input type="checkbox"/> | Namorado/a       | <input type="checkbox"/> | Progresso     | <input type="checkbox"/> | Respeito ao outro | <input type="checkbox"/> | Desânimo      |
| <input type="checkbox"/> | Refletir         | <input type="checkbox"/> | Trocar        | <input type="checkbox"/> | Encontro          | <input type="checkbox"/> | Matar aula    |
| <input type="checkbox"/> | Futuro           | <input type="checkbox"/> | Violência     | <input type="checkbox"/> | Diálogo           | <input type="checkbox"/> | Contrário     |
| <input type="checkbox"/> | Escutar          | <input type="checkbox"/> | Seleção       | <input type="checkbox"/> | Interdição        | <input type="checkbox"/> | Obrigação     |
| <input type="checkbox"/> | Amizade          | <input type="checkbox"/> | Marginalizado | <input type="checkbox"/> | Ordem             | <input type="checkbox"/> | Projeto       |
| <input type="checkbox"/> | Descobrir        | <input type="checkbox"/> | Comunicar     | <input type="checkbox"/> | Agitação          | <input type="checkbox"/> | Cultura       |
| <input type="checkbox"/> | Participar       | <input type="checkbox"/> | Recreação     | <input type="checkbox"/> | Competição        | <input type="checkbox"/> | Profissão     |
| <input type="checkbox"/> | Ficar sentado    | <input type="checkbox"/> | Solidariedade | <input type="checkbox"/> | Prisão            | <input type="checkbox"/> | Debates       |
| <input type="checkbox"/> | Bem-estar        | <input type="checkbox"/> | Desgosto      | <input type="checkbox"/> | Liberdade         | <input type="checkbox"/> | Aprender      |
| <input type="checkbox"/> | Regulamento      | <input type="checkbox"/> | Disciplina    | <input type="checkbox"/> | Cansaço           | <input type="checkbox"/> | Viver junto   |
| <input type="checkbox"/> | Formação         | <input type="checkbox"/> | Turma         | <input type="checkbox"/> | Apoio             | <input type="checkbox"/> | Curiosidade   |
| <input type="checkbox"/> | Tolerância       | <input type="checkbox"/> | Briga         | <input type="checkbox"/> | Sonhar            | <input type="checkbox"/> | Sucesso       |
| <input type="checkbox"/> | Responsabilidade | <input type="checkbox"/> | Capacidade    | <input type="checkbox"/> | Inteligência      | <input type="checkbox"/> | Encorajamento |
| <input type="checkbox"/> | Ficar chateado   | <input type="checkbox"/> | Realizar      | <input type="checkbox"/> | Bagunça           | <input type="checkbox"/> | Prazer        |
| <input type="checkbox"/> | Fracasso         | <input type="checkbox"/> | Isolamento    | <input type="checkbox"/> |                   | <input type="checkbox"/> |               |

2) Que tipo de atividade você se sentiria motivado a participar?

- ☐ Atividades práticas de aprendizagem (ex.: experimentos, projetos em grupo).
- ☐ Workshops ou oficinas criativas (ex.: arte, música, teatro, culinária).
- ☐ Competições e desafios acadêmicos (ex.: olimpíadas de conhecimento, concursos de redação).
- ☐ Eventos culturais (ex.: apresentações, feiras de talentos, mostras de arte).
- ☐ Palestras e debates com especialistas ou ex-alunos.
- ☐ Grupos de estudo ou tutorias para apoio ao aprendizado.
- ☐ Atividades esportivas ou recreativas (ex.: torneios, jogos interclasse).
- ☐ Projetos de voluntariado ou ações sociais na comunidade.
- ☐ Atividades tecnológicas ou de inovação (ex.: criação de aplicativos, robótica).

**APÊNDICE D – Roteiro de entrevista com os gestores**

|   |                                                                                                                                  |
|---|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1 | Poderia relatar brevemente sua trajetória na área da educação e sua função atual na escola?                                      |
| 2 | Como percebe a contribuição dos alunos no Colegiado Escolar?                                                                     |
| 3 | Como percebe a contribuição dos alunos no Conselho de Classe?                                                                    |
| 4 | Qual é sua visão geral sobre a importância da participação estudantil na vida escolar?                                           |
| 5 | Como avalia a participação dos alunos nas atividades escolares?                                                                  |
| 6 | Quais iniciativas ou programas a escola implementa para promover a participação estudantil?                                      |
| 7 | Quais os principais desafios enfrentados para incentivar a participação dos alunos?                                              |
| 8 | Em sua opinião, o que poderia ser feito para ampliar a participação dos alunos nas atividades escolares e na tomada de decisões? |
| 9 | Há algo mais que gostaria de acrescentar sobre a participação estudantil na escola?                                              |